



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura
III Sessão Legislativa

Número: 96
Horta, quarta-feira, 11 de março de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Agenda da Reunião:

[Debate de urgência sobre a "Anemia do investimento, estagnação da economia e crise social"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa (PSD) usou imediatamente da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O debate prosseguiu com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Joaquim Machado (PSD), Berto Messias (PS), Aníbal Pires (PCP), Lúcia Arruda (BE), Paulo Estêvão (PPM), Artur Lima (CDS-PP), Graça Silveira (CDS-PP) e Cláudio Lopes (PSD).

Seguiu-se a continuação do debate do [Projeto de Resolução n.º 75/X – “Redução do preço do Passe Social”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Usaram da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiam declarações de voto as Sras. Deputadas Cecília Pavão (*PS*) e Lúcia Arruda (*BE*).

Após a intervenção da Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*) sobre o [Projeto de Resolução n.º 82/X – “Recomenda ao Governo Regional que não encerre as duas únicas valências com creche e jardim-de-infância públicas da Região”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE, a iniciativa foi retirada.

Seguiu-o o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 49/X - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro”](#).

Após a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Luís Rendeiro (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Meneses (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Sobre o [Projeto de Resolução n.º 96/X – “Plano Estratégico de Combate às Pragas dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Luís Rendeiro (*PSD*), Lúcia Arruda (*BE*), António Toste (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Domingos Cunha (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Duarte Moreira (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Sobre o [Projeto de Resolução n.º 97/X – “Recomenda ao Governo Regional que reforce o apoio e a cooperação com as freguesias dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, e após a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires (PCP), usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Lopes (PSD), Manuel Pereira (PS), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 02 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.
Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Lúcia de Fátima Oliveira Arruda

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Conforme informei ontem vamos iniciar esta manhã de trabalhos com o ponto 2 da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre a "Anemia do investimento, estagnação da economia e crise social"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos foram afixados pela Conferência e são os seguintes:

O proponente, o PS e o Governo Regional, têm 32 minutos para este debate;

O CDS-PP - 13 minutos;

As Representações Parlamentares - 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este senhor é que era para ter sido eleito ontem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Arrumar a casa!

Em 2012, o Partido Socialista apresentou-se aos açorianos prometendo uma via açoriana que recusava a austeridade imposta pela Troika e que resultou da pré falência de Portugal às mãos de José Sócrates, António Costa, Carlos César e Vasco Cordeiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

O Orador: A via açoriana que o PS prometeu, resolvia todos os problemas dos Açores, e para todos os problemas dos Açores e para todos os problemas o PS tinha sempre uma promessa para apresentar.

Ninguém, no entanto, avisou os açorianos de que a realidade seria bem diferente nestes dois anos que levamos de velho novo governo socialista.

Ninguém sabia que a via açoriana socialista era de facto uma autoestrada para a pobreza; uma via rápida para o desemprego e uma linha de alta velocidade para os problemas sociais e para o insucesso escolar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Dois anos depois, com a via açoriana socialista para resolver problemas, os Açores têm o desemprego mais alto do país; o maior risco de pobreza e a maior taxa de atribuição do Rendimento Social de Inserção.

Ao fim de duas décadas de governação do PS nos Açores e de dois anos deste novo velho governo, a nossa Região lidera as estatísticas do insucesso e do abandono escolar precoce, existem pescadores nos Açores com rendimentos mensais inferiores a 100 euros.

Existem uns Açores retratados todos os dias pela propaganda socialista que os açorianos não sentem em casa.

Infelizmente, existem hoje uns Açores que só têm lugar na propaganda socialista.

Depois de dois anos de via açoriana estamos pior em tudo!

Deputados Luís Maurício e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, desde que este governo socialista iniciou funções, a economia da nossa Região não parou de cair.

As transformações estruturais de que a nossa economia necessita continuam por concretizar. Temos promessas e efabulações onde faltam resultados, criação de riqueza ou desenvolvimento social.

Com o governo socialista regional, nas nossas ilhas construímos portos novos para navios que agora não os podem utilizar;

Nas nossas ilhas o governo socialista construiu navios novos para os portos novos, mas eles navegam por aí a prestar um serviço em quase tudo igual ao que era feito pelos velhinhos cruzeiros.

Os açorianos não podem, por isso, continuar a ser enganados.

Os açorianos não podem aceitar um governo regional que se apresenta com investimentos estagnados nos últimos anos...

Deputado Francisco César (PS): Isso é mesmo não saber nada do que se passa nos Açores!

O Orador: ... casos do Casino em Ponta Delgada, das Termas das Furnas ou do Carapacho, entre outros – como sendo um exemplo da excelência da sua governação e uma prova de confiança no futuro.

É extraordinário mas representa simbolicamente a governação socialista:

Primeiro promete-se muito. Depois gasta-se também muito em obras mal feitas e que não funcionam. Por fim, gasta-se ainda mais dinheiro a resolver os problemas da incompetência socialista com as obras que construiu mal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Ou seja, o PS chama investimento ao que constrói mal e depois chama também investimento ao que gasta para corrigir o que construiu mal.

Que fique claro perante todos os açorianos:

Senhores membros do governo regional e do Partido Socialista. O investimento que agora estão a fazer nas Termas do Carapacho não é um investimento, e muito menos um sinal de excelência da vossa governação.

Muito pelo contrário, o dinheiro que o governo regional agora está a gastar nas Termas do Carapacho é todo ele sinal de incompetência.

Como os graciosenses bem sabem, as Termas do Carapacho sempre funcionaram e só deixaram de funcionar no dia em que o governo socialista decidiu fazer obras de reabilitação.

Deputado José Ávila (PS): Isso é falso!

O Orador: É o exemplo máximo da irresponsabilidade.

Mesmo velhinhas, as Termas funcionavam e só deixaram de funcionar depois do governo socialista lá ter feito obras de reabilitação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Ávila (PS): Isso é falso!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O governo que temos hoje nos Açores é, também, o governo do ilusionismo.

O governo socialista que temos nos Açores queixa-se da austeridade mas nunca se queixou da irresponsabilidade de José Sócrates que levou Portugal à bancarrota.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O governo socialista dos Açores queixa-se todos os dias da austeridade, mas vai ficar com muitos milhões de euros em impostos dos açorianos.

Fiquem, por isso, os açorianos a saber: o governo regional que se queixa da austeridade todos os dias vai ficar com muitos milhões de euros em impostos que já deviam ter baixado e que só não baixam porque o governo regional não quer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Sempre que ouvirem um socialista a queixar-se da austeridade os açorianos podem ter a certeza: esse socialista ao mesmo tempo que se queixa está a meter as mãos nos bolsos das famílias e das empresas dos Açores.

Deputado José Ávila (PS): O senhor está a chamar gatuno a quem?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores aqui está, como sempre, ao lado dos açorianos.

A anemia do investimento, a estagnação da Economia e a crise social combatem-se com medidas concretas.

A anemia do investimento e a estagnação da economia combatem-se com a descida dos impostos para as famílias e com a descida dos impostos para as empresas.

A estagnação da economia combate-se com o fim do regime planificado deste socialismo que nos governa, com a asfixia permanente dos empresários e com a tentativa permanente de controlo da sociedade.

A estagnação da economia, a anemia do investimento e a crise social combatem-se, desde logo, com um governo que paga as dívidas em vez de andar atrás de empresários para que eles não denunciem essas dívidas.

Deputados Luís Rendeiro e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Um governo regional que contrata músicos para as suas festas mas que depois os obriga a vir para a comunicação social queixarem-se que não receberam o cachet acordado porque o governo fez a festa mas não pagou a dívida.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor tem que se informar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vivemos numa Região, onde existem empresários que viram os seus projetos de investimentos aprovados em 2011 e que hoje, em 2015, continuam a aguardar pelo respectivo pagamento.

Vivemos numa Região em que o governo passou o ano de 2014 a anunciar publicamente projetos e mais projetos de investimento como um sinal de vitalidade sem nunca dizer aos açorianos que não pagou as participações.

Pior, em 2015 o governo regional utiliza esses mesmos projetos – aprovados e não pagos - para voltar a fazer propaganda como se eles tivessem acabado de dar entrada e constituíssem mais um sinal da vitalidade da nossa economia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

É o milagre rosa da economia açoriana no seu melhor.

Os mesmos projetos são contabilizados duas vezes pelo governo regional apesar de terem sido pagos vez nenhuma.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É hoje claro para os açorianos que este governo regional é um triste caso de impreparação; de irresponsabilidade a que se soma muitas vezes a incompetência.

Temos um governo regional que contra todas as opiniões se prepara para fazer um investimento mais do que duvidoso em novos barcos.

Um governo que quer gastar 86 milhões de euros e que acredita que o pode fazer sem nunca explicar ou apresentar aos açorianos os estudos que justificam essa opção.

Temos, assim, um governo regional que parece apostado em cometer mais um erro crasso, como se os açorianos não andassem já a pagar os milhões do desvario na SATA, os milhões do desvario na Atlanticoline e os milhões do desvario nas empresas públicas regionais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Esta é, por isso, a hora de respostas para tanto desvario e para tanta promessa não cumprida.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Quantos postos de trabalho foram criados no sector florestal dos mil que foram prometidos?

O que é que aconteceu na Atlânticoline? Quais as dívidas que o governo regional não pagou e que levaram ao pedido de demissão do presidente do conselho de administração?

Quando é que o governo regional vai mostrar aos açorianos os estudos que diz ter e que justifica supostamente esse investimento em novos navios?

É verdade que o governo regional não tem garantias de que esse investimento seja suportado por fundos comunitários?

E se não for suportado por fundos comunitários o que é que o governo regional vai fazer?

O que se passa no Nonagon, em S. Miguel, que o governo regional não consegue ocupar os espaços que lá estão vazios mas já anda a anunciar a construção de mais edifícios?

Quando é que o governo regional planeia ter concluído o processo de certificação das Termas da Região?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A Microsoft vem para cá!

O Orador: Minhas Senhoras, Meus Senhores,

É tempo do governo regional e do Partido Socialista se deixarem da propaganda, dos slogans estafados e dos anúncios apenas para eleitor ver.

É tempo de governar, de resolver problemas. De deixar a propaganda.

O governo regional tem de se concentrar no mais importante: ajudar milhares de açorianos a sair da situação muito difícil em que se encontram.

Os Açores podem ter de esperar até 2016 para mudar de governo, mas os açorianos não podem esperar mais por soluções para os seus problemas.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Entendeu o PSD-Açores dar uma prova de vida – não fossemos todos, nesta casa, reparar no seu estado anémico...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... solicitando um debate de urgência, curiosamente, sobre anemia e estagnação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pensariam muitos por estas palavras que o PSD pretendia fazer um debate sobre si próprio.

É um direito que lhe assiste, é uma figura regimental que respeitamos, mas é também a prova provada – mais uma – da sua desatenção aos dados estatísticos, aos números e à realidade.

Ou talvez não, sabendo que os dados estatísticos que têm vindo a sair revelam uma retoma dos indicadores económicos, o PSD pensou, bem, vamos debater isto com urgência porque cada vez mais isso é passado e cada vez menos presente e será ainda menos futuro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Estivesse o PSD atento, quisesse o PSD contribuir construtivamente para levar os Açores para a frente, prescindisse o PSD de, nem que fosse por um dia, dizer que está tudo mal – e certamente não estaríamos aqui a repetir, mais uma vez, evidências que deitam por terra os argumentos alarmistas e derrotistas que servem de base a este debate.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Mas foquemo-nos no essencial, não no proponente deste debate, que não merecerá mais do que esta nota introdutória, mas no conteúdo das matérias em debate.

Falar em investimento. A primeira nota é não se saber, exatamente, a que investimento se refere.

Se pretende rotular de anémico o investimento privado, vamos deixar aos empresários dos Açores o comentário adequado a este diagnóstico errado, injusto e ofensivo para eles.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Pelo respeito que nos merecem os nossos empresários e os nossos empreendedores, sobretudo os jovens, queremos lembrar alguns números que, por serem públicos, estranhámos que, pelos vistos, não tenham sido referidos.

Nos últimos dois anos, as nossas empresas executaram investimentos, só no âmbito dos sistemas de incentivos, superiores a 96 milhões de euros.

Numa prova de tenacidade e de confiança no futuro, foram apresentados, só no último ano, 509 novos projetos de investimento privado, que correspondem a mais 153 milhões de euros de investimento empresarial a executar até ao final do próximo ano e que propõem criar mais 1.121 novos empregos.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Assistimos um pouco em toda Região à retoma do investimento privado, ao anúncio da abertura de hotéis, à ampliação e retoma de outros que se encontravam fechados e de outros importantes investimentos.

Ainda ontem, um dos mais antigos mediadores imobiliários dos Açores referia num jornal que se assistiu nos Açores a uma crise neste mercado desde 2008 até meados do ano passado, mas que, desde o ano passado, se assiste a uma recuperação e retoma e, cito, “estamos a caminhar para uma situação de equilíbrio que vai ter os seus frutos na venda no setor imobiliário”.

De acordo com os dados recentemente divulgados, os Açores são a região do País onde se verifica um maior ressurgimento empresarial. Efetivamente, em 2014 foram criadas nos Açores 570 novas empresas e encerradas apenas 138 empresas. Ou seja, por cada empresa que fecha, abrem atualmente nos Açores quatro empresas, o dobro do que se verifica a nível nacional.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Curiosamente, é este mesmo indicador que utiliza quem nos Açores fala em anemia para demonstrar a retoma fora da Região.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, se elogia que se consiga criar no continente duas empresas por cada uma que fecha, não deviam também, pelo menos, salientar positivamente que nos Açores se cria o dobro de empresas em relação ao indicador que salientam tão positivamente fora da Região?

Convenhamos que se trata de uma anemia saudável, esta que, segundo o PSD, sofre o investimento privado nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Para isso, muito contribuiu o Governo dos Açores ao assegurar às empresas um sistema de incentivos que é o mais generoso, intenso e abrangente de que usufruem as empresas portuguesas.

Para isso ser possível, além da opção estratégica de privilegiar o investimento privado na afetação de recursos públicos, conseguimos, com muito trabalho, que os Açores fossem a primeira Região do país a ter operacionalizado o seu programa de fundos comunitários - Açores 2020, assegurando assim que as empresas, os municípios e todos os beneficiários finais são os primeiros e, até agora, os únicos do país a poderem aumentar significativamente o seu investimento desde já.

Aliás, é já este o sinal claro que é dado pelo Plano de Investimentos de 2015, aprovado recentemente nesta Assembleia, onde se verifica um crescimento superior a 12 % no investimento público proposto, o que demonstra claramente os efeitos positivos sobre o incremento do investimento público da entrada em funcionamento do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não batem umas palminhas? Ou já não acreditam nisto?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estão anémicos!

O Orador: Todos estes investimentos, por si só, deitam por terra quem qualifica de “anemia do investimento”, num exercício mais próprio de um aluno

que vai para um exame sem ter estudado a matéria e que, portanto, não pode aspirar a mais do que um chumbo.

Mas haverá também, segundo se lê no pedido que deu origem a este debate, uma suposta estagnação da economia.

É mais uma frase alarmista – bem ao jeito do “mata e esfola” - e que, de novo, não encontra sustentação na realidade dos factos e dos números.

Deveria estar fresco na memória de todos o mais recente Indicador de Atividade Económica dos Açores. Não é do século passado – é de há pouco mais de uma semana – e refere haver um período de recuperação efetiva da economia açoriana em 2014.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo os dados divulgados, depois de anos de uma efetiva retração económica, em consequência de uma conjuntura externa adversa, registou-se no último ano, de acordo com o Indicador de Atividade Económica recentemente publicado, uma efetiva inversão dessa tendência, verificando-se uma retoma progressiva da economia.

Esta realidade já tinha aliás sido recentemente comprovada pelo Instituto Nacional de Estatística, que anunciou que os Açores foram a região do País onde mais cresceu a atividade económica - PIB em termos nominais - em 2013 (1,7%), o dobro do verificado no País, invertendo assim uma tendência de redução deste indicador verificada nos anos anteriores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Curiosamente, assistimos a um silêncio total do proponente deste debate aquando da divulgação destes dados.

Deputado André Bradford (PS): Nem que fosse um!

O Orador: A retoma progressiva da atividade económica tem tido também uma repercussão consolidada na redução do desemprego.

O último boletim do Instituto Nacional de Estatística revelou que os Açores continuaram a registar um decréscimo da taxa de desemprego no último trimestre, enquanto se verificava um aumento do desemprego no resto do País.

O INE também referia que existiam mais 3.754 Açorianos empregados no último ano e menos 1.875 Açorianos desempregados no final de 2014, do que há um ano antes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E, se dúvidas houvesse, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, do Governo da República, anunciou, por sua vez, que já em janeiro os Açores foram a única região do País onde os desempregados inscritos nos centros de emprego voltaram a diminuir.

Estes dados revelam também que o desemprego continua a descer nos Açores e que, pelo 10.º mês consecutivo, se regista nos Açores uma diminuição homóloga dos desempregados inscritos e que existiam, em janeiro, menos 10% de desempregados do que há um ano antes.

Os empresários e as empresas açorianas – contrariando quem, em tom de carpideira, vem dizendo que está tudo mal – tiveram um papel preponderante neste percurso que os Açores estão trilhando neste momento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que é que isso interessa aos empresários açorianos?

O Orador: Se tivessem dado ouvidos a quem só tem puxado os Açores para baixo não teriam acreditado na nossa Região.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma cassete!

O Orador: Tudo isso, senhoras e senhores deputados, são sinais concretos de esperança e de confiança num futuro melhor. Nada disso se assemelha ao cenário aqui descrito pelo proponente deste debate.

Mas pretendem também abordar a questão dos indicadores sociais, vamos a isso.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o rendimento disponível das famílias é, por Açoriano, desde 2004, superior à média nacional, ou seja, cada Açoriano tem um rendimento disponível superior ao que dispõe quem reside no continente ou na Madeira.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE, cada Açoriano tinha um rendimento disponível superior em 381 euros ao que se regista no país, ou seja, cada família açoriana, se for constituída, em média, por quatro pessoas, usufruiu de um rendimento em cerca de 1.500 euros superior ao que se verificava nas famílias do resto do país.

Esta realidade que tem vindo a ser consolidada ao longo dos anos, só é possível porque temos usado convenientemente a nossa Autonomia em favor dos Açorianos.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com efeito, em 2015 possibilitaremos, assim, que as famílias açorianas já recebam mais 49 milhões de euros de rendimento líquido do seu trabalho do que se vivessem no continente ou na Madeira ou que gastem menos 64 milhões de euros na aquisição de bens e serviços consumidos na Região do que se o fizessem no resto do país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouçam! Menos cargos políticos!

O Orador: É esta Via Açoriana que permite também que os funcionários públicos dos Açores tenham uma remuneração complementar que representa um acréscimo de rendimento face à remuneração que teriam no restante território nacional, que os nossos pensionistas e os nossos idosos beneficiem de

um acréscimo de 26 milhões de euros na sua pensão do que se vivessem no continente ou na Madeira ou que tenham um apoio adicional de 22 milhões de euros no apoio social, como por exemplo na aquisição de medicamentos, no abono de família, entre outras medidas sociais, do que teriam se vivessem no resto do país.

Estas medidas, conjuntamente com a menor incidência dos impostos sobre o lucro das empresas e os impostos especiais sobre o consumo, asseguram atualmente, e só este ano, apoios e benefícios às famílias e empresas açorianas de mais de 230 milhões de euros do que teriam se vivessem na Madeira ou no continente português.

Esta Via Açoriana é um património dos Açorianos que foi criado e consolidado e que iremos não só manter, como reforçar no limite dos nossos recursos e das nossas competências.

Mas dirão alguns, “temos uma percentagem de beneficiários do Rendimento social de Inserção mais elevada que a média nacional”. É verdade, mas isso apenas demonstra que nos Açores não deixamos ninguém para trás.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Ávila (PS): Isso é verdade!

O Orador: Só demonstra que nos Açores não escondemos nem abandonamos quem precisa de apoio.

Que, em cada freguesia, há uma resposta imediata, que estamos presentes onde os Açorianos precisam.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso só demonstra que não deixamos quem tem mais dificuldades à sua sorte, que damos a mão a quem mais precisa de apoio.

Que não fechamos serviços nem afastamos os serviços sociais de quem precisa de apoio, criamos todas as condições para todos acederem a esse apoio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vocês estão criando uma sociedade de pobres! É isso que vocês querem!

O Orador: O que nos distingue do resto país em termos de RSI e de todos os apoios sociais é a acessibilidade e a proximidade que nos faz estar junto de quem precisa e a convicção de que todos os que precisam devem ser apoiados e não afastados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Dirão também, à falta de outro argumento, que temos uma alta taxa de abandono escolar precoce.

Deputado António Marinho (PSD): E não é verdade?

O Orador: Efetivamente, essa realidade ainda não nos satisfaz.

Mas a verdade é que temos conseguido reduzir de forma significativa esse abandono escolar precoce e estamos também a vencer este desafio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Passagens administrativas!

O Orador: Na realidade, o abandono escolar precoce era de 56,5 % em 2006 e, em apenas oito anos, conseguimos baixar em 42% esse indicador, sendo que nestes anos a redução da taxa de abandono escolar foi de 23,7 pontos percentuais, melhor que o resto do país, onde a redução foi de 21,5 pontos percentuais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Menos, menos!

O Orador: Se é isso que justifica um debate sobre crise social, então enganaram-se redondamente na evolução recente deste indicador.

Assumimos, no entanto, que muito ainda há a fazer para reduzir ainda mais a taxa de abandono escolar precoce e que é ainda um problema a resolver por isso

demos prioridade no reforço da qualificação dos Açorianos como eixo estruturante e essencial do novo Programa Operacional Açores 2020, para o que aumentaremos em 66% as dotações disponibilizadas para a promoção do emprego sustentável e qualificação dos Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A economia açoriana tem contado com uma política contínua de estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro que tem assegurado a sustentabilidade da Região, apesar dos constrangimentos que nos afetam.

Não é o Governo dos Açores que o diz, todas as entidades nacionais e europeias, como a Comissão Europeia, o FMI, o Banco Central Europeu, o INE, o Tribunal de Contas e o Banco de Portugal têm confirmado essa sustentabilidade.

“Os resultados evidenciados pelo Governo dos Açores têm demonstrado um sentido de equilíbrio muito grande e, portanto, em contínuo equilíbrio orçamental”.

Não foi uma frase minha, quem o disse, recorde, foi o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, quando visitou recentemente os Açores.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Parecer semelhante teve a Comissão Europeia no seu “Relatório de Monitorização Pós-programa de Ajustamento em Portugal”, que, em relação aos Açores, afirmou que (cito) “as finanças públicas mantêm-se sólidas, com o orçamento equilibrado de forma genérica e um baixo nível de dívida”.

Se esta é a avaliação que fazem da gestão das finanças públicas regionais, julgamos irrelevante acrescentar sequer uma palavra sobre aquilo que constitui o alicerce em que assenta todo o conjunto de políticas de apoio à nossa economia, às nossas empresas e às nossas famílias.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos conscientes das dificuldades que os Açorianos ainda sentem, temos presente os enormes desafios que se nos colocam e os obstáculos que ainda urge ultrapassar.

Sabemos que nunca faremos tudo o que desejávamos nem conseguiremos alcançar todas as metas a que nos propomos, mas temos a certeza de que tudo fazemos para dia a dia construir um futuro melhor para todos os Açorianos.

Um caminho que é construído diariamente por quem sofre e luta contra as adversidades, não por quem faz das adversidades dos Açorianos o seu modo de sobrevivência.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem

O Orador: Um caminho que é construído por quem está ao lado dos Açorianos, ajudando-os a ultrapassar as dificuldades e os problemas, não por quem amplia e promove as dificuldades.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Um caminho que é construído por quem quer puxar os Açores para cima, não por quem puxa sistematicamente os Açores para baixo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso futuro constrói-se com quem propõe, com quem batalha, com quem luta ao lado dos Açorianos, não com quem se limita a desmerecer o esforço dos Açorianos, nunca apresentando propostas ou alternativas que sejam credíveis e sustentáveis.

O nosso futuro constrói-se com quem vê esperança, com quem incute confiança no caminho a seguir, não com quem se limita a dizer que o caminho não é este, sem nunca indicar outro, seja ele lá qual for.

Deputados Miguel Costa e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Confiamos plenamente na capacidade das Açorianas e dos Açorianos para nos ajudarem a concretizar eficazmente os objetivos traçados pelo XI Governo Regional.

Estamos certos de que os Açores continuarão a trilhar um caminho que orgulhará as gerações vindouras do nosso contributo para o seu sucesso.

Disse.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Uma nota prévia neste debate.

O título que escolhemos para este debate "Anemia do investimento, estagnação da economia e crise social", ...

Deputado José Contente (*PS*): Isso era no seu tempo!

O Orador: ... corresponde exatamente ao título que o PS na Assembleia da República usou para interpelar o governo de Portugal, ...

Deputado José Ávila (*PS*): O problema é que é diferente! Aí é que está a diferença!

Deputado Berto Messias (*PS*): A realidade é diferente!

O Orador:... um Governo que apesar das dificuldades que encontrou depois da governação ruínosa de José Sócrates, hoje em todos os indicadores que pudemos comparar com a nossa Região tem resultados mais positivos ...

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor estava distraído! É o estado normal do seu líder!

Deputado José Ávila (*PS*): Como é que se comete um erro desses?

O Orador: ... e se fazia sentido para uma economia, para o investimento, para o estado social do país, fazer a crítica nos termos em que o PS fez a nível nacional, maior propriedade tem este título quando se aplica à triste realidade dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vamos à realidade.

Deputado André Bradford (PS): Vamos, porque ainda não chegámos lá!

O Orador: O PSD como habitualmente acontece nas intervenções do Sr. Vice-Presidente do Governo e de um modo geral de todo o Governo e também da bancada que o apoia é habitualmente adjetivado e hoje, e retive-me num dos adjetivos feitos pelo Sr. Vice-Presidente, reportando-se à credibilidade ou à falta de credibilidade do PSD para apontar as realidades da nossa Região conforme aqui foi demonstrado pelo meu companheiro de bancada, Deputado João Bruto da Costa.

Quem questionou a credibilidade do PSD é exatamente a mesma pessoa que em janeiro de 2007, neste mesmo Plenário, fazia a seguinte previsão e promessa, de “criar anualmente 2000 postos de trabalho...

Deputado Francisco César (PS): Por acaso criámos!

O Orador: ... e de termos em 2013, 121 000 trabalhadores em exercício de funções nos Açores”. Acabei de citar.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso era antes de vocês chegarem à República!

O Orador: Quem errou em 20 000 postos de trabalho na nossa Região é quem questiona a credibilidade do PSD, não para fazer suposições, não para fazer previsões, mas apenas para apontar a triste realidade em que se encontra esta Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Ainda não percebi o objetivo!

O Orador: Mas é a mesma pessoa que em setembro de 2013, a propósito de uma ligeira baixa do desemprego no segundo trimestre daquele ano, dizia que “aqueles dados permitem perspetivar que o executivo estará no caminho certo se continuar a implementar ainda com maior força mais medidas e cumprir integralmente a Agenda Açoriana.

O Vice-Presidente do Governo açoriano salvaguardou contudo que mais importante do que a execução quantitativa das medidas, são os resultados”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vamos aos resultados!

O Orador: Pois quem dizia que a Região estava no bom caminho, foi a que a trouxe até aqui, porque desde essa data o desemprego não parou de subir.

Quem fala da credibilidade é quem falhou nestes 20 000 postos de trabalho que prometeu em 2007; é quem está em funções neste Governo em dois anos, apesar de uma não sei quantas dezenas de medidas, de uma chamada Agenda para o Emprego e Competitividade, o resultado de dois anos de governação de Sérgio Ávila e de Vasco Cordeiro, é este: menos 452 açorianos empregados.

Deputado José San-Bento (PS): Não era!

O Orador: Mais 1397 desempregos.

Foi quem trouxe a Região para este estado.

Enquanto que o país baixou a sua taxa de desemprego de 15.7 para 13.9, ...

Deputado José San-Bento (PS): Como é que isso se processa?

O Orador: ... aquele Governo que se sujeitou a um debate promovido pelo PS na Assembleia da República sobre a anemia do investimento, a estagnação da economia e a crise social, foi capaz de baixar o desemprego de 15.7 para 13.9.

Deputado Berto Messias (PS): Isso explica-se com a emigração! Milhares de jovens foram mandados embora deste país!

O Orador: Este Governo da propaganda levou a taxa de desemprego, não a baixou, fê-la subir de 15,3 para 16,3. Este é o resultado da governação e da credibilidade.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores expulsaram milhares de jovens de Portugal!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nos Açores não são expulsos, vão-se embora!

O Orador: É o Governo que já nos habituou ao seguinte registo: quando alguma coisa, pouca, corre bem, é sempre mérito do Governo Regional; quando tudo e quase tudo vai correndo mal a culpa é sempre de Lisboa, do Governo da República, da oposição e particularmente do PSD.

É o Governo que faz o seguinte: a economia e a qualidade de vida dos açorianos baixa proporcionalmente à subida da propaganda.

É um governo que em cinco anos, Sr. Vice-Presidente, nos últimos cinco anos, perderam-se nos Açores quase 11 000 empregos. Nós, hoje, temos quase menos 11 000 açorianos empregados, do que há cinco anos atrás.

O senhor devia envergonhar-se destes resultados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Devia envergonhar-se destes resultados porque exerce as funções que hoje está a exercer durante todo este tempo, portanto é o primeiro responsável. Não é a República! Não é o Governo de Passos Coelho! Não é a oposição dos Açores! É o PS e o seu Governo que nos trouxeram até aqui.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Também disse que este debate era para o PSD fazer uma prova de vida.

O PSD não precisa deste debate, nem deste Parlamento para fazer prova de vida.

Deputado Francisco César (PS): Precisa é de “choques elétricos”!

O Orador: Quem precisa de prova de vida desse Governo são os açorianos. São os 20 000 açorianos que estão desempregados que precisam de uma prova de vida deste Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ainda bem!

O Orador: São os açorianos que continuam dependentes do Rendimento Social de Inserção que precisam de uma prova de vida deste Governo!

São os empresários que esperam que o senhor pague o que lhes deve! Que o senhor lhes entregue as participações da União Europeia que eles há muito esperam. Esses é que precisam de uma prova de vida.

Quem precisa de uma prova de vida desse Governo são as IPSS que vivem com a corda na garganta porque os senhores não pagam, porque lhes retiraram meios. São essas IPSS que estão a despedir colaboradores, que não pagaram o subsídio de Natal ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... porque o Governo Regional o que lhes devia ter pago em outubro, só pagou no mês de fevereiro.

Quem precisa de uma prova de vida desse Governo são essas IPSS!

Quem precisa de uma prova de vida desse Governo são os pais dos alunos que os veem mergulhados no insucesso e no abandono escolar precoce que é o maior do País, dos maiores da Europa, que nos envergonham a todos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem precisa de uma prova de vida desse Governo são as 54% das famílias dos Açores que vivem com um rendimento inferior a 350 euros.

Quem precisa de uma prova de vida desse Governo são os pescadores de Rabo de Peixe que vivem com menos de 100 euros por mês, na miséria!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso devia envergonhá-lo e impedir de fazer essa propaganda, fácil, falaciosa!

Por fim, quem precisa de uma prova de vida deste Governo são os mais de 40 000 açorianos que não têm médico de família!

Esta é a Via Açoriana, a Via Açoriana socialista que nos traz até aqui, à anemia do investimento, à estagnação da economia, à maior crise social de sempre nos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Por falar em provas de vida e por falar em vergonha ou falta dela, aquilo que me parece evidente é que os senhores é que se deviam sentir envergonhados porque na intervenção que fazem para enquadrar um debate de urgência sobre crise social e investimento público, não tenham apresentado uma única ideia,

uma única proposta, um único contributo para o setor económico e para o setor social da nossa Região.

(Aplausos do Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Isso é que é relevante e os senhores é que se deviam sentir envergonhados com isso!

Discutimos investimento público, a anemia, a suposta e alegada anemia do investimento público e a crise social. Estamos de facto em crise, estamos há vários anos em crise e uma discussão séria sobre crise social e economia não pode escamotear os efeitos e os impactos externos a que os Açores estão sujeitos desde 2008 a esta parte.

Nenhuma discussão séria sobre a economia e sobre a emergência social pode escamotear as causas dessa crise.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual crise?

O Orador: É curioso, que quer o Sr. Deputado Bruto da Costa, quer o Sr. Deputado Joaquim Machado, quer aliás todo o PSD na narrativa que têm relativamente a estes setores, não se refiram uma única vez, quer à crise internacional que fez cair vários Países que condicionou fortemente vários Países Europeus, quer também à política de austeridade nacional dos vossos parceiros do PSD nacional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte ao Sr. Presidente Carlos César o que é que disse sobre isso? Disse que não chegava aos Açores!

Deputado José Ávila (PS): Ele disse que chegava mais tarde! Mentiroso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ele disse que não chegava!

O Orador: ... que infelizmente têm de ano para ano empobrecido o nosso País, sobretudo desde 2011 a esta parte.

Naturalmente, que isso tem um impacto brutal tamanho, na vida dos açorianos.

Eu recordo-me, os senhores têm memória curta, que a primeira medida do então Ministro Vitor Gaspar, de introduzir a sobretaxa e de cortar metade do subsídio de Natal, retirou à economia açoriana cerca de 25 milhões de euros. Não foi há muitos anos. Foi há cerca de três anos (isso na altura do natal, que como sabem tem um impacto brutal no pequeno comércio, em muitas lojas de pequeno comércio que tem e que veem na quadra natalícia uma fase fundamental da sua atividade económica). Essa retirada de 25 milhões de euros a esse setor por imposição do Governo da República, numa medida que não constava do Memorando de Entendimento da Troika, condicionou brutalmente esse setor e infelizmente empurrou muitos açorianos para o desemprego e empurrou muitas lojas dessas para o seu encerramento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fale do IVA na restauração!

O Orador: Os senhores, estranha e curiosamente não se referem a isso uma única vez.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o PSD tem toda a legitimidade de diagnosticar problemas, com certeza que sim. Esse é o vosso papel enquanto partido da oposição, mas tem a obrigação moral, ética e política de, por um lado, perceber aquilo que está em causa, analisar seriamente toda esta questão de forma abrangente, quer as suas consequências, quer as suas causas e por outro lado tem uma obrigação fundamental de apresentar soluções, de apresentar contributos ...

Deputado José San-Bento (PS): Zero!

O Orador: ... de apresentar propostas ...

Deputada Judite Parreira (PSD): Para os senhores chumbarem, não é?

O Orador: ... e infelizmente isso tem sido uma pobreza extrema.

Neste quadro, neste quadro difícil o que é que foi feito? O Governo dos Açores sem escamotear os problemas, com total lucidez, em sintonia permanente com os problemas da sociedade açoriana, arregaçou as mangas e de imediato criou

um pacote de medidas fundamentais que garantem a manutenção do rendimento das famílias, quer ao nível da remuneração complementar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que estão os 1000 empregos no setor florestal?

O Orador: ... quer ao nível dos apoios sociais, quer ao nível do complemento regional de pensão, quer ao nível do complemento regional ao abono de família, quer ao nível do COMPAMID que é aliás um bom contributo do CDS-PP, e os senhores deviam muitas vezes seguir o exemplo do CDS-PP nas boas propostas que apresenta: o COMPAMID, o complemento regional para aquisição de medicamentos ...

Deputado André Bradford (PS): Eles não sabem!

O Orador: ... quer também a proposta que vai ser votado aqui o seu pedido de urgência e que a breve trecho estará em vigor, de redução dos impostos, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma proposta apresentada pelo Governo que abrange 90% das famílias açorianas e que garante impostos mais baixos para as famílias dos Açores.

Os senhores não se referem a isso. Os senhores têm uma visão sectária, têm uma visão separatista porque estão sempre preocupados em fazer moça ao Governo e ao PS, sem perceber que estão a prejudicar os Açores e os açorianos com essa vossa postura.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos do Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Façamos história porque na política é fundamental fazer história.

O Governo arregaçou as mangas neste propósito. O que é que tem feito o PSD?

Qual tem sido a atuação do PSD no apoio às famílias?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga, diga!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Veja a propostas do camarada Costa!

O Orador: Todos se lembram, com certeza, da famosa proposta em que o Sr. Deputado Duarte Freitas anunciava, no encerramento de umas Jornadas Parlamentares, uma grande proposta para o combate ao desemprego jovem. O que é que veio a acontecer? Quando analisámos essa proposta, a proposta previa apoiar empresas que queriam extrair petróleo nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que está a caminho!

O Orador: Quem não se lembra também da famosa proposta do PSD que no âmbito de um Plano e Orçamento queria alterar os escalões do IRS.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A proposta é vender o setor público!

O Orador: O Sr. Deputado António Marinho anunciava isso como um grande contributo para as famílias açorianas. Depois de vermos a proposta e analisarmos a proposta percebemos que afinal, contas feitas, quem ganhava mais pagava menos e quem ganhava menos, pagava mais.

Deputado José Ávila (PS): Pagava mais!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não percebe nada disso!

O Orador: É este o contributo que o PSD nos tem dado! É este o contributo que o PSD tem dado às açorianas e aos açorianos.

E façamos história, Sras. e Srs. Deputados.

Nós estamos em março. Está em vigor no nosso País o Orçamento de Estado de 2015. E o que é que o PSD-Açores fez no Orçamento de Estado? O que é que os Deputados do PSD fizeram no Orçamento de Estado? O que é que os Deputados do PSD, da Assembleia dos Açores, fizeram na Comissão de Economia, no âmbito do Orçamento de Estado? Apoiaram o Orçamento de Estado, votaram contra medidas de apoio aos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Deviam ter vergonha!

Sr. Deputado João Bruto da Costa, isso é uma hipocrisia!

O Orador: ... votaram contra medidas de apoio à Universidade dos Açores, votaram contra medidas de apoio aos terceirenses e ao problema com que estão confrontados na Base das Lajes e os Deputados do PSD-Açores o que é que fizeram quando esteve em causa o apoio da República às intempéries nos Açores? Votaram contra essa proposta.

(Aplausos do Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Votaram contra essa proposta! É esse o contributo que os senhores têm dado aos Açores e aos açorianos.

Falava o PSD em vergonha, em provas de vida e em credibilidade.

Falemos de credibilidade:

Na atividade política há momentos em que é exigida grande clarificação.

O nosso regime democrático, como sabe assenta em grande medida na atividade dos partidos políticos.

Os partidos políticos têm grandes momentos, como são por exemplo, os seus congressos, no caso da Região, os congressos regionais.

Os candidatos desses partidos, quem se candidata à liderança de um partido, têm o seu projeto político, as suas propostas para o partido e para a sociedade, chamados de Moção Global de Estratégia, ou Moção de Orientação Política Global.

Deputado Bruno Belo (PSD): Faça as primárias aí!

O Orador: É importante que neste exercício de credibilidade e de clarificação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que não fez congresso, quem foi?

Deputado Bruno Belo (PSD): Faça as primárias aí!

O Orador: ... possamos referir aquilo que é referido e dito na Moção Global de Estratégia do Sr. Deputado Duarte Freitas, enquanto candidato a Presidente do PSD.

Para que se perceba, para que quem nos ouça perceba, para que a comunicação social perceba, uma Moção Global de Orientação, é digamos que a antecâmara ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o presidente honorário!

O Orador: ... do projeto político de um político, de um candidato de um partido para a sociedade e aquilo que nós verificamos na Moção de Orientação Política Global, do Sr. Deputado Duarte Freitas, que é a antecâmara das propostas e das ideias do PSD para a sociedade açoriana, nós vemos e verificamos, e apelo a todos que leiam a Moção Global do Sr. Deputado Duarte Freitas ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Alguém já escreveu sobre isso!

O Orador: ... que vejam com os seus olhos, é pedagogia pura para perceber a credibilidade do PSD e das suas propostas. Essa moção não tem uma única proposta para melhorar o Serviço Regional de Saúde, uma única proposta para melhorar a educação na Região, uma única proposta para promover o emprego na Região, uma única proposta para melhorar a solidariedade social na Região. Nada! É um deserto de ideias, é um deserto de propostas, é um deserto de contributos.

Sr. Deputado Duarte Freitas, caros colegas do PSD:

Permitam-me que lhes diga o seguinte: os senhores têm que se preocupar mais com a substância e menos com a circunstância; têm que se preocupar mais com o conteúdo e menos com a fotografia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai receber o convite! Deixe estar!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor tem tido um trabalho difícil, reconheço, dentro do PSD para conseguir agregar todas essas sensibilidades,

muitas delas que ainda não estão convencidas da sua capacidade para liderar o partido.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor olhe para trás de si, para a sua bancada!

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe para a sua segunda fila!

O Orador: Reconheço esse esforço, mas é fundamental que o Sr. Deputado se foque no essencial em apresentar propostas, em apresentar ideias, que não se subjuguem a essa coligação negativa que tem com o PPM, uma coligação destrutiva e dominada pelo PPM.

Por exemplo, siga o exemplo do CDS que está sempre disponível para ajudar e para contribuir construtivamente para o futuro dos açorianos.

Os senhores vão continuar nessa coligação negativa e o PS aqui estará em coligação com os açorianos a desenvolver a nossa Região porque isso é o que mais interessa.

(Aplausos do Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Quero em primeiro lugar elogiar o PSD pela iniciativa deste debate, pela temática que nos propôs: "Anemia do investimento, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O camarada Vasco sabia disso tudo!

O Orador: ... estagnação da economia e crise social", mas este elogio ao PSD é, também, pela coragem que demonstra ao abordar estas relevantes questões.

E digo que é bem escolhido não só porque acaba por fazer, em traços largos, um diagnóstico correto da situação do país e da Região, como acaba por

corresponder exatamente aos pontos principais do programa que, pela sua própria mão, pela mão do PS mas também pela mão do PS e do CDS/PP, foi aplicado a Portugal e por conseguinte á Região.

"Anemia do investimento, estagnação da economia e crise social" foram justamente os objetivos procurados e atingidos pelo pacto de agressão com a troika, e que os agentes da propaganda oficial costumam chamar-lhe "ajustamento estrutural".

Presumo, assim, que com esta escolha de palavras para o título deste debate, o PSD pretenda sobretudo contemplar embevecido a obra do seu próprio Governo e, quem sabe mesmo, saudar os seus fiéis aliados, o PS e o CDS, que nunca faltaram com a sua assinatura, voto e apoio mais ou menos assumido em todas as decisões fundamentais deste processo.

Crescimento desmesurado da dívida, pública e privada, e recusa da sua renegociação, brutal corte da despesa do Estado, monstruoso aumento da carga fiscal, redução dos salários e do rendimento das famílias, diminuindo a procura interna, são apenas algumas das políticas fundamentais em que o PS, o PSD e o CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): PP!

O Orador: PP.

... estiveram e continuam perfeitamente unidos.

Aplicam um programa destes ao país e, agora, dizem-se surpreendidos e preocupados ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está nos Açores!

O Orador: ... com a anemia do investimento, com a estagnação da economia e com a crise social? Acordaram tarde, como diria o Povo. Hipocrisia e calculismo eleitoral, digo eu!

Já sei que me vão dizer, aliás o Deputado Berto Messias de alguma forma já o referiu na intervenção anterior: "Enfim... essas políticas... foi a União Europeia

e a Troika que nos impuseram... não pudemos fazer nada...”. Mas este argumento é falso e a dimensão da vossa hipocrisia ficou bem demonstrada pela atitude do nosso Primeiro-Ministro de Portugal nas reuniões do eurogrupo sobre a situação da Grécia. Perante um país que procurava o alívio suficiente para poder retomar o crescimento, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os Açores?

O Orador: ... abrindo inclusive precedentes que poderiam aliviar a situação de Portugal, são vocês mesmo, o Governo PSD/CDS, que se põem a defender a política da troika, os interesses de Berlim, com uma ferocidade acéfala.

São vocês mesmo, senhores Deputados, que defendem e aplicam as políticas ruinsas que nos trouxeram à atual crise. Agora estão preocupados com os resultados da vossa política? Não será por ser ano de eleições?

Nas vossas palavras e atitudes, acredite quem quiser...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Não queremos que, do que acabámos de dizer, se pense que achamos que o Governo Regional não tem qualquer responsabilidade nesta matéria. Tem sim enormes responsabilidades sobre a situação da economia regional e sobre a situação social que vivemos.

É que, também aqui o Governo Regional do PS aplicou sempre, com todo o zelo e dedicação, todas e cada uma das medidas de austeridade, recusando utilizar as competências da nossa Autonomia para aliviar os sacrifícios impostos ao Povo Açoriano.

O seguidismo troikista do PS Açores chegou ao ponto de assinar um Memorando de Entendimento com o Governo da República, condicionando ilegalmente a política económica da Região indo ao cúmulo dos orçamentos da Região terem de ir ao Ministério das Finanças, para visto prévio, antes mesmo de serem apresentados neste Parlamento. Todos estamos recordados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma machada na Autonomia!

O Orador: Foi o Governo Regional do PS, a governar sozinho e por isso único responsável, que optou sempre por segurar os lucros das empresas privadas, encaminhando para elas uma fatia cada vez maior dos recursos regionais e que recusou sempre aliviar os sacrifícios para as famílias, aumentar o complemento regional ao salário mínimo, reduzir o preço da electricidade, etc, etc, etc.

E, para termos o exemplo mais recente e mais claro, é o PS Açores, parece que com o apoio do parceiro troikista, CDS/PP, que recusa repor o diferencial fiscal ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem dito!

O Orador: ... em toda a sua amplitude, baixando assim os impostos nos Açores. Uma situação vergonhosa, em que o PS Açores, atrasa essa redução o mais que pode, embolsando alguns milhões de euros a cada mês que passa, como propõe, afinal, não reduzir a taxa máxima do IVA que, como todos sabem é receita fiscal mais significativa.

Com esta sua atitude, o Governo Regional, voltando atrás no compromisso que assumiu, nesta casa, com as várias forças políticas e com o Povo Açoriano, aniquilou qualquer credibilidade que a sua palavra ainda pudesse ter, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga isso mais alto para todos perceberem a sua intervenção, Sr. Deputado!

O Orador: ... atingindo um baixo inédito na história da política açoriana e pondo seriamente em causa o contrato social que firmou com o Povo Açoriano. Povo que mais tarde ou mais cedo lhes irá cobrar os incumprimentos políticos e compromissos eleitorais, não cumpridos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Não há crescimento sem consumo, não há criação de riqueza ou geração de emprego sem mercado interno e, ambas estas condições dependem diretamente e de maneira objetiva do rendimento disponível.

A questão do rendimento das famílias e da necessidade de se reativar o consumo, as vendas das empresas e a criação de emprego tornaram-se no problema essencial a que é necessário dar resposta urgente. É das respostas que dermos a esse problema que depende a nossa capacidade de resistir e de vencer a recessão e de construir um futuro de crescimento e justiça social.

Para isso é essencial usarmos as nossas competências autonómicas, traçarmos o nosso próprio rumo, recusando as chantagens e ingerências do Governo da República e afirmando o direito dos açorianos a gerirem livremente os seus próprios recursos.

Melhorar a vida dos açorianos, aliviar as suas dificuldades, não é apenas justo como também o único rumo para reativar a economia regional e traçar um futuro de crescimento e desenvolvimento para os Açores. Essa é a prioridade política do PCP nos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso veio escrito de lá de fora, foi?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membro do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo devia ter vergonha!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é que devia!

O Orador: Vir dizer que se há muitos açorianos beneficiários do RSI é porque ninguém fica para trás! Oh, Sr. Vice-Presidente de onde é que vem e quem é que paga o RSI nos Açores?

Eu respondo-lhe. É a República, ...

Deputado Francisco César (PS): E quem é que contribui?

O Orador: ... é o Orçamento de Estado que paga o RSI dos açorianos, que ficaram para trás nesta sua governação!

Deputado José Ávila (PS): O senhor não está a ver as coisas bem vistas!

O Orador: O senhor devia ter vergonha, sabe por quê? Porque teve uma oportunidade no Orçamento e Plano deste ano de aprovar uma medida de complemento aos açorianos e às famílias e crianças que beneficiam do RSI e que vivem na pobreza. O que é que o PS fez? Chumbou a proposta do PSD, do RSI.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor sabe como é que este Governo lida com as pessoas que precisam de apoios sociais? Com indignidade. É uma indignidade arregimentar os açorianos que estão desempregados de longa duração, metê-los no anfiteatro e obrigá-los a agradecer ao carrasco por estarem na situação em que estão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, diz o senhor que isto tem que ser uma discussão séria.

Eu não ouvi nem uma resposta, nem uma resposta a nenhuma das questões que foram colocadas por mim daquela tribuna. Zero! Nenhuma resposta!

Discussão séria! Oh, Sr. Deputado, o PSD não apresenta propostas?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é um integrista político!

O Orador: Vá ver quantas propostas do PSD estão relatadas na comissão dos Assuntos Sociais sobre solidariedade social!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quantas propostas estão relatadas do PSD?

Sabe uma coisa, Sr. Deputado, o Governo não governa e só ataca as oposições, mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: vem o Sr. Deputado Berto Messias acusar de falta de conteúdo uma Moção Global de Estratégia do líder do PSD apresentada ao Congresso do PSD!

Oh, Sr. Deputado, qual foi a Moção Global de Estratégia que o seu líder apresentou ao Congresso quando foi eleito Presidente do PS?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sabe qual foi? Foi nenhuma porque o senhor não teve Congresso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Os senhores não fizeram congresso quando foi a eleição do líder do PS. Não se lembra? Não se lembra da célebre frase ...

Deputado José Ávila (PS): Quando é que ele foi eleito presidente do PS?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

O Orador: ... do Deputado Rogério Veiros nesta Casa?

Deputado José Ávila (PS): É ridículo o que o senhor está a dizer!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

O Orador: Não se lembra da célebre frase do Deputado Rogério Veiros nesta Casa quando disse, e cito: “pior que não ter um Congresso, é ter um Congresso que não serve para nada!”. Não se lembra disso? Pois em lembro-me Sr. Deputado.

Quer que eu lhe diga mais uma coisa?

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor está baralhado! Não sabe o que está a dizer!

Deputado André Bradford (PS): Comece isso de novo!

O Orador: Oh, Sr. Deputado eu estou a citá-lo.

Deputado José Ávila (PS): O senhor nem citar sabe!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

O Orador: Sr. Deputado Rogério Veiros, ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS)

O Orador: Oh Sra. Presidente, eu peço-lhe que me desconte este tempo, por favor, porque ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isto já não são apartes, é barulho, por isso precisamos de algum silêncio para nos fazermos ouvir.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para voltar a dizer: o Sr. Deputado Rogério Veiros disse em aparte que eu não sabia o que é que eu estava a dizer! Oh Sr. Deputado eu estava a citá-lo, se eu não sabia o que é que estava a dizer peço imenso desculpa a frase é sua.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados do PS, os Açores têm 90% dos seus agregados familiares no primeiro e segundo escalão; têm mais de 20 000

desempregados; têm mais de 7% da população no rendimento social de inserção.

Os senhores não deixam ninguém para trás? Não é verdade. Ficou foi toda a gente para trás com a vossa governação, Srs. Deputados!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Uma interpelação Sra. Presidente, para informar a câmara e a Mesa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra vez!

O Orador: ... que nós faremos chegar à Sra. Presidente, pedindo que depois distribua ao PSD ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias está a fazer uma interpelação.

Sr. Deputado faça favor de continuar.

O Orador: Nós faremos chegar à Mesa, para depois ser entregue ao PSD, o artigo do Sr. Deputado António Marinho da passada terça-feira, sobre precisamente o Congresso do PS, que se realizou aqui na cidade da Horta, em janeiro de 2013, depois das eleições diretas do Presidente do PS.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi depois do Congresso!

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi depois de ser Presidente do Governo!

O Orador: Portanto, teremos muito gosto em fazer chegar o artigo do Sr. Deputado António Marinho, para ser entregue ao Sr. Deputado Bruto da Costa e podemos fazer chegar também o Programa do Congresso, não há problema nenhum.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu posso interpelar a Mesa a pedir o que disse o Sr. Deputado Rogério Veiros!

Deputado José Ávila (PS): Pode pedir o que quiser!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ele só pede o que os senhores disseram!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de entregue será distribuído.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro quero saudar o PSD por trazer este debate, a esta casa, sendo este debate, no nosso entender, da maior atualidade.

O Bloco de Esquerda quer realçar em primeiro lugar que no que se refere ao desemprego e evolução da economia o discurso do Governo Regional e PS/Açores é em tudo idêntico ao discurso do Governo da República e do PSD e CDS que o apoiam.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, francamente!

A Oradora: Qualquer baixa de uma décima no desemprego ou um anémico crescimento económico é uma consagração das suas políticas.

Estes dois discursos semelhantes, deveriam ser impossíveis, particularmente para o PS que diz ter uma política alternativa.

Todavia, esta esperança é vã porque o que os une é mais do que os divide- a obediência ao Tratado Orçamental, uns, o PS que o quer inteligente, os outros que o querem bruto, estamos para ver a diferença.

Mas a diferença nos Açores de 15,7% de desempregados para 15,5%, se é motivo de celebração para o governo regional para os desempregados é a manutenção de uma situação insustentável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas mais importante que enredarmo-nos nesta discussão de décimas queremos discutir a realidade da situação e da evolução da economia e a linha de rumo para a economia e o futuro dos Açores que o Governo Regional tem protagonizado.

A diminuição do desemprego não passa de uma ilusão, desde logo não é divulgado pelo Governo Regional, talvez por falta de dados estatísticos como é habitual na nossa Região, quantos açorianos e açorianas emigraram e que estarão incluídos nos mais 350.000 portugueses, que o fizeram nos últimos três anos. Entre os desempregados na Região a taxa de 40% de jovens é relevante e assustadora para o futuro que enfrentaremos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, milhares de açorianos e açorianas frequentam os diversos programas de apoio aos desempregados e logicamente não contam para as estatísticas do desemprego. É verdade que para as pessoas é melhor estes programas do que nada. Mas não deixa de ser verdade e isto é o mais importante, que a economia não dá resposta a estas pessoas.

Mas também é da maior importância analisar a qualidade do emprego que foi colocado à disposição das pessoas. Dados oficiais, Sr. Vice-presidente, mostram que mais de 80% do emprego, criado no último ano, na nossa Região, é a prazo ou parcial e a maior parte destes /as trabalhadores/as tem como base salarial, o salário mínimo regional. Este é o emprego criado.

Este quadro mostra bem qual a real crise social que hoje vivemos nos Açores, agravando-se a situação se a estes números juntarmos todos/as os que estão empregados que recebem salário mínimo e muitas vezes abaixo do mínimo e

que não conseguem sair da pobreza ou do limiar da pobreza, esta, Sras. e Srs. Deputados, é real situação de milhares e milhares de açorianos/as. Acrescentando a esta situação os desempregados ou trabalhadores a tempo parcial ou os milhares de pessoas ocupadas nos diversos programas de bolsas ou estágios, ou os milhares de desempregados que já não constam de qualquer lista.

Não há motivos de regozijo senhores /as deputadas, quando as décimas representam muitas poucas pessoas nos milhares de açorianos/as em aflição diária. Esta é a realidade que se vive nos Açores, uma crise social profunda, não vemos razão para os festejos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas tão ou mais importante que as estatísticas oficiais é a palavra de quem anda no terreno e lida diariamente com o sofrimento e angústia de quem se vê privado do essencial para a sua vida e dos seus familiares e da sua dignidade.

Por ocasião da semana nacional da Cáritas, esta organização nos Açores divulgou que a procura de apoio de cidadãos e cidadãs desesperadas aumentou de modo alarmante, no último ano.

Infelizmente os festejos do governo e dos seus escribas não cola com a realidade, a economia não recupera, bem prova a minimalista baixa de impostos que aí vem, e o povo sofre!

Este quadro mostra de forma clara que a política económica do governo está errada. Apesar da propaganda assente na inovação e qualidade, a realidade mostra que esta política perpetua os salários baixos. Perpetua ainda a resignação, debaixo da ideia “ teres trabalho é uma dádiva, quanto mais trabalho qualificado e com direitos “ esta é na prática a grande consigna do PS Açores. Esta consigna encontra espelho na realidade, pois quando o PIB da região crescia a 4% ao ano as desigualdades sociais aumentavam, em paralelo.

E todos/as sabemos que aumento do PIB, nada tem a ver com distribuição de riqueza!

Dados da OCDE, 2014, põe os Açores na frente da pobreza, na frente das desigualdades sociais, na educação e saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: Tem o Bloco de Esquerda/ Açores ao longo dos anos apresentado propostas de conjuntura a pensar nas pessoas e na economia, mas foram estas sempre chumbadas pela maioria PS.

Para além da conjuntura, nacional e internacional, consideramos que hoje a nossa Região está numa encruzilhada sobre o futuro do seu perfil económico.

Nesta encruzilhada, em substância, pode haver dois caminhos:

- Como quer o PS a renovação na continuidade, que podemos denominar, ora um pouquinho mais, ora um pouquinho menos, para manter clientelas, mas mantendo o mesmo paradigma económico; ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: ... uma economia atrasada assente em baixos salários, enquanto as desigualdades crescem, mesmo com o PIB a crescer, anemicamente, Sr. Vice-Presidente.

- Ou, aproveitar os fundos europeus para uma autêntica revolução no paradigma económico, desta Região.

Como temos defendido, a posição geoestratégica pode e deve ser um fator económico de desenvolvimento, assim como a economia do mar.

Transformar a Base das Lajes numa plataforma de serviços para a aeronáutica civil e o tráfego marítimo impõe que o governo regional assuma de uma vez por todas qual o futuro dos Açores e lute por isso. Nós estaremos com ele!

Colocar os Açores na guarda avançada da investigação do mar, e das alterações climáticas, exige a implementação do centro de investigação da Horta, com carácter internacional, que há mais de dez anos defendemos.

O nosso mar defende-se com conhecimento, a nossa universidade defende-se com novas valências interligadas com a investigação do nosso tesouro marinho, a biotecnologia e a transferência de conhecimento do mar pode ser uma realidade nos Açores se tiver acoplada a si um forte centro de investigação.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Como sempre dissemos este é o caminho a seguir se queremos mudar o paradigma socioeconómico desta região.

Acompanhamos neste parlamento, como na República, a luta do governo regional no campo legislativo na defesa dos interesses dos Açores, o mesmo o fizessem todos e todas as deputado/as eleitos/as pelos Açores, na Assembleia da República.

Fazemo-lo porque é condição necessária para o projeto de desenvolvimento socioeconómico dos Açores. Não como defendeu o Governo Regional, pela voz do Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, em Cascais, em novembro passado, em que comunicou que o Governo dos Açores, estava disponível para arrendar o mar e dar benefícios fiscais aos grandes grupos da biotecnologia, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: ... que quisessem vir colonizar o mar dos Açores. Nesta postura não há ambição, não há estratégia a médio, longo prazo para a nossa Região. Em suma, somos pequeninos, qualquer coisa é boa para nós, é a política do pouquinho chega!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem visto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A luta com a República pelas nossas prerrogativas autonómicas, não é para termos colonizadores, nacionais ou estrangeiros, que nos deixam os sobejos. Precisamos é de parceiros e só os poderemos ter, se conhecermos as

potencialidades do que é nosso, que é do povo desta região, o governo é apenas o legítimo gestor da coisa pública!

Neste debate, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

O governo é mais uma vez chamado a responder se quer continuar o caminho de pedinte e a trabalhar para clientelas ou a dar o salto necessário para construir um a economia avançada e de futuro a partir das condições endógenas que esta Região, nos oferece!

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Aproveito para informar que o BE esgotou o seu tempo.

Queria também comunicar à câmara que está presente nas galerias uma antiga Deputada desta casa, a Dra. Fernanda Mendes, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Vou também pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes antes de fazer o intervalo.

Secretário: Governo Regional: 15 minutos e 15 segundo;

PS – 20 minutos e 15 segundos;

PSD – 08 minutos e 45 segundos;

CDS-PP – 13 minutos;

BE, já não tem tempo;

PCP – 2 minutos

PPM – 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para continuarmos com o debate.

Eram 12 horas e 09 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Vamos então continuar.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu ouvi com muita atenção o discurso que o Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila tinha preparado em relação a esta matéria e aqui leu nesta câmara.

Eu considero que quando um político está há muitos anos no poder, que é o caso do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional ...

Deputado José Ávila (PS): E o senhor também!

O Orador: Eu não estive um único dia no poder, portanto não compare!

... o que acontece é que perde o sentido da realidade, perde o contato com as casas das pessoas, habitua-se a viver nos palácios, habitua-se a viver entre a elite e casta governante e perde o contacto com a realidade e com as pessoas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é tão baixo!

O Orador: Perde o sentido da humildade, humildade de reconhecer que no Governo como na vida não se faz tudo bem, e que neste caso até se faz muita coisa mal.

Veja-se que para o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional não é problema nenhum o aumento exponencial dos apoios sociais. Para ele não são demonstrativos das dificuldades crescentes dos açorianos, muito pelo contrário, ele consegue encontrar aqui no seu discurso, cego à realidade e redondo, um mérito: é que nós somos muito bons em conseguir alargar a rede dos apoios sociais.

A conclusão que devia retirar é precisamente a oposta. É que se os apoios sociais estão a ser concedidos é porque a população açoriana tem crescentes dificuldades nas suas vidas.

Mas não, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional consegue encontrar o tal mérito.

Mas uma vez que estes apoios sociais venham a reduzir-se o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, pela sua dialética também irá dizer: os apoios sociais estão a diminuir, logo a nossa política económica está a ter sucesso.

Por isso o argumento é imbatível. Há mais apoios sociais! Não é porque a nossa política económica seja um fracasso e que não estejam a ser criados empregos na área da agricultura, nas pescas, na construção civil! Nada disso. Não, é porque nós somos bons a criar uma rede de apoios sociais.

Os apoios sociais diminuem! Não. Então esse também é um mérito do Governo. Portanto, é inatacável nesta lógica de discurso redondo, fechado e cego à realidade.

Depois, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional fez uma declaração perigosa, que aliás foi reiterada pelo Sr. Deputado Berto Messias, que é de que os senhores não têm o direito de criticar o Governo. Se criticam o Governo Regional são contra os Açores e os interesses dos Açores.

Ora, este é o argumento, meus senhores que nós podíamos ler nos textos do Estado Novo, na década de 30 e 40. Criticar o Governo é ser anti português; criticar o Governo é criticar Portugal.

Eu considero que este Governo já mostra esses tiques de autoritarismo, que é associar uma crítica democrática e legítima à sua atividade governativa e dizer que essa crítica é ilegítima e é contra os Açores.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Meus senhores, isto demonstra em que estado está este regime, em que estado, do ponto vista da sua democracia, do reconhecimento da liberdade e do reconhecimento à crítica e de, com certeza, ter uma visão fechada, uma visão quase ditatorial em relação à sociedade açoriana e de se confundir o PS e o Governo dos Açores com o conjunto da população açoriana. Não, meus senhores! Existe o direito à crítica, existe a preservação da liberdade como bem essencial e a crítica que nós temos que fazer, nós fazemos a crítica em nome dos Açores, da população dos Açores, para que a governação melhore se for possível, para que a governação melhore se for possível, para vos chamarmos a atenção dos aspetos em que Vs. Exas. estão a falhar. Isso é essencial na vida de uma democracia e não pode ser colocado em causa, como o senhor fez, e também o Sr. Deputado Berto Messias, nos vossos discursos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Eu devo dizer o seguinte, olhando para a nossa agricultura que se encontra à beira do caos e de uma situação muito complexa, eu não tenho nenhuma boa notícia para os Açores porque este Governo falhou na diversificação do setor agrícola.

Olhando para as pescas, eu não tenho nenhuma boa notícia em relação à atuação do Governo Regional nesta matéria. É um setor que se encontra à beira da rutura.

Olhando para a construção civil, onde foram perdidos dois terços dos empregos, dois terços dos empregos nos últimos anos, não tenho nenhuma boa notícia para apresentar aos açorianos.

E o que dizer em áreas sociais tão importantes como a saúde, em que o sistema foi desmantelado ao longo destes anos e em que é muito difícil para grande parte dos açorianos, principalmente para os mais desfavorecidos terem acesso aos cuidados de saúde.

O que é que aconteceu ao longo destes anos?

O que nós temos são péssimas notícias, péssimas notícias no setor da saúde.

E o que dizer da educação em que fomos ultrapassados por todas as Regiões deste País que estavam atrás de nós, desde o interior do País à Região Autónoma da Madeira, em que temos resultados catastróficos, ao longo destes últimos anos em que o PS tem uma responsabilidade governativa de 18 anos e em que não nos encontrávamos em último lugar. Encontramo-nos em último lugar com o PS que colocou os Açores no último lugar de todos os indicadores no âmbito da educação.

Portanto, meus senhores, com estes resultados, os senhores têm que ser criticados. É um dever da oposição criticar-vos. É um dever da oposição dizer-vos que as vossas políticas governativas estão erradas e nós temos o dever de vos chamar a atenção e de exercer o direito de crítica que é essencial e inalienável das sociedades democráticas e livres. Disso eu não abdicó!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Curiosamente tem-se falado aqui em apoios sociais. Enche o Governo, sempre o seu discurso, com os apoios sociais.

Mas há uma área que disfarçadamente o Governo tem feito os maiores atentados, que é a área da saúde e agora assiste-se recentemente a essa política do pobrezinho, de proteger o pobrezinho, para retirar direitos aos açorianos de uma maneira geral.

A última política, a última medida de deslocação de doentes é mais um exemplo desta política de rendimento mínimo que o Governo está a fazer nessa matéria. Para dar aos pobrezinhos têm tudo, mas a classe média que paga impostos, que trabalha é espoliada nos seus direitos à saúde porque vivem numa ilha que não tem hospital, precisam ser deslocados, não têm direito porque o Governo corta a torto e a direito. O Governo corta nos direitos mais elementares dos açorianos; corta no direito do acesso à saúde, no pior Secretário de todos os tempos que tivemos, na área da saúde, com o apoio do Sr. Presidente do Governo, que lhe dá o aval todos os dias a estas medidas draconianas, atentatórias ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... de um Serviço Regional de Saúde universal e gratuito, como enche muitas vezes os peitos de ar o Sr. Deputado Berto Messias.

Vai ter que mudar o discurso porque das taxas moderadores que já não tem dinheiro para pagar, já não vão à urgência porque não têm dinheiro para pagar, porque não sabem no fim qual vai ser a conta ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e então vem-se com a justificação que quem ganha o rendimento mínimo não paga nada, que quem ganha o ordenado mínimo não paga nada, mas quem trabalha todos os dias, quem se levanta para ir trabalhar, tem uma família para sustentar ...

Deputado Francisco César (PS): Já cá faltava o Rendimento Mínimo!

O Orador: ... que tem um ordenado e é da classe média, paga porque o Governo Socialista não lhes reconhece os direitos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Retira-lhes direitos todos os dias, com estas medidas: é nos reembolsos, é na deslocação de doentes, é nas taxas moderadoras que foram introduzidas por este Governo.

Ou seja, há de facto nos Açores um corte grave nos apoios sociais; há um corte grave na deslocação de doentes ...

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor pode dizer isso se esteve connosco na atribuição das comparticipações?

O Orador: ... há um corte grave na deslocação de especialistas, há um grave corte, há um atentado à saúde dos açorianos, cujo índice piora de ano para ano, com este Governo do PS e com este Secretário que nunca faz uma medida a pensar no bem. É sempre invoca o mal, para fazer o mal.

Deputado José San-Bento (PS): Fazer o mal?

O Orador: Sempre! Sempre! Sempre!

Mais, obriga as pessoas agora a andarem de declaração de IRS no bolso para serem reembolsados nuns míseros reembolsos.

Deputado Francisco César (PS): O pior são aqueles que não descontaram para a Segurança Social...

O Orador: Andarem de declaração de IRS.

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha decência, não fale de mortes!

Presidente: Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra.

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, a sua demagogia já não corre neste Plenário.

A saúde é regionalizada, é paga com os impostos dos açorianos que ficam nos Açores e os senhores é que distribuem a receita e sabe como é que o senhor está a fazer? A cortar nos direitos dos açorianos que pagam impostos, o senhor nega-lhe o acesso à saúde. Os açorianos da classe média que pagam impostos, o senhor nega-lhes o acesso à saúde.

A política de saúde é regionalizada, não culpe os outros por aquilo que o senhor faz de mau, por aquilo que o seu partido faz de mau e o senhor é especialista, useiro e vezeiro, em vir com a desculpa da República. Critique-se a si! Olhe para o seu partido! Olhe para o seu Governo e olhe para o Sr. Secretário da Saúde que todos os dias corta nos direitos dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Olhe para o seu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por fazer uma abordagem à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou ler-lhe uma parte da minha intervenção que fiz aqui na tribuna: “sabemos que nunca faremos tudo o que desejávamos, nem conseguiremos alcançar todas as metas a que nos propomos”. Este é o conteúdo da nossa abordagem a estes problemas e que não se revê em nada, naquilo que o Sr. Deputado tentou passar na nossa análise aos problemas.

Quer dizer que as críticas são bem-vindas. Os primeiros a criticar a nossa ação somos nós próprios. O esforço diário para fazer mais e melhor, para corrigir os nossos erros, para aperfeiçoar as nossas falhas, é um esforço constante que fazemos.

Todas as críticas desde que sejam construtivas, sustentáveis e todas as propostas que sejam sustentáveis e exequíveis são bem-vindas, como temos provado na

aprovação de dezenas e dezenas de propostas dos diversos partidos nesta Assembleia.

Por isso a crítica não só é de salutar, como é desejável.

O aperfeiçoamento permanente da nossa ação é um objetivo que prosseguimos e é neste contexto que abordamos este debate.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, gostaria também de aproveitar esta ocasião para fazer algumas referências a outras abordagens que foram feitas.

A primeira tem a ver com uma questão que foi dita, que o Rendimento Social de Inserção é pago pelo Governo da República como se fosse, com essa intervenção, um favor que nos fizessem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual favor?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o que o Governo faz a alguns açorianos!

O Orador: O Rendimento Social de Inserção é pago com as contribuições também dos açorianos para o sistema da segurança social.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Na cega vontade de defender o Governo da República não se pode cair no extremo de considerar que aquilo que é uma obrigação de um sistema de apoio social, seja considerado um favor que temos que agradecer, uma benesse aos açorianos. Não.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor há de dizer onde é que eu disse a palavra favor!

Deputado José Ávila (PS): Disse, disse!

O Orador: Os apoios que são atribuídos resultam do esforço dos descontos do trabalho das empresas e das famílias açorianas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor há de dizer onde é que está a palavra favor! Seja sério!

O Orador: ... e é um direito que temos e não um favor que nos fazem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Segunda correção.

Foi falado em indignidade quando se atribui trabalho a quem estava desempregado e sem receber subsídio de desemprego.

Indignidade foi ter-se alterado a legislação do subsídio de desemprego, fazendo com que essas pessoas deixassem de ter qualquer remuneração, qualquer rendimento, qualquer apoio social.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A bem da economia! Mão- de-obra barata!

O Orador: Isso é que é indignidade, mas curiosamente são os mesmos que nos Açores criticam esses programas, que os promovem, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Licenciados a ganhar 400 euros por favor!

O Orador: ... que os defendem e que os valorizam quando fazem programas exatamente iguais no Governo da República ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Notas mal feitas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): A diferença é que não fazem esse espetáculo na América Latina! Parece a Bolívia!

O Orador: Cada desempregado que existe nos Açores é o motivo da nossa preocupação.

Cada desempregado que existe nos Açores, sabe que tem neste Governo uma força para o apoiar em tudo o que estiver no limite das nossas competências e dos nossos recursos para resolver esse problema.

Os desempregados que ainda existem nos Açores são motivo da nossa preocupação e são motivo máximo do nosso esforço, mas também permitam-nos que cada açoriano, que dos 3 875 açorianos que no último ano passaram a trabalhar, também seja motivo da nossa alegria, como é motivo da sua alegria passarem a ter um emprego, um rendimento e um futuro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Emprego? Aquilo é emprego?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uns mezinhos e depois oh...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por último vamos a uma questão que para nós é essencial.

A abordagem que foi feita na intervenção inicial deste debate referia algumas questões que importa clarificar.

Foi dito que havia projetos de investimento aprovados em 2011 e que hoje em 2015 continuam a aguardar o respetivo pagamento.

Isto não corresponde absolutamente nada à verdade.

Deputado António Marinho (PSD): Os empresários dizem precisamente o contrário!

Deputado Berto Messias (PS): Olhe que não!

O Orador: Efetivamente, mensalmente, é integralmente pago todos os sistemas de incentivos que estejam devidamente comprovados, certificados e em condições legais de pagamento.

Não demora mais do que um mês a serem pagas integralmente todas as participações em termos de sistemas de incentivos que estejam nas condições legais para serem pagas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é uma segurança que todos os investidores têm nos nossos processos.

Segunda questão, que também não corresponde à verdade, que passou o ano de 2014 e que não se pagou as compartições.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E responder às perguntas não?

O Orador: Isso não é verdade!

Os empresários dos Açores e as empresas dos Açores foram os únicos do país que tiveram a possibilidade de candidatar os seus investimentos durante o último ano.

São esses mesmos os primeiros que no novo Quadro Comunitário de Apoio, tiveram aprovados os seus projetos.

Aqui demonstra-se como não é verdade aquilo que foi dito no parágrafo seguinte, que dizia “pior, em 2015 o Governo Regional utiliza esses mesmos projetos aprovados e não pagos para voltar a fazer propaganda”.

Oh, Sr. Deputado, explique-me uma coisa: um projeto não pode ser pago antes de ser aprovado.

Mais, um projeto não pode ser executado antes de ser aprovado, o que demonstra para regulamentação comunitária, que aquilo que o senhor disse não corresponde à verdade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Estão à espera de aprovação para o novo Quadro!

O Orador: Mas, o mais importante nesta matéria é que hoje, nos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor explique por que é que se demitiu o Presidente da Atlânticoline!

Onde é que estão os 1000 empregos criados?

O Orador: ... as empresas dos Açores têm os seus projetos aprovados.

As restantes empresas do País ainda aguardam regulamentação há mais de um ano para poderem apresentar os seus projetos de investimento.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!

O Orador: Aliás, foi o Presidente da Associação Nacional de Hoteleiros que recentemente aqui nos Açores disse exatamente isso: “os empresários dos Açores têm à sua disposição aquilo que os restantes empresários do País ainda não têm”.

Com falhas, com deficiências, com correções a fazer, com aperfeiçoamento diário, nós estamos aqui. Nós não somos perfeitos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Basta olhar para si!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a citar Passos Coelho, não sei se reparou!

O Orador: ... nós diariamente tentamos corrigir aquilo que carece de correção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a citar Passos Coelho! Já reparou?

O Orador: Nós diariamente cometemos falhas, mas também diariamente construimos, com todos os nossos recursos, com todas as nossas competências, uns Açores melhores com o esforço de todos, como é comprovado pelos dados aqui apresentados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por que é que não respondeu às minhas perguntas?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo de 30 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo regimental, teremos também que interromper os trabalhos, não sem antes o Sr. Secretário dar a indicação dos tempos restantes para a parte da tarde.

Secretário: Governo Regional: 07 minutos e 35 segundos;

PS – 20 minutos e 15 segundos;

PSD – 08 minutos e 45 segundos;

CDS-PP – 09 minutos;

BE, já não tem tempo;

PCP – 2 minutos

PPM – 2 minutos e 40 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Peço que ocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com o debate de urgência, o ponto 2 da nossa Agenda.

A Mesa de momento não tinha inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, eu pergunto ao Sr. Vice-Presidente ...

Sra. Deputada Graça Silveira, para se inscrever no debate?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto é muito fácil governar com o dinheiro dos outros: dinheiro da República, dinheiro da Europa.

Enquanto houve muito dinheiro, gastou-se muito em obra pública, muita obra de betão, aliás, sempre útil para uma inauguração oportuna. Agora que o dinheiro acabou, as empresas de construção civil estão a falir, a Carta de Obras Públicas é uma piada e o investimento que se devia ter feito nas pessoas e por essa via na nossa economia não se fez.

Dezoito anos de governação socialista ...

Deputado Berto Messias (PS): PS! Qual socialista?

A Oradora: ... criou, gerou uma sociedade pobre, pobre de espírito ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Pobre de espírito? Esta a falar da sua sociedade! Pobre de espírito! Oh meu Deus!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Valha-nos a sua iluminação!

A Oradora: ... pobre em formação, economicamente pobre.

A prova disso, Sr. Vice-Presidente, é que no seu discurso usou vezes sem conta a palavra precisam: os que mais precisam; os que precisam de ajuda, os mais precisados.

Na realidade o que nós temos hoje é uma sociedade de precisados: os que precisam de apoio social; os que precisam de subsídios e agora já temos os que

precisam, para ter alguma remuneração, que recorrer a um dos programas que foi plagiado da República e pago pela República, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é inadmissível! Oh, Sr. Vice-Presidente, plagiar coisas da República é inadmissível!

A Oradora: Não é uma cópia dos programas da República?

Ele é o Reativar, ele é o Recuperar, ele é o Requalificar (só precisávamos agora era do Reanimar, porque a nossa economia não está com anemia, está mesmo é em coma).

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É precisamente o contrário!

A Oradora: O Sr. Vice-Presidente acha que é uma coisa muito meritória poder pagar a quem não tem remuneração, uns míseros valores durante seis meses.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Volta Félix!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Volta Félix que está perdoado!

A Oradora: Pois eu digo-lhe, para mim é quase criminoso e até humilhante ver jovens qualificados, com formação superior, para ter algum vencimento ao fim do mês, ter que recorrer aos seus programas assistenciais.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas para a senhora são pobres de espírito!

Fizemos uma sociedade de pobres de espírito!

A Oradora: Já agora, Sr. Vice-Presidente, quando fez uma análise dos seus dados e que diz que os problemas da economia são passado, eu pergunto-lhe o que é que a sua numerologia lhe diz, quanto ao fim das quotas que são já no mês que vem?

É porque não lhe preciso explicar que o setor agropecuário na Região, é um dos pilares da nossa economia.

Deputado Berto Messias (PS): Vamos perguntar à Sra. Ministra da Agricultura!

Deputado Francisco César (PS): Estariam a passar fome se não fossem nós!

A Oradora: Portanto, se os problemas são do passado eu não sei quais é que vão ser os problemas do futuro quando chegarmos ao fim das quotas, porque aqui também na agricultura e na agropecuária, os milhões que foram transferidos de verbas da Europa, em vez de terem sido investidos para modernizar o nosso setor e para tornar o nosso setor agropecuário economicamente sustentável, foi para manter um setor subsídio-dependente.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, que tanto reclamam de que não há contributos da oposição, garanto-lhe que na área do setor agropecuário, a oposição sempre deu o seu contributo.

Agora, a questão é que é muito fácil governar com o dinheiro dos outros, o problema é quando o dinheiro acaba. Os senhores querem os votos do povo, querem o dinheiro dos outros, as ideias da oposição e os senhores o que é que fazem? Governam-se.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Muito rapidamente, só uma questão muito concreta e objetiva.

Qual é o programa de emprego do Governo Regional que é pago pela República?

Qual e por que via é que a República paga esse programa?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Não sabe!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então eu pedia-lhe encarecidamente, Sr. Vice-Presidente, cada vez que lhe for feita uma crítica aos seus (que é o que eu costumo dizer) programas SA, não remeta para a República, não diga que só faz na Região aquilo que a República faz.

Deputado André Bradford (PS): E a resposta?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Oh senhora, mas responda! É uma pergunta direta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Se quiser fazer cópias ao menos faça cópias bem feitas.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Desse uma respostazinha, mesmo que fosse aligeirada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

A Sra. Deputada disse na sua intervenção anterior, concretamente que os programas de emprego implementados pelo Governo dos Açores eram pagos pela República.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já esclareci!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não senhora!

O Orador: Repito a mesma pergunta: que programas de emprego são pagos pela República? E são financiados por que meios da República?

Diga concretamente e responda a essa pergunta, se quer entrar com seriedade neste debate.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu não debati! O Sr. Vice-Presidente é que disse!

Deputado André Bradford (PS): Há sempre a hipótese de arrumar a viola no saco!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem novamente a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

Era só para registar que a Sra. Deputada acabou de desmentir aquilo que exatamente tinha dito na sua primeira intervenção,...

Deputado Graça Silva (PS): Há dois minutos!

O Orador: ... logo aquilo que a Sra. Deputada afirmou é falso, como a senhora própria Deputada acabou de reconhecer.

Não há programas de emprego nos Açores financiados pelo Governo República.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se prenda à resposta, Sr. Vice-Presidente, para fugir ao essencial!

Responda às críticas que eu lhe fiz se quer ser igualmente sério!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não era verdade!

Dou-lhe um conselho, Sra. Deputada: errar todos erramos, enganar todos nos enganamos, mas também fica bem pedir desculpa e reconhecer o erro.

Deputado Berto Messias (PS): Peça desculpa!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o senhor sistematicamente pede aos Deputados desta Casa para lhe pedirem desculpa, deve ter aí um problema qualquer para resolver.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Responda, Sra. Deputada! Se se enganou peça desculpa!

A Oradora: Mas eu vou dizer-lhe: não se prenda em pormenores e responda à minha intervenção, às críticas que eu fiz à sua economia, àquilo que os seus números se enganam.

Responda se quer ser igualmente sério! Responda àquilo que eu disse na minha intervenção e deixe de se prender a pormenores!

Deputado André Bradford (PS): Ah, são pormenores!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E os pobres de espírito são os açorianos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Acabou o recreio!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É só pedir desculpa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tantas desculpas que haviam para pedir!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. Srs. deputados, a Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo eu pergunto ao Sr. Vice-Presidente do Governo se quer usar da palavra para encerrar o debate.

Tem a palavra então, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

O Governo dos Açores contribuiu de forma extremamente construtiva e positiva para este debate.

Evidenciou aquele que é o percurso que temos feito, identificou os desafios que temos e a estratégia que pretendemos dar continuidade para concretizar e reforçar os objetivos a que chegámos.

Esta abordagem é uma abordagem que assenta na confiança do caminho percorrido, na esperança nos resultados que estamos a obter, mas essencialmente na certeza que todos os açorianos têm de que tudo, mas tudo faremos, no limite dos nossos recursos, no limite das nossas competências, para que aquilo que já conseguimos seja muito pouco, face àquilo que ainda vamos conseguir.

É este o desafio que se coloca ao Governo dia a dia para que possa fazer ainda mais e melhor pelos Açores e o Governo dos Açores irá fazer tão mais e melhor pelos Açores quanto maior for o efetivo contributo de todos para a concretização destes objetivos.

Nós contamos connosco, mas contamos também com todos os que queiram apresentar propostas exequíveis, sustentáveis e realistas para connosco contribuir para vencermos os desafios de futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É este o desafio que aqui fica de que estamos conscientes do caminho que trilhámos, temos consciência e orgulho dos resultados que obtemos, mas temos uma enorme vontade de fazer mais e melhor cada dia que passa e que será ainda mais e melhor quanto maior for o contributo de todos, quanto menos tempo se gastar a criticar por criticar, quanto menos tempo se gastar apenas a falar mal ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... e quanto mais tempo se usar com propostas construtivas, realistas, que se associem aos nosso esforço e que se juntem a nós para em conjunto fazermos os Açores melhores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Agora para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema que o PSD escolheu para debate de urgência, para esta manhã e que se prolongou por esta tarde, é um tema verdadeiramente preocupante, é um tema recorrente e reflete uma preocupação profunda de todos os açorianos e de todas as açorinas que vivem nesta Região.

É um assunto sério, por isso não deveria nunca provocar o riso da parte de quem nos governa nem do partido da maioria deste Parlamento.

Os indicadores sociais e económicos regionais devem constituir sim, um motivo de vergonha para todos nós.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o seu discurso é cada vez mais a negação da realidade daqueles que sofrem por não terem as condições mínimas de sobrevivência para cuidar dos seus filhos e para suprir as dificuldades básicas que são necessárias a um agregado familiar nesta Região.

Faço lembrar, Sr. Presidente, que será bom o senhor falar da Região real e não ignorar os problemas, porque não há pior forma de não resolver os problemas, que é ignorá-los.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Faço lembrar, Sr. Vice-Presidente que neste debate também, o senhor não respondeu às perguntas nem do PSD, nem da oposição, nem explicou as acusações que foram feitas ao Governo.

Mas o problema, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo, resume-se talvez a este assunto fundamental e importante.

Esta frase saiu no jornal Diário Insular, em março do ano passado, faz agora um ano: “A autonomia dos Açores não está a resolver as assimetrias entre as ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Há desigualdades no desenvolvimento das ilhas que não foram equacionadas, o que não estão a ser resolvidas pela autonomia.

É preciso lembrar quem governou a Região neste últimos dezoito anos”.

Quem afirmou isso, Sr. Presidente, foi um camarada seu, Dionísio Sousa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... ilustre terceirense, ilustre socialista, que foi Deputado desta Casa e que foi Presidente deste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Foi o Presidente que os senhores puseram na rua!

Deputado Miguel Costa (PS): Belo exemplo de Democracia!

O Orador: Infelizmente, Dionísio de Sousa tem razão.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A vossa forma de governar foi gradualmente, ao longo dos anos, degradando o que mais de importante esta Região tinha e que foi construído durante os

primeiros vinte anos da nossa autonomia democrática, o desenvolvimento harmónico da nossa Região, e a solidariedade entre os povos das nossas nove ilhas.

Quem dividiu a Região em duas ou três classes de ilhas, foram os senhores, aliás, feito numa confissão clara do insucesso das vossas políticas.

Anos mais tarde reconfirmado com o PECA, que foi a melhor confissão do falhanço da vossa governação.

O Governo em desespero continua a apresentar planos, mais planos e mais planos.

Neste momento já nem PECA, nem PIT, nem CROP, nem PREIT, salvam este modelo de governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deste debate somos levados a concluir que não temos hoje na nossa Região um Governo capaz de resolver os problemas gritantes que assolam a sociedade açoriana.

Se no início desta Legislatura havia alguma expectativa positiva de que com este novo Governo Socialista teríamos uma governação que introduzindo políticas de qualidade, prometidas ao povo por Vasco Cordeiro, que corrigissem os erros e as omissões dos Governos anteriores, mas sobretudo que acautelassem de modo prudente, consciente e competente os impactos de uma crise mais global que há algum tempo e inevitavelmente já se sentia nos Açores, mas sempre negada pelos governantes desta Região, chegámos a 2015, cumpridos que são

dois anos e meio desta Legislatura, com os piores resultados sociais e económicos da era da nossa autonomia democrática.

Temos hoje nos Açores o desemprego em níveis históricos, correspondendo à maior taxa de desemprego do País;

Temos hoje nos Açores pobreza em níveis vergonhosos, basta ler e ouvir os órgãos de comunicação social desta Região e a inquietude que assola as organizações de carácter social para responder às centenas e milhares de famílias que a elas recorrem a pedir auxílio.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos na nossa Região a nossa economia estagnada porque não há estratégia de investimento público que a dinamize.

O setor da construção civil está em agonia.

Continuamos a assistir a empresas que entram em insolvência, lançando diariamente no desemprego centenas e milhares de trabalhadores.

Este setor, o da construção civil, é afinal um dos maiores contribuintes para o elevado desemprego que temos hoje na nossa Região e temos um Governo que se tem revelado incapaz de contrariar este estado calamitoso a que desgraçadamente chegaram os nossos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo isto acontece apesar de nos últimos 18 anos e 5 Governos Regionais Socialistas sucessivos, aos quais não faltou dinheiro, nem estabilidade política para governar, mas faltou o principal: saber governar, porque governar é fazer escolhas, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas fazer escolhas boas para se obterem bons resultados e foi o que não aconteceu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Perante os desafios que o Governo enfrenta, justamente colocados pelos açorianos das diferentes ilhas e pelas organizações da sociedade civil açoriana, o Governo tem respondido com planos estratégicos e planos de revitalização, com cartas de planeamento de obras públicas e mais cartas de conforto, mas não atua.

O tempo vai passando e a situação económica e social dos Açores vai-se agravando.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assim não dá!

Os senhores têm a obrigação e o dever de fazer melhor e muito melhor do que fizeram nestes dois anos e meio de Legislatura.

É certo que os Açores necessitam de outro Governo que não este, de um Governo bem melhor do que este.

Confiamos que os açorianos farão essa escolha em 2016, mas até lá é nossa obrigação e nosso dever também exigir aos senhores que governem, que governem e não percam mais energias a criticar a República para esconder as vossas omissões, a criticar as oposições e à procura de mecanismos e expedientes de silenciar as populações.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não acredita no que está a dizer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também quer dizer no que é que a gente acredita?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está na hora de se empenharem na resolução dos verdadeiros problemas dos açorianos. Essa é a vossa obrigação!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto 2 da nossa Agenda.

Ontem terminámos a nossa tarde de trabalhos no ponto 4: **Projeto de Resolução n.º 75/X – “Redução do preço do Passe Social”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

A Mesa ainda tinha quatro inscrições.

A primeira era a do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, ontem estava inscrito para o debate sobre o Projeto de Resolução do BE.

Pergunto se mantém a sua inscrição?

Tem então a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível)

O Orador: É a creche! Eu digo-te a creche!

A questão que estamos aqui a debater por proposta do BE, tem a ver com a redução do preço do Passe Social.

Eu devo dizer, Sra. Deputada que acompanho a sua preocupação política.

Aliás os argumentos que aqui foram aduzidos por parte do Governo do PS e de ex-governantes, vão nesse sentido, que é possível reduzir em 50%.

O Sr. Deputado José Contento levantou-se daquela bancada e disse: “Eu disse que reduzi em 50%”.

Não disse que reduziu em 50%, mas disse que reduziu de 100 para 50; de 120 para 60.

Portanto eu considero, se o Sr. Deputado José Contente conseguiu, também é um desafio ao alcance do novo titular da pasta.

Quem sou eu para dizer que é impossível alcançar uma redução tão substancial como foi alcançado na Legislatura anterior. Isto tendo em conta que nesta Legislatura a situação social se agravou.

Portanto, se é possível dar estes saltos de tigre em relação à redução destes preços, eu considero que este Executivo (se o anterior Executivo foi capaz de numa circunstância social que não era tão grave) então também nesta Legislatura este é um desafio que deve estar à altura deste Executivo.

Por isso, Sra. Deputada, o PPM votará favoravelmente a sua iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional também estava inscrito. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*). Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta Proposta de Resolução do BE, gostaria de dizer que esta sim, é demagógica e totalmente irresponsável.

Nós entendemos que a Região tem uma política de passes sociais, claramente adaptada às suas necessidades.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O senhor tem de seguir o exemplo do Seixal!

O Orador: Desde 2011, até ao final de 2014, o crescimento na utilização do passe social é de 77,5%, ou seja, atingimos cerca de 19 500 utilizadores, o que cobre 90% dos potenciais utilizadores do passe social.

Deputada Lúcia Arruda (*BE*): Ouça as pessoas na rua, Sr. Secretário!

O Orador: A Sra. Deputada fez questão de fazer comparações daquilo que não é comparável. Comparou os Açores àquilo que se passa na grande Lisboa; ignorou que ao nível da legislação nacional, que existe precisamente regimes de exceção para a Zona Metropolitana de Lisboa, para a zona norte e para o baixo Mondego.

Ignorou que na zona da Grande Lisboa que concentra 60% do tráfego de passageiros a nível nacional. São só 311 milhões de passageiros.

Ignorou que na zona norte do País se concentra 28% do tráfego de passageiros, 164 milhões de passageiros.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Então não comparei? Ainda ontem comparei com o que é comparável!

O Orador: Ignorou que os Açores são a Região do País em que há efetivamente um crescimento de utilização do transporte coletivo de passageiros, um crescimento que de 2011 para 2013, foi cerca de 10%, enquanto a nível nacional há uma quebra de 22%.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, nos Açores existem três tipos de Passe Social, esses sim comparáveis com aquilo que existe a nível nacional, mas não nas grandes zonas metropolitanas.

Nos Açores a diferença que existe para o que se passa quer no continente, quer na Madeira, é que o passe de 30 dias no seu valor máximo, para mais de 80 quilómetros, é 47% mais barato que no continente e 57% mais barato do que a Madeira.

O passe mensal para a terceira idade e pensionistas, assim como o passe de desempregado, é 60% mais baixo do que no continente e 68,4% do que na Madeira.

Oh, Sra. Deputada, ao nível dos passes marítimos eu quero dizer-lhe que fruto de uma implementação ao abrigo do PIT, que a senhora ontem dizia que não se

concretizava as medidas que lá estão, nós tivemos um crescimento com a introdução do passe 22 de quase 200%, quase 200% de utilizadores do passe ao nível do transporte marítimo.

Também a propósito da questão que colocou de terem ficado passageiros retidos na Madalena, ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): O senhor recebeu a queixa!

O Orador: ... por via de haver lotação esgotada, oh, Sra. Deputada, quer que lhe diga que neste caso (e nós todos falhamos: as empresas falham, nós como políticos falhamos, nós na nossa vida pessoal também falhamos) esses passageiros perante a lotação esgotada de uma das viagens foram reacomodados dez minutos depois ...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Uma hora depois!

O Orador: ... numa segunda viagem que foi efetuada para o efeito, mostrando assim uma cabal resposta às necessidades.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não é verdade!

O Orador: Oh Sra. Deputada, o navio Gilberto Mariano, às dezoito e cinco saiu da Madalena com lotação esgotada; às dezoito e dez atracou o cruzeiro; às dezoito e vinte saiu o cruzeiro da Madalena.

Deputada Lúcia Arruda (BE): A queixa foi feita pelas pessoas!

O Orador: Mais uma vez lhe digo: uma mentira dita muitas vezes não é por isso que se torna numa verdade, muito menos numa verdade absoluta.

Também lhe digo mais, Sra. Deputada, que está a começar nas suas funções e para as quais lhe desejo muito sucesso: saber ouvir também é uma grande virtude!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado José Contente estava inscrito.

Prescinde?

Sendo assim passo a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Também prescinde?

A Mesa de momento não tem mais inscrições?

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Cecília Pavão, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou contra esta iniciativa por considerar que o preço dos passes sociais praticados na Região Autónoma dos Açores, é justo e adequado à realidade regional; é inferior aos praticados no continente e na Madeira e entendemos que sendo esses preços justos e relativamente

adequados, não poderíamos aprovar uma iniciativa em que se pede um desconto de 50%.

Portanto, entendemos que essa proposta não era minimamente sensata nem exequível para a nossa realidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Lúcia Arruda para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio votamos favoravelmente o nosso projeto de resolução dos valores do Passe Social que no nosso entender não constitui um Passe Social.

Fizemo-lo porque ao fim de quatro anos de experiência do modelo os objetivos pretendidos não foram alcançados, a utilização em vez de aumentar estagnou ou diminuiu.

Ficou aqui demonstrado ontem nesta Casa no debate que tivemos que os preços praticados nesta Região são demasiado altos, quer dos bilhetes, quer dos passes relativamente às distâncias iguais do continente.

Relembro, Sr. Secretário, Cais de Sodré-Seixal: 34,79€; Horta-Madalena: 0,95€ (é a tal diferença).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Deputada, está a usar da palavra para uma declaração de voto!

A Oradora: O preço dos passes é para nós uma razão substantiva, dizia, tendo em conta o profundo recuo do rendimento das famílias, que o Governo no discurso assume, mas na prática não é coincidente com o seu discurso.

Ter sim, 10 a 20% do ordenado empregue no Passe Social para quem ganha o ordenado mínimo, ou menos, é uma brutalidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): De certeza absoluta!

A Oradora: Pode haver quem não o compreenda, talvez nunca tenha sobrevivido com o ordenado mínimo, talvez nunca tenha precisado andar de autocarro todos os dias para fazer a sua vida.

Se ao preço acrescentarmos horários e carreiras, não compatíveis com a vida das pessoas, obtemos a substância das razões que determinam o insucesso do vosso chamado passe social.

O voto contrário da maioria PS é elucidativo de que o PS e o seu Governo querem continuar a promover o transporte particular e logicamente aumentar a pegada ecológica e fatura energética da Região, sem pressionar uma melhoria da mobilidade às pessoas e um alívio na despesa dos açorianos e açorianas que necessitam todos os dias de um transporte público para ir trabalhar ou para fazer a sua vida.

Mais uma vez o discurso do PS, não bate com a prática e quem sofre é o povo, Sr. Secretário.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições para declarações de voto.

Vamos avançar com a nossa Agenda.

Foi deliberado pela Conferência de Líderes que ponto 5 da nossa Agenda seria retirado e será incluído na Agenda do plenário de abril.

Como tal, avançamos para o ponto 6 da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 82/X – “Recomenda ao Governo Regional que não encerre as duas únicas valências com creche e jardim-de-infância públicas da Região”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Sra. Deputada Lúcia Arruda para apresentação do diploma tem a palavra.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros:

O infantário e jardim-de-infância de Ponta Delgada e o colégio ‘O Palhaço’, em Angra do Heroísmo eram os únicos resquícios daquilo que poderia ser, atualmente, uma rede de creches pública.

É verdade que estas creches, no seu início, destinavam-se a filhos de funcionários públicos, deixou de ser durante o tempo com a necessidade de outras pessoas, mas não deixa de ser, no mínimo, inusitado que este Governo Regional que fez questão de incluir, na sua obra-prima da ação social – o Código de ação social – o financiamento a empresas que queiram ter as suas próprias creches, é o mesmo que priva os seus funcionários desse mesmo serviço.

Os pais e encarregados de educação destas instituições, com valência de creche e infantário, foram ultrapassados pela ânsia da Região em encerrar e atirar estes serviços para o privado, num processo atribulado.

O colégio ‘O Palhaço’, nos seus últimos anos de funcionamento, mudou de instalações por diversas vezes. Em 2009, aquando da transferência das instalações do colégio para o edifício do Centro Juvenil, na Penha de França, a Segurança Social financiou as obras de requalificação.

Na Terceira, em maio de 2011, foi contratada uma nova Educadora de Infância e foi construído um novo parque infantil no exterior do edifício, tal como em Ponta Delgada, em foram feitas obras de beneficiação. Estranhamente, nesse mesmo ano, impossibilitaram novas inscrições nestas instituições. Por coincidência, ou talvez não, no ano da entrega, nesta Casa, do Código de Ação Social.

O «modus operandi» do Governo Regional para asfixiar e matar estas réstias de esperança das creches públicas é igual, independentemente, da respetiva tutela, dado que o infantário e jardim-de-infância de Ponta Delgada era tutelado pela Direção Regional da Educação, enquanto que ‘O Palhaço’ era pela Direção Regional da Segurança Social.

Perante o anúncio abrupto, do encerramento destas valências no final do ano letivo, os pais, aflitos, concordam com a proposta de manutenção das valências até à saída da última criança.

Assim, em meados de julho de 2011, quando os pais das crianças do colégio ‘O Palhaço’ julgavam que tinham o próximo ano letivo preparado, e numa altura em que já era difícil encontrar vagas em outros colégios, receberam a notícia do encerramento do colégio. Todavia, nessa altura a Segurança Social acabou por assegurar que o colégio permaneceria aberto até à saída da última criança.

Em abril de 2014, e de forma surpreendente, pois estas creches e infantários tinham ainda utentes (crianças), foi dada ordem de encerramento. E as instalações do colégio o Palhaço seriam ocupadas por um outro colégio (IPSS), no qual decorrem obras para a construção de um novo edifício.

Os pais estranham e questionam, com razão, o investimento que foi feito do erário público nestes colégio, pouco antes de serem encerrados.

Entretanto, as crianças foram transferidas para outras instituições, sendo que, as crianças do colégio 'O palhaço' foram transferidas para outro colégio, onde estão instaladas numa sala contígua à sala dos bebés, da parte da manhã, e da parte da tarde ocupam umas águas furtadas de dimensões ainda mais reduzidas.

Numa Região, em que os utentes são transformados em clientes, e onde a mercantilização, pura e dura, já chegou aos serviços públicos, é normal que se deleguem as competências do Governo Regional, através de autênticos outsourcings sociais, em que a mão-de-obra é mais barata. Na ação social vai sendo tudo delegado a IPSS e Misericórdias, tudo em nome daquilo que, atualmente, está muito em voga, a competitividade, no seu conceito mais abjeto e distorcido, de embaratecimento e empobrecimento da mão-de-obra.

Em suma, este modelo de serviços sociais públicos, segue de muito perto o modelo da governação PSD/CDS na República, que consiste em entregar à

economia privada ou social a totalidade de serviços tão importantes como é a educação pré-escolar.

Esta política visa dois objetivos bastante claros, a desresponsabilização (parcial a caminho da total) do Estado, leia-se Governo Regional, por outro lado, seguir a linha da Sr^a Merkel, que domina a EU, neste momento, a redução dos salários, também neste setor.

Estamos pois entendidos, na política social e de serviços públicos do Governo Regional anda a seguir a tão criticada linha, do Governo da República PSD/CDS.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dado que estamos, relativamente à Resolução deste Projeto, perante um facto consumado, por vontade do governo regional e do PS, o Bloco de Esquerda retira a presente iniciativa.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Portanto, Sra. Deputada Lúcia Arruda, se bem percebi ao abrigo do art.º 118.º retira a proposta.

Portanto, sendo assim está retirada da Agenda a iniciativa apresentada pelo BE.

Sras. e Srs. Deputados, peço-vos alguma da vossa atenção.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto seguinte é o ponto 7: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 49/X - “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro”.**

Para apresentar este DLR, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que aqui apresentamos é uma proposta que visa assegurar a isenção de pagamento de taxas às indústrias que se venham a instalar na Ilha Terceira

durante os próximos cinco anos, nos termos do que está definido no Plano de Revitalização da Ilha Terceira e com esta proposta legislativa cumprimos mais uma das medidas que estão neste Plano, daquelas que são de competência do Governo dos Açores, nomeadamente com esta medida pretendemos criar condições acessórias de estímulo à instalação de atividades industriais na Ilha Terceira e que possam assim minimizar os efeitos decorrentes de impactos sociais da redução significativa da atividade na Base das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma esperança!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Era para uma interpelação.

Sendo regimental, vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos às 16 horas e 10 minutos.

Eram 15 horas e 52 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 11 minutos.

Feita que está a apresentação da proposta de DLR, abro agora as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma medida que vai melhorar a atratividade da Terceira para a instalação de atividade industrial e como tal dentro da situação despoletada pela redução do efetivo norte-americano nas Lajes, merecerá o voto favorável do PSD.

No entanto, entendemos que medidas deste tipo sozinhas não vão resolver o problema se o Governo Regional e a SDEA continuarem sem captar investimentos ou indústrias para a Terceira.

Portanto, não será por falta do apoio do PSD a estas medidas e a todas as que forem positivas e equilibradas que o problema da Terceira não se resolve, mas se o Governo Regional não souber promover a Região e neste caso a Terceira, os cinco anos vão passar e nenhuma indústria virá para aproveitar estas isenções de taxas.

Entendemos que o Governo tem que continuar a trabalhar, tem que trabalhar mais e melhor e a SDEA tem que começar a servir para alguma coisa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Eu peço que se inscrevam, caso contrário vamos passar de imediato à votação.

Não há inscrições, vamos então votar na generalidade esta proposta de Decreto Legislativo ...

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao contrário de outros, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais outros, Sra. Deputada?

A Oradora: ... o CDS considera que o arquipélago dos Açores, apesar de ser constituído por nove espaços geográficos descontínuos, é uma só realidade social e económica e como tal o desequilíbrio de uma das partes é a ruína do todo.

Portanto, considera positivo qualquer medida no sentido de captar investimentos para a Ilha Terceira que crie postos de trabalho, de preferência qualificados e por essa via contribua para o desenvolvimento da economia local e consequentemente regional.

Deputado Berto Messias (PS): Mas...

A Oradora: Sra. e Sr. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados:

Chegou o momento do Governo, perante os representantes dos açorianos, dar a conhecer os resultados do trabalho da SDEA.

Portanto, perguntamos quais os investimentos que já estão previstos para instalar na Ilha Terceira? Em que fase se encontra o processo de licenciamento? Para quando o início de atividades? Já agora, de que empresas é que o Governo está a falar?

Se estamos a falar da grande indústria de construção naval que os senhores prometeram para o porto da Praia estamos conversados.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta iniciativa é muito simples, no fundo resume-se em colocar mais uma alínea ao art.º 20.º que é: “ficam isentas do pagamento da taxa referida no n.º 1, pelo período de cinco anos, as indústrias a instalar na Ilha Terceira”. Ponto final.

Portanto, eu penso que se exige ao Governo, obviamente o PPM dadas as circunstâncias que a Ilha Terceira está a enfrentar, nós vamos apoiar esta medida e vamos votá-la favoravelmente.

Agora, eu penso que se exige que o Governo dê aqui mais explicações, fundamentalmente em termos de expetativas, em termos de qual é o alcance que se pretende alcançar, quais são as expetativas que o Governo neste momento tem em relação à eficácia desta medida.

Portanto eu penso que neste momento era exigível que o Governo respondesse a isto.

É evidente que diz assim: “Bom, o que aí está é que ficam isentas, e ponto final!”.

Se a discussão e a informação que o Governo quer prestar a esta câmara é tão simplesmente isso, bem, eu penso que estamos aqui a discutir uma pobreza franciscana.

Eu acho que é essencial que o Governo alargue um pouco o horizonte da discussão.

É evidente, que à partida a explicação que é dado pelo Governo, no preâmbulo, nós estamos de acordo. Há um conjunto de circunstâncias e há um conjunto de mecanismos, este é um dos mecanismos, agora da minha parte eu quero saber e quero que o Governo explique, até porque não está nos relatórios, que impacto é que considera que poderá ter e quais são as expetativas do Governo nesta matéria, em relação a esta medida?

Penso que não é pedir muito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Algumas das questões que foram levantadas pelos Deputados que me antecederam têm a sua razão de ser até porque nós necessitávamos de perceber se este impacto aqui, e só conseguimos saber da sua verdadeira dimensão se o Governo prestar alguns esclarecimentos, que já foram solicitados, relativamente ao princípio orçamental, do equilíbrio orçamental, ...

Deputado Francisco César (PS): Não largas isso!

O Orador: Não largo, não!

... aquilo que eu posso deduzir daqui é que há eventualmente uma diminuição da receita, que pode ter uma dimensão residual, ou não, mas para isso precisamos que o Governo responda a algumas das questões que já aqui foram colocadas.

Nós apoiamos e vamos votar favoravelmente, mas eu julgo que o Governo tem obrigação de clarificar esta situação: o que é que é expetável relativamente à instalação de novas empresas e o que é que isto implica em termos da diminuição da receita, se é que implica diminuição da receita, até porque sendo assim isto viola o princípio do equilíbrio orçamental.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que nós estamos aqui a debater é uma proposta do Governo no sentido de que sejam isentas do pagamento de taxas, pelo período de cinco anos, as indústrias a instalar na Ilha Terceira.

Começando pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, Sr. Deputado se é indústrias a instalar é receita potencial, não é receita efetiva e neste contexto não tem o problema do enquadramento a que referiu.

Portanto, essa questão está, à partida, esclarecida e é perfeitamente legítima a abordagem deste diploma neste Plenário.

A segunda questão é que o que nós estamos aqui a fazer é uma, de um conjunto vasto de medidas, que visa reforçar a própria competitividade para efeitos e estão integradas num eixo que enquadra um programa de redução e isenção de taxas e custo de licenciamento para investimentos e atividades económicas na Ilha Terceira.

O que visa este conjunto de medidas, aliás, esta é última deste conjunto de medidas que carecia de implementação, e é última porque o seu processo legislativo passava pela Assembleia e com a aprovação desta medida, as medidas da responsabilidade do Governo dos Açores, do eixo 5, do Plano de Revitalização da Ilha Terceira, ficam na sua globalidade executadas.

Aquilo que é o papel do Governo, aquilo que é da competência do Governo para reforçar a competitividade e a atratividade de investimentos à Ilha Terceira, ficam completas.

Pergunta-me o Sr. Deputado, ou Sra. Deputada ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah, não sou a única que me engano!

O Orador: Não, Sra. Deputada, todos nós nos enganamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: A diferença não está no enganar. A diferença está na humildade com que se assume os enganos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: Segundo aspeto essencial é que a bordagem que deve ser feita sobre esta matéria, é que o Plano de Revitalização da Ilha Terceira tem um conjunto

de medidas que consideramos da responsabilidade do Governo dos Açores e como foi assumido serão todas implementadas, neste caso concreto, neste eixo 5, todas elas com a aprovação deste diploma estão já implementadas, mas o sucesso deste Plano, passa com a participação ativa de um conjunto vasto de entidades que começa no Governo da República, passa pelo Governo dos Açores e que continua nos municípios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Passa pelo Governo dos Açores, depois por aqui!

O Orador: Neste contexto o sucesso deste Plano está efetivamente na vontade efetiva de todos contribuírem para a sua execução.

O sucesso estará enquanto todos, efetivamente, contribuírem naquilo que são as responsabilidades, com clareza, objetividade que foram aqui colocados, contribuam para a sua execução.

Pergunta-me: qual é o contributo?

Da parte do Governo dos Açores, cumprimos neste ponto e neste eixo integralmente as nossas responsabilidades e os nossos compromissos.

Se os outros cumprirem as suas responsabilidades, com certeza haverá uma enorme eficácia destas medidas que agora aprovamos.

Agora, não coloquem a questão da eficácia das medidas quando até agora só uma parte cumpriu uma parte daquilo que se comprometeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Talvez o Centro de Radioterapia! Essa parte será cumprida, não?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu não tenho nenhum problema em reconhecer quando me engano e pedir desculpa, mas a explicação que V. Exa. me deu não me satisfaz, eu até posso estar enganado.

Eu julgo que a receita é sempre uma previsão e V. Exa. relativamente a esta questão, que estamos aqui a discutir, tem alguma garantia de que não se ia instalar nenhuma, ou nas previsões que fez da cobrança desta receita considerou que algumas empresas iam instalar-se na Ilha Terceira?

A questão é essa. São empresas que vêm eventualmente a instalar-se, mas independentemente da situação que atravessa a Ilha Terceira e da necessidade de um conjunto de medidas especiais para que o problema seja minimizado, a verdade é esta, é sempre uma previsão, é sempre uma expectativa.

Portanto, essa expectativa já existia na altura em que o Governo Regional desenhou o Orçamento, designadamente ao nível das receitas. Digo eu, Sr. Vice-Presidente, posso estar enganado mas gostaria se não se importasse que clarificasse um pouco melhor para eu ficar então com as dúvidas todas esclarecidas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é esse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Aníbal Pires, com todo o gosto, vou explicar-lhe.

Acho que toda a sua abordagem assenta num erro, se me permitir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Peça desculpa!

O Orador: O que invoca é a incapacidade legislativa desta Assembleia para proceder a propostas de alteração legislativa que tenham implicações na redução da receita ou no aumento da despesa. Correto?

Mas lembro-lhe que essa limitação legislativa é uma limitação legislativa dos partidos políticos, não é uma limitação legislativa do Governo e da iniciativa do Governo dos Açores.

Por isso mesmo essa limitação legislativa não se aplica ao Governo.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem! É verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, eu tinha-me inscrito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Deputado Paulo Estêvão já se inscreveu há muito tempo!

Presidente: Eu não vi, Sr. Deputado.

Dei a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, dar-lhe-ei a seguir a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Vou ser muito breve, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Vice-Presidente:

É evidente que as questões que eu coloquei são essencialmente questões de retórica, mas para demonstrar a importância que tem e a necessidade que tem de que esta Assembleia, designadamente os partidos da oposição (os partidos da oposição, todos os partidos aqui representados), não sejam inibidos de fazer propostas com alterações orçamentais. É isso que eu pretendia demonstrar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por proposta do PSD!

O Orador: Era isso que eu pretendia demonstrar: a necessidade de que haja alterações para que os partidos aqui representados não sejam inibidos de fazer essas propostas.

Apenas isso.

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, ajudou-me muito. O Sr. Presidente não gostou, mas enfim ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não percebi!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Toda a gente percebeu, menos o Governo! As leis mudam-se!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Eu espero não estar a importunar porque não é essa a minha intenção, eu apenas lhe coloquei uma questão que o Sr. Vice-Presidente não respondeu.

A questão é esta: o Governo decide adotar uma medida, esta é a medida. Em qualquer Governo do mundo espera-se que esta medida tenha um efeito “X”. É essa perspetiva que lhe pedi.

É evidente, poderá dizer-me o Sr. Vice-Presidente, que existe um conjunto de fatores de políticas e de medidas que o Governo está a implementar.

Mas o Sr. Vice-Presidente está, com certeza, na posse dos elementos que pode transmitir a este Parlamento, para que aqui se vote em consciência, em relação às expetativas do Governo, a partir do momento em que implementa esta medida, ou seja, esta medida que efeito poderá ter na perspetiva do Governo, na análise que o Governo fez, na perceção que o Governo fez?

Isto é uma pergunta que me parece que é fundamental e que é feita em qualquer Parlamento.

O que eu lhe pergunto é qual é a expetativa do Governo em relação aos resultados concretos que a Região poderá obter, nomeadamente a Ilha Terceira, em termos da medida que agora estamos a votar e que como eu já disse o PPM irá votar favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

Deputado Nuno Meneses (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pretende-se com a presente iniciativa a “isenção do pagamento de taxas às indústrias a instalar na ilha Terceira durante os próximos cinco anos.”

A alteração em apreço decorre do “Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira que prevê um conjunto de medidas mitigadoras dos impactos negativos decorrentes da decisão da administração dos Estados Unidos da América de reduzir significativamente a sua presença militar e civil na Base das Lajes.”

Se é verdade que, numa primeira fase, houve um esforço diplomático pelos governos nacional e regional para a eventualidade da decisão final dos EUA não ser "favorável", como aconteceu, é verdade também que o executivo açoriano escudou-se preparando ao longo dos últimos dois anos o **Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira**, um documento reivindicativo fundamental, para amenizar o impacto negativo motivado por esta medida gravosa.

O documento tem, assim, como pressupostos transversais, em primeira linha:

a proteção social dos trabalhadores da Base das Lajes, das suas famílias, e daqueles que, na Ilha Terceira, de forma indireta, possam ser afetados no seu posto de trabalho, pelo impacto decorrente da redução de efetivos naquela infraestrutura;

a mitigação do impacto económico e ambiental daquela decisão na Ilha Terceira;

a valorização e potenciação estratégica e económica das infraestruturas existentes em conjugação com o incentivo à criação de empresas e de emprego na Ilha Terceira.

A prioridade das prioridades deve ser sem dúvida, “defender os trabalhadores portugueses, as famílias que ali trabalham, garantir a sua proteção social, e procurar minimizar os impactos económicos e sociais na Praia da Vitória e na ilha Terceira, não só decorrentes dos postos de trabalho que acabam, mas também de todos os empregos indiretos que ficam em risco”.

Contudo, e sabendo que o impacto da redução do contingente Norte Americano na base das lajes levará a uma queda no PIB do concelho que poderá ir até aos 30 % e na ilha até aos 10%, torna-se urgente tomar medidas que promovam uma dinamização da economia local e um novo fôlego para a economia da ilha até agora bastante dependente da presença dos EUA, que se possam assumir também como um motor gerador de postos de trabalho e de promoção do emprego e da empregabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é para disfarçar a vossa incompetência, a começar pela Câmara da Praia!

O Orador: Essas medidas são, e dando apenas alguns exemplos:

Ao nível do PROGRAMA DE REDUÇÃO E ISENÇÃO DE TAXAS E CUSTOS DE LICENCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS E ATIVIDADES ECONÓMICAS NA ILHA TERCEIRA (EIXO 5)

e com o Objetivo de Incrementar a atratividade para investidores e projetos a desenvolver na Ilha Terceira e em particular no concelho da Praia da Vitória a:

- Isenção completa das taxas de emissão de licença de exploração para estabelecimentos industriais (indústria transformadora) a sedear na ilha Terceira durante os próximos 5 anos; **(que está em apreço)** é sem dúvida realmente relevante.

Mas existem outras isenções e reduções previstas:

- Isenção completa do licenciamento de empresas de animação Turística na Ilha Terceira;
- Isenção completa das licenças de Exploração Turística de Observação de Cetáceos na ilha Terceira;
- **Redução em 75% das tarifas aplicáveis no Porto da Praia da Vitória, à carga da ilha, ao abrigo da Portaria que as regula nos primeiros 3 anos e de 50% nos 3 anos seguintes.**
- Redução em 50% das Taxas Aeroportuárias da Aerogare Civil da Lajes previstas também em Portaria, nos próximos 6 anos:
 - taxas de tráfego;
 - taxas de assistência em escala;
 - e taxas de ocupação, portarias essas que efetivamente já foram também alteradas ao nível do Conselho do Governo.

Portanto, estas medidas aqui proposta e aqui agora em análise, embora sejam medidas simples e bastante localizada, esta em concreto, não aparece de forma avulsa, surge a coberto de um Plano que se quer de Revitalização Económica para a ilha Terceira.

Sendo verdade que o PREIT prevê três níveis de atuação, com responsabilidades claras para o Governo da República, para o Governo dos Açores e para as Autarquias da ilha Terceira, como já foi aqui inclusive referido pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, uma coisa é certa, da parte do Governo Regional há o compromisso de assumir a sua responsabilidade e de fazer a sua parte. Se todos cumprirem os desígnios indicados no PREIT, não tenho dúvidas de que estaremos a contribuir para se dar um pontapé nesta fase de incerteza e de grande angústia para a Terceira e para os Açores.

Se é verdade que noutros momentos, a Terceira encontrou contrariedades que marcaram a sua história e se é verdade também que superamos essas contrariedades, é verdade que neste momento somos novamente chamados a

intervir e a ter de atuar, no sentido de pelo menos minimizar os efeitos que já se sabem ser muito negativos. A questão que está em cima da mesa é a seguinte e é clara: certamente confiámos que seremos capazes de ultrapassar este momento menos próspero, mas queremos ultrapassá-lo com o menor custo possível para a Terceira e para os Terceirenses e por conseguinte para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, há aqui uma questão que é central e que foi muito bem abordada pelo Deputado Paulo Estêvão: o que é que a SDEA tem preparado?

O Governo criou uma agência para a promoção do investimento na Região. Essa agência chama-se APIA, depois a seguir foi transformada na Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores, a SDEA, que tem de ter algum trabalho feito.

Portanto, espera-se que uma medida quando é apresentada tenha um objetivo e tenha um alcance.

Portanto, está na hora, porque é fácil, como já disse noutros debates nesta Casa, apresentar uma isenção fiscal ou um a bonificação fiscal, mas é difícil captar um investimento e tem sido ao longo dos anos, portanto Sr. Vice-Presidente,

ficava-lhe bem, neste momento, poder dizer: esta medida tem este objetivo porque a SDEA fez este ou aquele trabalho.

Essa resposta está a faltar e a questão já lhe foi solicitada por vários Deputados nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão é muito simples.

Nós com esta medida estamos a reduzir os custos de contexto de desenvolvimento da atividade económica, aliás na sequência das outras medidas também que estavam neste eixo 5.

O efeito prático desta medida só pode ser medido se efetivamente e quando o conjunto de medidas que estão neste Plano, estejam todas executadas.

Aquelas que são do Governo dos Açores estão e serão todas executadas, mas a eficácia deste Plano, a sua capacitação para efetivamente atrair novos investimentos e assegurar a operacionalidade efetiva das infraestruturas existentes, infelizmente, não depende apenas da vontade do Governo dos Açores, depende da vontade de outras entidades externas à Região que é preciso que colaborem, não apenas com estudos, não com estudos sobre estudos, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Onde é que estão as empresas? Vai trazê-las a colo para aqui!

O Orador: ... mas com as medidas concretas que estão aqui apontadas para que efetivamente seja atrativo o mesmo investimento.

Neste contexto, o que importa é deixar ficar a mensagem que da parte do Governo cumprimos aquilo que nos comprometemos, esperemos que as outras

entidades externas à Região cumpram também a sua parte, para que em conjunto possamos efetivamente criar essas condições de atração de investimento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi isso que eu disse!

O Orador: Por isso a questão nesta abordagem, na abordagem que pretendem fazer, a resposta é muito simples e muito objetiva: não podem, de maneira nenhuma, fazer com que se tente desresponsabilizar as obrigações de quem tem efetivamente responsabilidade para que esta questão seja efetivamente resolvida.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo Regional não tem!!!

O Orador: O Governo dos Açores está a cumprir a sua parte, o Governo da República cumpra a sua parte e os resultados aparecerão na dimensão que se propõe.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fale da SDEA um bocadinho, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Agora não podem é querer desresponsabilizar a República e fazer imputar ao Governo Regional que vá para além daquilo que são as suas competências, para obter os resultados que o Governo da República tem obrigação, também, de contribuir para a sua concretização.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a SDEA?

O Orador: Quanto aos investimentos da SDEA, os investimentos da SDEA serão tão mais competitivos, serão tão mais rápidos a aparecer quanto o Governo da República cumprir a sua parte.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A aparecer!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que é que apareceu até agora?

O Orador: Essa parte que o Governo da República irá e terá efetivamente que cumprir é aquilo que nos deve unir a todos nessa exigência e não omitir aquilo que é uma parte substancial deste próprio Plano, que para a sua concretização

implica a vontade plena, concreta e de execução na concretização das medidas que propomos da parte da República.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Na SDEA tem zero, Sr. Vice-Presidente! Não garante nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Para que conste, ditando para o Diário das Sessões, que o Sr. Vice-Presidente não responde à pergunta que lhe foi feita, não assumiu nenhuma expectativa e portanto a esta não resposta que aqui deu e que é a tal resposta simples, disse ele várias vezes “a resposta é simples”, é tão simples, tão simples, que não a deu.

Deputado José Ávila (PS): Foi o que aconteceu ontem!

O Orador: Portanto, na nossa perspetiva, é evidente e de quem ouviu esta sessão e queremos que fique, da parte do PPM, registado, que não foi respondida e o Governo não assumiu nenhuma expectativa em relação a esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Nós estamos a criar condições efetivas para que seja mais fácil, mais atrativo e mais incentivador o investimento privado.

Nós, Governo dos Açores, não somos, nem faremos aquilo que todos os outros criticam.

Não cabe ao Governo dos Açores anunciar investimentos privados. Deixamos aos empresários e às empresas esse anúncio.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor nunca fez isso, imagine-se! Nunca fez tal coisa!

O Orador: Nós não somos donos dos investimentos privados, nem somos os protagonistas dos investimentos privados.

Nós somos aqueles que tudo faremos e estamos a fazer para tornar mais fácil, mais atrativo e mais incentivadores esses investimentos privados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): *Jobs for the boys!*

O Orador: O tempo dar-nos-á razão: cabe aos empresários fazerem e anunciarem esses investimentos e cá estaremos para falar da eficácia das medidas que agora apresentamos e essa eficácia será tão mais intensa, tão mais rápida, quando as outras entidades, como referi no caso concreto o Governo da República, cumprir também a sua parte.

Mas aí serão os empresários e as empresas a anunciar os seus investimentos.

Nós não nos substituímos às empresas, nós não nos substituímos aos empresários. Apoiamos os empresários, mas os investimentos privados são anunciados por quem são os seus efetivos donos.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pela explicação que o Sr. Vice-Presidente nos deu aquilo que nós percebemos é que a SDEA que supostamente foi criada para captar investimentos, agora precisa que se faça uma isenção de taxas para que, agora sim, se consiga captar investimento.

Portanto, se não há um trabalho feito pela SDEA, desculpe que lhe diga mas parece que a SDEA é só uma APIA com um *new look*.

Portanto, quando o Sr. Vice-Presidente diz que o investimento é privado, nós perguntamos: então qual foi o trabalho que a SDEA fez na captação desse investimento? Qual é? Quantos investimentos?

Eu perguntei muito claramente: quantos? Quando? A iniciar quando? Em que fase? Ao qual o senhor disse “um investimento futuro”.

Portanto está tudo respondido. Aquilo que o senhor tem para nos apresentar é zero e portanto qualquer taxa vezes zero, é zero na mesma.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma é composto por três artigos.

Não houve propostas de alteração.

Penso que posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição estão à votação os três artigos que compõem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Entramos no ponto 8 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 96/X – “Plano Estratégico de Combate às Pragas dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Chamo a atenção da câmara que foi distribuído por todos uma proposta de substituição integral, é sobre ela que incidirá o debate e será ela naturalmente também que irá à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com este Projeto de Resolução, o PSD pretende a criação de uma estratégia regional de combate às pragas dos Açores bem como de controlo das densidades populacionais de algumas espécies protegidas.

Esta iniciativa do PSD resulta do apelo que a população em geral, os agricultores, os autarcas, os mais variados agentes económicos, as associações de produtores, as organizações com preocupações ambientais e cidadãos a título individual, têm, ao longo dos anos, feito aos mais variados agentes políticos, no sentido de se encontrar uma estratégia concertada, à escala Regional, para responder à forma descontrolada como têm crescido as populações de muitas espécies animais nos Açores, crescimento esse, que tem causado os mais variados problemas ao nível ambiental, económico, das infraestruturas e mesmo da Saúde Pública.

Independentemente do resultado que vier a ter a votação deste Projeto de Resolução, o facto de o PSD ter trazido a discussão do controlo das populações

das espécies animais em questão, para a agenda política, já constitui, só por si, um bom serviço às populações que todos representamos nesta casa.

As “pragas” animais são um problema real da Região.

É incontornável que a fragilidade dos 9 ecossistemas que compõem as ilhas dos Açores as torna particularmente suscetíveis às consequências da introdução de novas espécies animais ou às variações, sobretudo o crescimento, das populações das espécies presentes na Região.

O crescimento descontrolado do número destes animais, tem vindo a causar os mais variados impactos e prejuízos para as pessoas, ambiente e produções agrícolas.

Falamos de espécies com poucos ou nenhuns predadores naturais e sem medidas eficazes de controlo populacional.

E para que, desde já, se esclareçam quaisquer dúvidas que possam surgir durante este debate, quero deixar bem explícito que controlo populacional e extermínio são duas coisas diferentes. Pode-se fazer controlo populacional sem extermínio, embora o extermínio seja uma medida de controlo populacional de algumas das pragas.

Tem adquirido uma cada vez maior importância, e complexidade, o crescimento populacional de espécies animais que, por beneficiarem de medidas de proteção legal, estão a salvo da aplicação de ações verdadeiramente eficazes de controlo das respetivas populações, o que levou a que as mesmas deixassem de estar ameaçadas e passassem a constituir um problema para algumas das produções agrícolas mais importantes da Região.

O caso do pombo torcaz (*Columba Palumbus*) é o melhor exemplo da situação referida, sendo que neste caso, as medidas muito recentemente anunciadas pelo Governo Regional, e que preveem o abate de torcazes nas vinhas dos Biscoitos e do Pico, entre os meses de Junho e Setembro, voltam a ser desajustadas e não têm em conta os equilíbrios que se desejam entre a atividade agrícola e a

conservação de uma sub-espécie avícola da Região, merecendo, inclusivamente, críticas dos caçadores, que também desejam uma gestão equilibrada do número de exemplares desta sub-espécie animal.

Nos Açores faltam, para muitas espécies animais, medidas de controlo, bem como a respetiva regulamentação e enquadramento legal. Nos casos em que há legislação e medidas, as mesmas têm fracassado nos seus objetivos, revelando-se insuficientes e ineficazes na resolução dos problemas de que a Região sofre nesta matéria.

As medidas de controlo de que a Região dispõe são medidas de carácter pontual, aplicadas demasiadas vezes de forma avulsa e que acabam por ficar longe de conseguir atingir os objetivos desejados, quer no controlo do crescimento das populações das espécies a que as mesmas medidas se destinam; quer nos equilíbrios ambientais que importa preservar.

Há muitos casos em que faltam medidas e estratégias de atuação e há muitos casos em que as medidas que existem estão a falhar. A realidade comprova-o.

Faltam aos Açores estratégias integradas de ação, à escala Regional, e que tenham em conta a realidade de cada ilha, elaboradas segundo os adequados critérios técnicos e científicos.

Exemplos de espécies animais que têm causado problemas nos Açores são os pombos (torcaz e comum), os melros, os pardais, os ratos, os coelhos, as gaviotas, as térmitas de madeira seca (que estão a destruir as cidade e vilas da Região), os mais variados insetos (como a mosca da fruta) e outras espécies animais que se têm tornado um flagelo para as pessoas e para as suas atividades, e com custos económicos cada vez mais relevantes.

Para além dos exemplos referidos, haverá muitos outros que deverão ser elencados e que também merecedores de uma abordagem própria e individualizada.

Alguns dos animais em questão, por poderem ser portadores de doenças, deverão ter uma atenção ainda mais cuidada.

O caso dos ratos é particularmente grave por estes poderem ser portadores de leptospirose, o que constitui uma muito séria ameaça à Saúde Pública nos Açores e já custou, infelizmente, muitas vidas na Região. Esta é a praga mais grave com que lidam todas as ilhas dos Açores, onde mais dinheiro se tem gasto e onde menos resultados se têm alcançado.

Importa definir, para a Região, o que é uma “praga” e quais as espécies animais que pela sua ação ou potencial de crescimento, têm a capacidade de serem efetivamente consideradas como “pragas” à escala de cada uma das 9 ilhas.

Falta também melhorar e atualizar os dados e mecanismos de contagem e monitorização que permitam acompanhar, de forma continuada e permanente, os números das populações com potencial para se tornarem uma “praga”.

Hoje, em pleno século XXI, os Açores dispõem quer ao nível dos seus organismos oficiais, quer ao nível da sua comunidade científica, a capacidade para fazer todos os estudos e identificar ou desenvolver as mais variadas estratégias de combate e controlo do crescimento populacional das espécies em questão.

Pretende-se que seja encontrada uma forma de atuar que se dirija às pragas agrícolas e também às pragas urbanas. Ambas têm causado perdas económicas, bem como os mais variados transtornos para os Açorianos.

No caso das pragas agrícolas, e sendo a agropecuária o motor da frágil economia Regional, o controlo das muitas pragas permitirá travar as crescentes perdas económicas que têm afetado algumas das nossas produções mais importantes, como é o caso dos cereais para a alimentação animal, da cultura da vinha ou da fruticultura. Ano após ano, tais perdas têm levado ao desespero os nossos empresários agrícolas.

Se a Região dispusesse, hoje, de medidas eficazes de controlo das populações destas espécies animais, talvez (e repito o talvez), não se discutisse tanto a possibilidade de ter havido, ou não, mão criminosa no aparecimento do surto da doença viral hemorrágica dos coelhos nos Açores ou o envenenamento de pombos torcazes nas vinhas da Região ...

Já se esperou demasiado tempo sem que esta temática fosse alvo de uma adequada reflexão e adoção de novas medidas por parte dos órgãos de poder político da Região.

Chegou a hora de agir.

A Universidade dos Açores pode, e deve, ter um papel central na elaboração da estratégia Regional para as pragas. Há que potenciar os recursos da nossa comunidade científica.

Do mesmo modo, o Governo Regional, as Autarquias, as ONGs de Ambiente, as empresas com atividade no ramo das desinfestações, as associações de produtores, de caçadores, enfim, os mais variados sectores da sociedade civil Açoriana, poderão dar valiosos contributos, caso sejam chamados, para a elaboração de um Plano da natureza do que aqui é proposto.

A aprovação deste projeto de resolução e a consequente criação de um plano de atuação, nos moldes em que aqui é proposto, não condiciona o Governo.

Pelo contrário, dá-lhe toda a liberdade para que encontre as melhores formas de atuar sobre esta problemática, apenas exigindo que essa atuação de faça de forma integrada, científica e à escala Regional.

Do mesmo modo, a aprovação desta resolução, não deverá impedir ou adiar a adoção imediata de outras medidas de controlo, para todos os casos em que a emergência dos problemas causados pelas espécies animais em questão assim o exija.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Lúcia Arruda tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A disseminação de pragas é tanto maior quanto maior a sua alimentação.

Neste sentido e considerando as pragas das térmitas, dos ratos e dos pombos as que mais assolam a nossa Região, e mais recentemente os coelhos, o enfoque do combate deve estar na prevenção primária, a qual deverá incidir na eliminação de tudo o que possa servir para as alimentar.

A erradicação da praga das térmitas, ratos e pombos só será possível se a Região Autónoma adotar uma política sistemática de reabilitação do edificado.

Bem sabemos que tais pragas alimentam-se de madeiras e resíduos que abundam nos prédios devolutos e degradados da nossa Região e comprometem quaisquer esforços públicos ou particulares para a sua erradicação.

Assim, quaisquer campanhas de desratização e adoção de todas as tecnologias para a erradicação de térmitas, não terão sucesso se nada for feito relativamente à reabilitação do edificado urbano.

Ora, como sabemos, e apesar do próximo Quadro Comunitário contemplar o financiamento de obras de reabilitação, na realidade e em termos muito concretos só parte, saliento parte, 3,4% desse investimento destinar-se-á à reabilitação do edificado, ou seja, 38 milhões, 760 mil euros, a dividir por todas as autarquias dos Açores, os quais não se destinam exclusivamente à reabilitação mas também à implementação de tecnologias que melhorem a eficiência energética.

Estes edifícios degradados que em muitos casos servem para alimentar não só pragas, mas também para jogos de especulação imobiliária, não têm sido

combatidos pelas autarquias da Região, nem pelo Governo Regional, que muitas se limitam a tapar as janelas e os buracos de muitos desses prédios.

No que diz respeito à praga das térmitas, nada se sabe acerca da aplicação do quadro legislativo aprovado nesta Casa e dos seus efeitos, ou melhor, tudo indica, segundo dados da Universidade dos Açores, que a praga das térmitas, continua a alastrar-se em Angra do Heroísmo e em Ponta Delgada.

Desconhecemos, por exemplo, se as entidades competentes para a fiscalização do transporte de madeiras tem formação para o exercício das suas funções e se as autarquias têm tido o comportamento proactivo na aplicação de medidas coercivas junto aos proprietários dos prédios infestados.

Aparentemente o Governo Regional não tem renovado resoluções que deveriam atualizar as medidas específicas de controlo da expansão das térmitas, da sua desinfestação, mapas de risco de infestação de atividades agrícolas, hortofrutícolas ou silvícolas condicionadas, assim como as práticas interditas e períodos de interdição.

No caso do combate à praga dos ratos as autarquias e o Governo Regional tem adotado pela utilização de venenos, com efeitos muito limitados, até mesmo inexistentes, quando esta é uma praga que à semelhança dos pombos muitas das vezes vive e sobrevive à custa do edificado degradado.

Os ratos são um perigo para a saúde pública e vivem dos resíduos, uma autêntica fonte de doenças, em que a leptospirose é a mais recorrente na nossa Região, por isso são um dos sintomas que os aterros sanitários da Região, na sua maior parte são geridas como lixeiras a céu aberto.

A solução não será, certamente, Sras. e Srs. Deputados, queimar lixo de todas as ilhas na Terceira e S. Miguel, mas antes através de adoção de alternativas compatíveis com a imagem que a nossa Região pretende transmitir de natureza imaculada e preservada, como por exemplo a compostagem e o tratamento mecânico ou biológico dos resíduos.

Assim, e apesar de considerarmos que a Região possui quadros legislativos específicos para o combate aos roedores e térmitas, entendemos que um plano integrado será útil, pelo que votaremos favoravelmente esta iniciativa.

Contudo, alertamos que um plano por si, ou seja este plano proposto, por si, não bastará, terá obrigatoriamente de ter consequências e efeitos visíveis, quer por parte do Governo Regional, quer por parte das autarquias regionais.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado António Toste tem a palavra.

(*) Deputado António Toste (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não querendo de modo algum retirar o mérito da iniciativa apresentada pelo PSD, no entanto a questão das espécies referidas no Projeto de Resolução, também é uma preocupação do Grupo Parlamentar do PS.

As espécies mencionadas na proposta do PSD, têm sido alvo de atenção e estão reguladas em diplomas diversos.

Esse trabalho envolve as Direções Regionais do Ambiente, da Agricultura e dos Recursos Florestais.

É com certeza necessário procurar equilíbrios de modo a que as medidas não sejam excessivas e ao mesmo tempo se tornem ineficazes.

Neste sentido têm sido realizadas intervenções nas diversas áreas, nomeadamente no controlo da flora invasora, no controlo do pombo torcaz, nas gaiotas de patas amarela, entre outras espécies.

Relativamente o pombo torcaz, de acordo com a informação do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, em sede de Comissão, foi encomendado um estudo à Universidade dos Açores e à Universidade do Porto para determinada densidade, com o objetivo de regular as futuras intervenções.

Ainda recentemente foi publicado um despacho que permite o controlo da densidade do pombo torcaz e do melro preto, na freguesia dos Biscoitos, na Ilha Terceira, espécies endémicas nos Açores, de acordo com a Diretiva “as aves”.

Em relação ao coelho bravo e ao pombo comum esse controlo é assegurado e regulado pela lei da caça, ou seja para estas espécies já existe um plano e uma estratégia em funcionamento, já é feita a sua gestão, através de quotas de abate, estabelecidas anualmente para cada ilha, em função da monitorização efetuada.

A gestão cinegética desenvolvida na Região pela Direção Regional dos Recursos Florestais, para além da utilização dos conhecimentos sobre biologia das diferentes espécies cinegéticas, adquirido nos últimos anos, a partir da colaboração técnica ou científica do Centro de Investigação em Biodiversidade nos Recursos Genéticos da Universidade do Porto, também tem tido por base a monitorização anual da abundância populacional das diferentes espécies cinegéticas, através de recursos a metodologias de censo ajustadas à realidade regional e ao acompanhamento do esforço da caça exercida em cada uma das diferentes ilhas da Região.

Uma das soluções para a redução da abundância de algumas espécies, passa pelo compromisso que sirva em simultâneo os interesses dos agricultores e dos caçadores ao nível da utilização de instrumentos para o efeito.

Quanto aos roedores, sendo uma espécie invasora incluída na lista e espécies de fauna e da flora invasora ou com risco ecológico, estão entre as potencialmente mais perigosas, no âmbito do Projeto BIONATURA e no âmbito do correspondente controlo.

O controlo não se consegue apenas com campanhas de desratização química, é necessária uma ação concertada e articulada com partilha de responsabilidade entre todas as entidades com intervenção nesta matéria.

É realmente uma problemática ambiental e de saúde pública e que nos devemos preocupar todos.

Deve ser encontrada uma estratégia conjunta que permita reduzir drasticamente esta praga.

No que concerne às térmitas para além dos estudos já realizados, foi criada uma parceria com a Universidade dos Açores, que permite desencadear medidas mais eficazes de combate a esta praga, de referir ainda que já foi elaborado um mapa de risco e estão a ser monitorizadas cerca de 300 casas.

Portanto, Sr. Deputado Luís Rendeiro, como já referi no início da minha intervenção, a proposta do PSD tem mérito e também como disse o Sr. Deputado em sede de Comissão, mesmo que não fosse aprovada a proposta já tinha o mérito de trazer este assunto a debate.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PS, está sempre disponível para discutir este, bem como qualquer outro assunto, seja ele mais ou menos relevante, mais ou menos importante, sempre na defesa dos Açores e dos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Da análise efetuada ao projeto do PSD, agora em discussão, importa referir que já existe um quadro normativo que estabelece mecanismos de controlo de espécies com características invasoras ou prejudiciais para as culturas e para o ambiente.

Temos a consciência de que nem tudo está resolvido no âmbito do combate às pragas.

A legislação sobre esta matéria, como em outras, por vezes a sua eficácia pode não ser a melhor.

Neste caso há que refletir, perceber as causas e melhorar o que for possível melhorar, aliás de acordo com o que referiu o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente em sede de Comissão: se queremos ser mais eficazes e lidar com as pragas é importante o envolvimento de todos nesta problemática.

Não devemos criar um vínculo político mas antes uma preocupação de todos nós.

Pelo anteriormente referido e com a melhoria significa agora introduzida no Projeto de Resolução em discussão, o Grupo Parlamentar do PS entende que estão reunidas as condições para melhorar o quadro normativo e distinto.

Permitir com certeza, mais eficiência no controlo da densidade das espécies e deste modo servir melhor as populações agrícolas, bem como contribuir para um melhor ambiente e saúde pública.

Assim, com as alterações introduzidas no Projeto de Resolução apresentado pelo PSD, o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente esta iniciativa.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O silêncio da bancada do PSD abstendo-se quando o CDS trouxe a este parlamento uma iniciativa que visava exatamente controlar a praga de coelhos na ilha de São Jorge, demonstra bem a preocupação da bancada do PSD quanto à questão das pragas.

Deputado André Bradford (PS): Não nos tínhamos lembrado disso!

A Oradora: Mas ao contrário do famoso galo que canta a alvorada porque pensa que o sol só nasce para ele, ...

(Risos do Deputado Aníbal Pires e de alguns Deputados da bancada do PS)

... o CDS quando fala é sempre na esperança que se faça luz para todos. E neste caso, fez-se luz para o PSD, que ao apresentar esta iniciativa demonstra que finalmente percebeu a gravidade do problema.

Deputado Francisco César (PS): E de algumas bancadas!

A Oradora: De facto as pragas nos Açores estão a assumir uma dimensão que é no mínimo preocupante e que exige medidas urgentes e eficazes. As medidas que o Sr. Secretário alega já existirem, e existem de facto, ou não estão a ser implementadas ou não são eficazes.

E a prova disso é que as ratazanas passeiam-se livremente pelos jardins, pelos quintais, pelos mercados públicos, fazendo lembrar os tempos em que não havia saneamento básico, onde as pragas e doenças proliferavam abundantemente.

Os ratos são por excelência veículos de doenças, constituindo por isso um problema de saúde pública e como já foi dito são os principais disseminadores da leptospirose.

Nos Açores, o Sr. Secretário deve saber, tem um problema agravado porque as nossas condições de temperatura e humidade permitem tempos de prevalência no ambiente muito mais alargado, uma vez tendo sido excretadas as leptospiras pelo portador.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Lá é mais os coelhos!

A Oradora: Além disso existem estudos que demonstram que as populações de roedores nos Açores apresentam elevadas taxas de infeção com leptospira especialmente elevadas.

Por outro lado, a agropecuária é uma das principais atividades económicas da Região, sendo que os bovinos são frequentemente portadores de leptospiros e a ordenha representa um dos principais fatores de risco ocupacional.

Quanto à praga do coelho, que há algum tempo atrás era uma preocupação apenas em S. Jorge, agora alastrou-se a todas as ilhas, e está a assumir proporções incontrolláveis. Os coelhos, como já se disse, destroem as culturas agrícolas, causando prejuízos que ninguém ainda calculou.

E de facto, milagrosamente, e não se percebe bem como, aparece a febre hemorrágica dizimando os coelhos das ilhas todas, dum ponta à outra, do Corvo a Santa Maria, os surtos propagaram-se milagrosamente.

Portanto, o CDS preocupa-se seriamente que na falta de medidas eficazes por parte das entidades competentes, a população comece a tratar do assunto pelas suas próprias mãos e que voltemos aos tempos das milícias populares.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça é de arranjar aí um debate para a endémicas!

A Oradora: É o que se fala à boca pequena, sr. Deputado e é o risco que nós corremos.

A tentativa de controlar as pragas pela via do extermínio não é de todo eficaz quando não se controlam os fatores que determinam a dinâmica das populações. E aqui existe todo um estudo a fazer, de facto, mas todo um trabalho de educação das nossas populações que continuam nos jardins públicos, e em todo o lado a alimentar as pragas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem? Quem é que alimenta?

A Oradora: E portanto, o CDS reconhece a pertinência desta iniciativa.

Agora, tenho que dizer ao Sr. Deputado Luís Rendeiro, que propor ao Governo que faça um plano integrado de Pragas, não nos parece, de todo, que seja a solução para o problema, será só mais um dos 1001 planos deste governo.

Aliás o seu PECPA só peca mesmo por isso.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entro apenas neste debate para fazer um esclarecimento às Sras. e aos Srs. Deputados e sobretudo ao proponente desta iniciativa que é muito importante relembrarmos, um contributo para aquilo que aqui se discute, de que de facto o Governo em parceria com várias instituições reconhecidas nacionais e internacionais, já fez um estudo sobre, efetivamente, a população de ratos na Região e aquilo que eles contribuem para uma das zoonoses mais graves que é a leptospirose.

Há um estudo publicado pela Prof.^a Margarida Collares-Pereira, pela investigadora também, Prof.^a Luísa Mota Vieira, Dra. Flor, dos Serviços Veterinários e Agrários da Terceira, que diz especificamente a epidemiologia e o controle da leptospirose na Região Autónoma dos Açores e há uma síntese do projeto e linhas de orientação.

É um estudo fundamentado, feito em parceria com os norte-americanos e que identifica claramente quais são as espécies dos ratos que abundam nas nossas pastagens e não só, nos lugares públicos e eventualmente as medidas que podem ser tomadas.

Por isso apenas apelava para que no âmbito deste Projeto tivessem em consideração este estudo e daí retirassem o máximo de indicações e de proveito para rentabilizar esta situação.

O Governo, através da Secretaria Regional da Saúde como da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, tem este processo e este assunto e penso que, não tendo números presentes, o número de casos de leptospirose na Região tem diminuído drasticamente; o número de situações fatais tem diminuído

drasticamente, por via também das iniciativas que o Governo e os parceiros se tem envolvido, nesta luta, ao longo destes anos e a partir deste estudo.

Penso que é muito importante que não se perca de facto esta fonte de informação científica muito importante e que se contribua todos, de facto, para os objetivos que aqui se propõe com esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também vou falar desta matéria, também tenho alguma experiência com pragas

...

(Risos)

Sim! Sim!

... e devo dizer que vou votar favoravelmente esta iniciativa, não exatamente pelos mesmos motivos que o PS (o PS quando vota uma iniciativa doutro partido, vota porque já está a ser feito).

Vou votar exatamente pela razão contrária, porque não está a ser feito.

Deputado Rogério Veiros (PS): Olha a coligação!

O Orador: Devo dizer, Sra. Deputada, que no Corvo, não temos a praga do coelho, nunca tivemos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Peço desculpa pela incorreção!

Deputado Rogério Veiros (PS): É outro tipo de coelho!

O Orador: Tivemos outra praga, que é a praga dos gatos e o Sr. Deputado Iasalde Nunes está lembrado de um anterior polícia marítimo da ilha do Corvo que cozinhava coelhos. Nós não tínhamos coelhos ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eram gatos!

O Orador: ... mas tivemos naquele período menos gatos.

(Risos)

Eu também fui algumas vezes comer esses petiscos.

Mas devo dizer-lhe que na ilha do Corvo temos outro tipo de pragas. Por exemplo na rocha temos uma população excessiva de borregos e de cabras de que os nossos agricultores se queixam. É outro tipo de praga diferente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Há cada praga!...

O Orador: Eu devo dizer num tom mais sério como a matéria exige, uma vez que são muito os prejuízos que os nossos agricultores têm que enfrentar, que considero que até hoje estas medidas não têm sido devidamente articuladas e implementadas.

Eu, por exemplo, já assisti a algumas campanhas na ilha do Corvo, que é a situação que conheço melhor e tenho verificado que quase todas elas falharam. Aqui há uns anos atrás tivemos uma campanha para erradicar a população excessiva de gatos e falhou, porque basta que o controlo não seja absoluto. Portanto o controlo não é absoluto não conseguimos um resultado, temos um resultado temporário e ao fim de dois, três anos a população já está outra vez descontrolada.

É muito, muito difícil controlar as pragas.

Tem que ser com planos devidamente arquitetados, tem que ser com planos com continuidade, com controlo, com uma verificação de resultados permanente.

Ora, o Governo Regional não tem feito, nem pouco mais ou menos, nada disso. Não tem desenvolvido uma estratégia articulada, não faz um controlo dos resultados, ou pelo menos se o faz é muito estranho que o faça, na medida em que nós verificamos que há determinadas pragas que se encontram numa situação de descontrolo absoluto e não há intervenção planificada por parte do Governo Regional.

Por isso eu considero que esta proposta faz todo o sentido. Faz todo o sentido porque não está a ser feito. Isto tem de ser feito de uma forma articulada, de uma forma continuada, com uma verificação permanente dos resultados e nada disto está a ser feito desta forma.

Existem iniciativas pontuais, por parte do Governo, quando a situação é muito grave e temos uma resposta sempre em situações de urgência, quase calamidade. Quando temos uma situação já com descontrolo tão grande que já há muito sujeitos e muitos agricultores, muito descontentes com a situação criada, só aí é que o Governo, de forma espaçada, faz a sua intervenção.

Eu considero que temos que ter uma cultura completamente diferente e o que eu vejo neste Projeto de Resolução, o que se quer é uma estrutura unificada de ação em relação às pragas.

Bom, se isto for feito conforme é recomendado neste Projeto de Resolução, eu penso que passamos a ter uma metodologia eficaz, passamos a ter uma ação contínua e passamos a ter uma verificação de resultados e eu penso que é um caminho importante no combate às pragas.

Por isso eu considero este projeto de Resolução do maior interesse e o PPM votará assim favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na opinião da Representação Parlamentar do PCP, esta iniciativa do PSD faz todo o sentido e tem importância, embora, e permitam-me, um Grupo Parlamentar com a dimensão do PSD, poderia ter optado não por um Projeto de Resolução, mas um Decreto Legislativo Regional e não por esta figura regimental.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eu expliquei porquê!

O Orador: O que não lhe retira mérito, Sr. Deputado. Não lhe retira mérito e a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Julgo é que, até pela vossa dimensão, poderiam ter ido por uma outra forma.

Há de facto normativos dispersos sobre outras espécies, mas a verdade é que o que existe sobre esta matéria é apenas o Decreto Legislativo Regional 17/2010/A e que restringe a sua atuação apenas aos roedores.

Como dizia, existem normativos dispersos sobre outras espécies, mas a verdade é que não há uma perspetiva integrada, aliás, como recomenda o próprio parecer da Universidade dos Açores.

Um outro aspeto negativo da não existência de um plano integrado, não é apenas não existirem estudos nem dados sobre as pragas que temos, como não existir controlo sobre a quantidade dos produtos fitofarmacêuticos que são aplicados, em especial no caso dos ratos, assistimos à distribuição e libertação no ambiente de enormes quantidades de raticidas que permanecem nos solos, contamina os decursos de água, sem que se consiga erradicar os roedores.

Não estou a dizer que não se utilize de todo, mas esta estratégia tem e deve ser avaliada e eventualmente complementada por outros meios complementares.

Um outro mérito desta iniciativa do PSD, tem a ver com a concentração, sistematização e eventualmente com o adensar da legislação com medidas para evitar a introdução de novas espécies invasoras nocivas, nomeadamente através do melhor controlo de produtos importados.

Esta não deixa de ser uma questão importante, aliás até para o próprio meio marinho.

O facto de se estar aqui a apresentar e de se estar aqui a propor que se vá mais além, não significa que o Governo Regional não esteja a fazer nada. Está a fazer, com certeza, alguma coisa e é importante que o continue a fazer até que exista este tal plano integrado, mas a verdade é que há necessidade efetiva e aliás as queixas que vêm de todas as ilhas, refletem que há necessidade de se fazer mais do que aquilo que se está a fazer e efetivamente a existência de um plano integrado de combate às pragas é fundamental.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, face à argumentação que já aduziu a este debate, vai votar favoravelmente esta iniciativa do PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD regista com agrado o amplo consenso que esta proposta conseguiu encontrar no seio da Assembleia Regional e era exatamente isso que se pretendia, no entanto há aqui alguns esclarecimentos que importa dar.

Sra. Deputada Graça Silveira, eu devo relembrar-lhe que a proposta que o CDS aqui apresentou para os coelhos, numa Legislatura anterior, de S. Jorge, previa coisas com as quais o PSD não concorda, nem poderia concordar nunca, como por exemplo: oferecer cartuchos aos caçadores; oferecer passagens e estadias.

Portanto, não é uma coisa que a gente ache que deva ser feita numa medida integrada de controlo de uma população, do que quer que seja.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, não mereceu o apoio do PSD por esse motivo. Não era uma proposta razoável, no nosso entender.

Entendemos que agora este Projeto de Resolução do PSD foi oportuno é importante e será importante.

Sr. Deputado António Toste, eu compreendo os argumentos que aqui expôs e a posição que o PS tem perante esta problemática, mas o Sr. Deputado falou como tudo estivesse a correr bem e todas as medidas de que o Governo dispõe e utiliza estivessem a funcionar. Mas não está!

Daí algum incómodo para o Governo e para o PS, que o PSD de facto veio ao encontro de uma necessidade incontornável que os Açores têm, fruto daquilo que foi o falhanço, o insucesso de muitas das ferramentas que o Governo Regional e o PS, ano após ano, foram tentando implementar no controlo das populações animais e que falharam.

O senhor sabe muito bem que tem sido difícil operacionalizar estas medidas que existem, menos as que não existem, como é óbvio, porque é um Presidente de Junta de Freguesia e sabe perfeitamente as queixas que recebe da população que o aborda e das dificuldades que tem para fazer face a muitas destas pragas, como muito bem o Sr. Deputado acabou por admitir na comissão parlamentar.

Portanto, as coisas são como são.

E sim a proposta inicial do PSD foi reformulada, o PS e o Governo reconheceram a validade e a substância dos objetivos que a proposta tinha e o PSD não teve e não tem nenhum problema em ajustar a proposta inicial, de modo a que o Governo e o proponente encontrassem os equilíbrios possíveis.

Centremo-nos no que é essencial.

A realidade demonstra todos os dias, infelizmente, que as medidas tomadas até agora no combate às pragas e redução das populações de algumas espécies animais, não têm significado. Falharam! Falham todos os dias! Continuam a falhar!

Os ratos continuam a multiplicar-se descontroladamente. Não se pode continuar a insistir, no nosso entender, na distribuição avulsa e sem critério de venenos nas Juntas de Freguesia ou nos Serviços de Desenvolvimento Agrário, para serem manuseados sem o adequado controlo, por uma população que corre riscos na manipulação destes produtos.

O controlo de população de gaiivotas nos Açores está neste momento a ser feito, a tiro, por caçadores contratados aos quais são oferecidos também os cartuchos nos aterros sanitários.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por falar em cartuchos, os cartuchos estão contaminados?

O Orador: Não lhe sei responder. Mas gostava de saber responder se os cartuchos são recolhidos ou não. Quero acreditar que sim, porque também há muitos caçadores responsáveis, não há só dos outros.

Portanto o controlo da população de gaiivotas está a ser feito a tiro nos aterros sanitários.

Achar que isto é uma medida sustentável! Nós, não achamos! Isto não é uma medida sustentável!

Deputado Francisco César (PS): Sustentável? É igual!

O Orador: O pombo torcaz vai passar também a ser abatido a tiro, de forma aleatória e indiscriminada nas vinhas do Pico e dos Biscoitos.

Acham que isto é uma medida que tem em conta os equilíbrios entre a atividade humana e a preservação de uma espécie protegida? Não é. Nem os caçadores concordam com esta decisão como, e muito bem, têm explicado na comunicação social.

Para as térmitas a solução da Região, não pode continuar a ser o não fazer nada e esperar que caiam as casas dos açorianos.

As térmitas também estão fora de controlo e é preciso estudar e melhorar a forma de agir. Planear, agir e agir depressa!

Para o coelho bravo também tem de haver uma estratégia mais eficaz em vez de se deixar que sejam os sucessivos surtos de doença viral hemorrágica a reduzir as populações de coelhos.

Portanto tem que haver planeamento e tem que haver previsibilidade nas respostas a dar a esta problemática.

Esta proposta do PSD pretendeu sempre e desde o início ser uma proposta aberta. É uma proposta que permite ao Governo Regional articular o que já faz, com o que não tem e não faz, mas que tem mesmo de fazer se quiser ser eficaz no combate às muitas das pragas em animais na Região.

Por isso, Sr. Deputado Aníbal Pires, é que foi um Projeto de Resolução e não foi outra coisa, independentemente da dimensão deste ou doutro Grupo Parlamentar.

Foi por este motivo, que eu julgo que foi muito bem explicado e fui claro na apresentação que fiz deste Projeto de Resolução.

A Região tem de ser proactiva nestas questões, em vez de ser reativa e fazer o que tem feito até agora, que é correr atrás dos problemas em vez de os prevenir.

A Região não pode continuar a correr atrás dos problemas em vez de os prevenir, ou a agir só quando é solicitada, como era a legislação anterior relativo ao pombo torcaz em que as correções de populações só se faziam se houvesse solicitações, ou seja, não estava dependente de haver o problema. Havia uma solicitação, então lá se agia; se ninguém solicitasse não se agia e a praga ou a população da espécie animal crescia.

Depois, temos todos os pareceres que chegaram à CAPAT e à Assembleia Regional e todos esses pareceres, com uma única exceção e já lá vou, foram favoráveis a este Projeto de Resolução. Se foram favoráveis a este Projeto de Resolução é porque as medidas e as ferramentas de que o Governo Regional dispõe não estão a funcionar, se não os pareceres não tinham sido favoráveis.

O Parecer da Universidade dos Açores até deveria ser lido por todos e tomado como a linha orientadora para a construção de uma estratégia regional de controlo das populações animais.

O Parecer da Universidade dos Açores está excelente, acho que de facto é uma boa linha orientadora.

O único parecer desfavorável recebido foi o Parecer da AMRAA que incompreensivelmente em vez de se preocupar com a questão das pragas e com o fracasso das medidas de combate, também ao nível autárquico e municipal, surpreendeu com uma tonta preocupação de competências.

Portanto, acho que foi um momento perdido pela AMRAA de dar um contributo válido nesta matéria.

O Governo Regional gosta muito de pedir propostas à oposição. Aqui está uma! Disse.

Deputado Francisco César (PS): É bom saber que os senhores fizeram propostas para as pragas! Estamos muito felizes com isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por fazer uma referência a esta última intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, que diz que o Governo Regional tem tomado, ao longo dos anos, medidas avulsas relativamente a estas questões.

Devo dizer que não é assim e se o Sr. Deputado fizer uma análise detalhada daquilo que tem acontecido, certamente retificará a sua opinião.

Esta é uma matéria que preocupa este Governo, preocupou os Governos anteriores e que tem de facto uma história sólida relativamente às diferentes maneiras de combater as pragas, por um lado ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: ... de controlar a densidade das espécies protegidas por outro e de ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fale dos resultados!

O Orador: Já lá vou!

... criar equilíbrios na biodiversidade dos Açores, que nos caracterizam relativamente a estas matérias.

Gostaria por isso de evidenciar alguns pontos que me parecem fundamentais nesta problemática.

Em primeiro lugar referir-me ao controlo e densidade populacional das espécies protegidas.

Naturalmente que é com o estabelecimento de medidas adequadas que se garantem os equilíbrios entre a densidade destas espécies e aquilo que elas representam na nossa biodiversidade, no sentido de garantir, naturalmente, a sua densidade a níveis aceitáveis e os equilíbrios que são sempre precisos relativamente à atividade agrícola que ocorre nas diferentes ilhas da nossa Região.

Tudo isto, como sabe, está regulamentado pelo Decreto Legislativo Regional 15/2012 que foi aprovado aqui nesta Assembleia e que consagra o regime de conservação da natureza e da biodiversidade na nossa Região.

Contribui este diploma para assegurar a biodiversidade que nos caracteriza e por outro lado também define as medidas adequadas ao controlo e erradicação que se tenham transformado em espécies invasoras ou que comportam risco ecológico.

Portanto, toda esta matéria está regulada num diploma que é vigente, que está em vigor (passe a redundância) e que ajuda a controlar toda esta matéria.

Permita-me uma referência particular ao pombo torcaz, que foi aqui várias vezes falado nas diferentes intervenções, para além das correções de densidade que muito bem referiu e que têm tido pronta resposta da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, através da Direção Regional do Ambiente, conforme

sabe em diversas ilhas da nossa Região, foi também conforme o Sr. Deputado António Toste referiu na sua intervenção, adjudicado, ou está a decorrer, um projeto que é o chamado projeto Azorpi e que é um projeto partilhado pelos centros de investigação civil onde estão envolvidas a Universidade dos Açores e a Universidade do Porto e que tem por objetivo para além de fazer uma avaliação detalhada da situação, também definir estratégias que nos ajudem a conservar esta espécie, é certo, e também a controlar a sua densidade mantendo os equilíbrios que são necessários nestas matérias.

No âmbito do controlo das espécies invasoras, também como sabe existe o plano de PRECEFIAS que também através de uma Resolução do Conselho de Governo já de 2004, tem um conjunto de regras que permitem, ou que promovem o controlo da flora invasora em áreas sensíveis.

No âmbito do controlo das pragas e sem descurar o indispensável equilíbrio entre a dimensão dos prejuízos e as boas práticas ambientais, todas as estratégias do Governo, desenvolvem-se no sentido de garantir a sobrevivência das espécies a níveis aceitáveis de utilização racional dos produtos químicos que são utilizados relativamente a esta matéria, naturalmente no bom respeito pelos valores ambientais no que tem a ver com a conservação da boa qualidade da água e dos nossos solos e com a salvaguarda da saúde pública, conforme também aqui nalgumas intervenções já foi evidenciado.

Do ponto de vista do coelho que também foi aqui em diferentes intervenções falado, aquilo que existe, e já existe há longa data com boa tradição com muito rigor é aquilo que está regulado através da lei da caça, que é determinado em função do controlo das densidades. Em cada ano é determinado pela Direção Regional dos Recursos Florestais num trabalho metódico, num trabalho persistente e que permite definir no âmbito da lei da caça os calendários venatórios; a quantidade de caça permitida. Enfim, um conjunto de aspetos que concorre para o controlo desta espécie, naturalmente sempre com o mesmo

princípio de encontrar os equilíbrios entre aquilo que é a densidade destes animais na nossa Região e aquilo que é o controlo para efeitos de minimizar os prejuízos na agricultura.

Várias medidas foram tomadas nas ilhas onde as densidades são mais elevadas. No caso concreto de S. Jorge, a caça está aberta ao longo do tempo todos os dias do ano, sem limite do número de indivíduos capturado, infelizmente em S. Jorge e noutras ilhas da nossa Região surgiu recentemente a febre hemorrágica, conforme também a Deputada Graça Silveira referiu, mas imediatamente foram desencadeadas pelo Governo, através da Direção dos Recursos Florestais e da Direção Regional de Agricultura, as medidas necessárias que se impunham nestas circunstâncias.

Devo referir que, por exemplo na Graciosa que foi a primeira ilha onde surgiu esta doença, os primeiros casos que apareceram foi no dia 29 de novembro de 2014, imediatamente se desencadearam todos os procedimentos, envolveram-se as populações através da publicitação das formas como a doença devia ser combatida, as associações de caçadores, as associações de agricultores, publicaram um conjunto de editais que regulamentam esta matéria e o que é facto é que, até ao dia 30 de dezembro foram encontrados 1 424 coelhos mortos e a partir do dia 30 de dezembro de 2014 já não se encontraram coelhos mortos na Ilha Graciosa o que significa que o surto estará, neste momento, controlado.

A caça mantém-se fechada porque ainda estamos a atravessar um período de segurança, conforme também as regras assim o indiciam e o mesmo tipo de evolução está a acontecer em todas as ilhas da Região onde este problema surgiu.

Seria fastidioso, mas terei oportunidade e gosto, se entenderem, de poder depois esclarecer os dias e o número de indivíduos que foram encontrados mortos e as datas em que a partir das quais já não surgiram.

A título de informação devo dizer que nas ilhas Terceira, S. Jorge e Flores, respetivamente a partir do dia 11 de fevereiro, 2 de fevereiro e 11 de fevereiro, não se encontraram mais coelhos mortos.

Nas outras ilhas, infelizmente, ainda se encontram e portanto estão a ser tomadas e continuarão a ser tomadas as medidas necessárias à resolução deste problema com que o Governo e com que a Região se deparou e que aliás tem sido cíclico ao longo dos anos, conforme sabem.

Por outro lado, para além de tudo o que está consagrado na lei da caça, o coelho também pode ser controlado ao nível das explorações agrícolas através de correções de densidade que são solicitadas pelos senhores agricultores, quando é necessário recorrer a este formato.

Como medida incentivadora também porque nós entendemos que é muito importante no controlo destas espécies, uma perfeita sintonia com as associações de caçadores, que nem sempre estão devidamente organizadas em algumas ilhas da nossa Região.

Como medida incentivadora a que esta circunstância melhorasse, foram também nos anos de 2014, aplicados descontos nas taxas de licença de caça àqueles caçadores que pertencessem a associações devidamente organizadas e legalizadas.

Com isso, conseguimos também que mais organizações de caça se legalizassem e se organizassem nos Açores e que maior número de licenças de caça fosse atribuído.

No que tem a ver com as térmitas devo também referir que existe, conforme também sabem porque foi aprovada nesta Assembleia ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso então está a funcionar muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: ... um Decreto Legislativo Regional que tem duas componentes: uma tem a ver com o estabelecimento de medidas de controlo e num segundo

aspecto tem a ver com o regime jurídico à concessão de apoios para a recuperação de habitações degradadas que está neste momento vigente e conforme sabem tem naturalmente produzido alguns bons efeitos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As térmitas também estão incluídas!

O Orador: Para além disto devo também dizer que está neste momento a ser desenvolvido um programa para recolha, informação e controlo de espécies subterrâneas na ilha Terceira e na Horta, onde se investirão no corrente ano mais cerca de 20 000€ e ainda está em fase de adjudicação um plano de controlo e erradicação das térmitas de madeira seca, para ser desenvolvido num período de 10 anos, portanto entre 2015 e 2024, penso que tive oportunidade de referir esta circunstância aquando da audição na Comissão de Economia relativamente a esta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é que o senhor sabe que não vai cumprir!

O Orador: Este projeto é desenvolvido em parceria com a Universidade dos Açores e visa encontrar técnicas, encontrar formas de permitir a erradicação desta praga num prazo de 10 anos.

No que tem a ver com o controlo de roedores, permitam-me também referir um diploma que foi recentemente republicado e adaptado que envolve todas as secretarias do Governo Regional nas suas diferentes componentes.

Há um programa que já tem sido desenvolvido há longa data que envolve diferentes níveis de responsabilidade, dos diferentes departamentos do Governo, é certo, mas também das câmaras municipais, das juntas de freguesia, no que aos seus territórios diz respeito.

Paralelamente a isto foi desenvolvido um plano de formação, tanto para os agricultores lidarem com estas matérias, como para as empresas que comercializam e que aplicam produtos para combate aos roedores, e foram

habilitados, só em 2014, 199 técnicos responsáveis por estas matérias; 214 operadores e 36 inspetores.

Portanto, o Governo está de facto a desenvolver um trabalho sério, um trabalho com base científica para que esta praga atinja níveis de densidades aceitáveis.

Permitam-me ainda uma referência a tudo o que tem a ver com o controlo fitossanitário em todas as ilhas da nossa Região que acontece especialmente nos aeroportos e que controla tudo aquilo que entra proveniente de países terceiros, designadamente dos Estados Unidos, do Canadá, em cada voo, em cada avião que chega temos os inspetores sanitários atentos a estas matérias, que fazem e procedem quando é necessário à interceção de produtos que não estão conformes e que por essa via, também, na porta de entrada da Região, atuam de imediato e promovem o controlo, ou a expansão, ou a introdução, melhor dizendo, de eventuais problemas que possam por essa via chegar à nossa Região.

Portanto, há aqui um conjunto de planos, um conjunto de estratégias, um conjunto de práticas que já têm sustentabilidade, que existem e que são postos em prática de uma forma corrente, de uma frequência que lhes é exigido e que devem, e eventualmente, poderão ser melhorados, e o Governo assim o entende, no sentido de com os contributos das câmaras, das organizações de produtores, dos caçadores, das autarquias, das juntas de freguesia, de uma estratégia que se possa desenvolver e que melhore a eficiência destes planos, poderemos ser mais eficazes, poderemos ser mais eficientes e poderemos ter melhores resultados.

Centrando-me agora na Proposta de Resolução do PSD e nas alterações que nos chegaram e que foram de facto introduzidas no decorrer deste Plenário, permitam-me referir que, de facto, há aqui um documento que ficou enriquecido e ficou enriquecido porque destrinça aquilo que na versão inicial, de uma forma global, eram consideradas apenas pragas e que no mesmo título ou no mesmo chapéu considerava pragas e considerava espécies protegidas; tinha também

uma outra forma jurídica que não se afigurava, no nosso entendimento, adequada àquilo que se pretendia.

Portanto, permitam-me também referir que os melhoramentos introduzidos na proposta a tornam mais prática, mais eficaz e naturalmente, também, produtora de melhores resultados.

Portanto, o Governo entende que associar ou melhorar os diplomas, os programas, os programas de controlo que já existem nas diferentes espécies visadas, sejam pragas, sejam espécies protegidas, com a implementação de outras intervenções noutras espécies que mereçam também ter uma atenção particular, de uma forma sistematizada, de uma forma mais organizada, poderá ser naturalmente uma boa solução.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Venho a debate na sequência da última intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro para dizer o seguinte.

O Grupo Parlamentar do PS não tem qualquer incómodo com a apresentação deste Projeto de Resolução por parte do PSD. Tanto não tem qualquer incómodo que já foi aqui referido pelo meu camarada António Toste Parreira que o vamos viabilizar.

Para além disso deixámos em aberto na própria Comissão de Economia a possibilidade de o viabilizar aqui em Plenário e congratulo-me com a evolução que houve da proposta do PSD, na pessoa do Sr. Deputado Luís Rendeiro, após uma conversa em que foi possível conciliar ideias sobre este assunto.

Foi possível conciliar ideias sobre este assunto porque nós entendemos que aquilo que existe pode sempre ser melhorado. A articulação entre entidades pode ser sempre outra, há sempre espaço para se fazer mais e melhor.

Este facto das pragas é de facto uma preocupação também para esta bancada, para o PS, não só pelos prejuízos que elas causam ou podem provocar à agricultura, mas de uma forma transversal à sociedade, nomeadamente naquilo que se refere principalmente aos ratos.

Relativamente às pragas, deixe-me só aqui falar em duas que são aquelas que normalmente têm um impacto maior na nossa sociedade, uma tem a ver com os ratos.

Relativamente a esta praga existe legislação que diz claramente as competências de cada uma das entidades, quem é que tem que agir, como é que deve agir.

Este controlo de pragas dos ratos, não compete única e exclusivamente ao Governo Regional, não compete única e exclusivamente às autarquias. Compete a um conjunto diversificado da sociedade, a cada um de nós, na forma como gerimos também as questões do meio ambiente de maior ou menor limpeza ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É culpa do Governo da República também!

O Orador: ... de não deixar esta praga proliferar.

Quero aqui lembrar que o Governo Regional há uns anos atrás, julgo eu que em 2010 ou 2011 ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o Governo da República o que é que tem a ver com isto?

O Orador: ... desenvolveu um manual de boas práticas de controlo de roedores para a Região Autónoma dos Açores que está publicado, está divulgado e que tem sido utilizado pela sociedade.

Relativamente às pragas a legislação também diz que as empresas, as pessoas têm que zelar pelos bens, não sendo, como já referi única e exclusivamente da competência do Governo Regional.

Por outro lado têm sido promovidas ações de campanha de desratização em todas as ilhas, ações levadas a efeito pelos serviços oficiais, em muitas ilhas, em colaboração com autarquias e que tem de facto ajudado a minimizar o problema dos ratos, sendo que é de facto difícil esta tarefa até pelas nossas condições naturais.

Mas não posso aceitar e este Grupo Parlamentar não aceita que se diga que nada está feito nesta área.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão dos coelhos ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso não tem a ver o Governo da República?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso também é uma praga!

O Orador: O senhor lá sabe o que é que o Governo da República tem andado a fazer a todos os portugueses.

Relativamente ao coelho bravo a legislação existente é uma boa legislação e penso que não está potenciada em todas as suas vertentes aquela que ela permite, nomeadamente a criação de zonas de caça, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais são as suas vertentes?

O Orador: ... quer sejam associativas, municipais e também não tem sido potenciada muitas vezes pelas pessoas talvez por algum desconhecimento, nomeadamente na correção de densidade que é possível a qualquer agricultor, qualquer agrupamento de produtores solicitarem e que tenham uma resposta rápida por parte dos serviços. Isso tem sido feito em várias ilhas dos Açores.

Depois, referir o seguinte.

Relativamente a outras pragas, nomeadamente que são controladas por produtos químicos, produto fitofármacos, como sabe, provavelmente tão bem como eu, ou melhor do que eu, existe legislação nacional que hoje em dia regulamenta a forma como ela pode ser comercializada, como é que pode ser distribuída e aplicado, tendo que haver técnicos responsáveis ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ora aí está! Uma boa medida do Governo da República!

O Orador: ... tendo que haver operadores habilitados a fazer essa distribuição. Nesse aspeto também têm sido feitos cursos de formação para os técnicos, para operadores, para os vendedores, em todas as ilhas, para preparar melhor a região no combate a estas pragas.

Portanto o Grupo Parlamentar do PS não tem qualquer incómodo, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não parece!

Deputado Luís Maurício (PSD): Nota-se que não tem incómodo nenhum!

O Orador: ... vai viabilizar esta iniciativa porque considera que de facto este é um problema permanente e até pela mudança que existe quase diária nas pragas existentes, é necessário estar permanentemente atento a este assunto.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 57 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, agradeço a sua explicação exaustiva em relação à febre hemorrágica, mas a questão não era essa.

Eu acredito e confio plenamente que tenham sido acionados todos os mecanismos em termos de controlo da febre hemorrágica.

Aquilo que nos preocupa não é isso, aquilo que nos preocupa é como é que aparece este surto e que passa a existir na população a noção de que podem efetivamente fazer o extermínio do coelho por esta via. Isso é que é verdadeiramente importante, é de as pessoas ao sentirem que os mecanismos não estão a ser corretamente implementados e que por via disso decidam fazer justiça pelas suas próprias mãos.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, se como o senhor próprio Secretário disse que o controlo da praga coelhos é feito pela via da caça eu não percebo qual é o despropósito, de na nossa iniciativa se propor que fossem pagos os cartuchos, porque se o Sr. Deputado, se for fazer o extermínio por uma outra via qualquer nomeadamente química, sugere que seja disponibilizado gratuitamente às populações, esses químicos.

Portanto, se a caça é feita com cartuchos, qual é a falta de lógica e o despropósito nesta proposta?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A proposta era para virem caçar de borla para os Açores!

A Oradora: Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu quero fazer aqui um *mea culpa* em relação à minha imprecisão pelo facto de no Corvo não haver coelhos e portanto se de facto não há coelhos não pode haver febre hemorrágica.

Já agora sugeria, e sem ser em tom de brincadeira, muito sério, de que é efetivamente estranho ser a única ilha que não tem coelhos.

Portanto, neste novo plano e quando for feito um estudo, sobre as dinâmicas de populações dos coelhos, que a Ilha do Corvo seja utilizada como um caso de estudo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho nesta discussão um pouco para também dirigir algumas questões ao Sr. Secretário, mas antes de mais gostaria de reiterar que o PSD congratula-se com aquilo que supostamente vai ser uma aprovação unânime neste Parlamento relativamente a esta iniciativa do PSD, que é uma atitude reveladora de uma consciência coletiva que põe portanto a esta matéria e da necessidade que há em agir com alguma diligência embora portanto com alguma prudência e aí compreendo as palavras do Sr. Secretário de que temos que ter em conta neste domínio as questões relacionadas com o equilíbrio ecológico, com as espécies cinegéticas, com as espécies protegidas e também com a própria proteção integrada.

Mas relativamente a um assunto que é recente e que tem origem na vossa Secretaria que foi um despacho favorável a uma reivindicação que vinha de

várias ilhas, nomeadamente do Pico e da Terceira, relativamente à necessidade da correção da densidade dos pombos torcazes, manifestar o meu apreço pela vossa decisão que vem, digamos, em benefício dos agricultores destas ilhas, que são muito penalizados por esta espécie nas suas produções e no caso concreto da ilha do Pico, a cultura da vinha, assume uma importância económica muito importante, passe a redundância, e esta espécie causa anualmente alguns estragos significativos.

Gostava de deixar aqui um alerta ao facto da correção ser autorizada.

Quanto ao calendário estamos entendidos, creio que está certo o calendário; quanto à restrição em relação à zona, por aquilo que me apercebi, está restrito à zona classificada da vinha, parece-me que talvez teria sido melhor ser alargada a toda a ilha, uma vez que há muitas áreas de vinha fora da zona classificada da vinha, há vinha praticamente em toda a ilha do Pico e o facto desta espécie se sentir pressionada no momento do ato de correção pode alargar-se a outras zonas da ilha e portanto não surtir o efeito que se pretende.

Penso que estas medidas deviam ser ao nível de ilha e não de áreas restritas numa ilha.

Mas gostava aqui de, ainda em relação a este despacho, dizer que também vejo com agrado que ele também tenha sido extensivo ao melro preto, só que continua ainda a ficar de fora uma subespécie, que é o denominado vulgarmente pombo da rocha.

Portanto, fica este alerta também ao Sr. Secretário que, numa próxima oportunidade, pudesse também introduzir esta correção.

De resto gostava de centrar agora um pouco a minha restante intervenção, numa componente das pragas que me parece das mais preocupantes que tem a ver com o excesso de população de ratos. Este é um problema que acho que atinge todas as ilhas dos Açores e é um

problema de grande gravidade porque se situa a dois níveis, como aqui já foi referido.

É, por um lado um problema de economia agrícola, causa prejuízos na economia agrícola, mas sobretudo, e aqui sublinho este sobretudo, um problema de saúde pública, relacionado com aquilo que o Sr. Deputado Domingos Cunha já falou, com a doença leptospirose.

Aqui, Sr. Secretário, em relação às necessárias campanhas de desratização eu gostava de deixar aqui uma preocupação bastante sublinhada e não é duvidar da palavra do Deputado Duarte Moreira mas eu não tinha essa consciência de que atualmente se faziam campanhas de desratização nas ilhas dos Açores, se fazem, eu não as conheço, admito que sim, mas na ilha do Pico não se fazem campanhas sérias de desratização há muitos anos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Há uma diligência importante da parte dos serviços oficiais de agricultura que é todos os anos adquirir raticida e distribuem também com um critério, que quanto a mim é discutível, que é dão uma determinada quantidade de veneno ao agricultor que tem exploração aberta nos serviços agrícolas.

Ora, isto não chega para nada. Se entendem que isto é uma campanha de desratização, isto não é uma campanha de desratização.

Campanhas de desratização são necessárias e acho que não é preciso alterar legislação nenhuma, nem sequer precisa haver nenhuma iniciativa nesta Casa, basta haver cooperação. Isso está ao alcance de quem tiver boa vontade para intervir nesse trabalho.

Eu lembro-me bem quando trabalhava há uns anos nos Serviços, e o Sr. Secretário que é meu colega sabe muito bem que isso era feito praticamente em todas as ilhas dos Açores, embora em S. Miguel fosse feito num modelo diferente, havia uma cooperação muito saudável entre os serviços oficiais de agricultura, as autarquias locais (câmaras municipais, juntas de freguesia e a

própria população) a própria compra do isco, raticida, era feita uma parceria com os serviços do Governo e as câmaras municipais. O raticida era feito nos serviços e depois era distribuído pelas juntas de freguesia em colaboração com a própria população.

Como sabe também o Sr. Secretário, que também tem sensibilidade e formação nesta área, fazer o controlo dos roedores não pode ser feito apenas uma vez por ano, tem que no mínimo ser campanhas sistemáticas que devem ter em conta a taxa elevada de proliferação que esta espécie tem.

Portanto, este é um assunto muito importante até e premente e as entidades autárquicas têm sido sistematicamente sensibilizadas para isso e também não fazem o seu trabalho de casa, não fazem aquilo que deveriam fazer.

Portanto, eu faço aqui um apelo muito sério para que o Governo coopere ou chame também à cooperação as autarquias locais e realmente controlem aquilo que é um grave problema na nossa Região, em praticamente todas as ilhas da Região, que é o excesso da população de ratos.

Eu sei que algumas juntas de freguesia, muito a custo porque não têm recursos, compram raticida e fazem um pouco aquilo que está ao seu alcance, mas as juntas de freguesia não têm capacidade financeira para intervir nesta área sozinhas e fazendo torna-se inconsequente porque não chegam a ser eficazes nas suas intervenções.

Portanto este é um problema sério que eu gostava de hoje aqui sinalizar, deixar bem vincado e chamar a atenção quer para o Governo, quer também para as autarquias locais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de referir aqui uma coisa que acho que é importante antes de mais.

É bom lembrar que a legislação existente da qual estamos aqui a falar foi aqui aprovada nesta Casa, por unanimidade e por maioria.

Não foi só com os votos do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há unanimidades parciais agora!

O Orador: Dizer também que ter mais legislação não significa que o problema está resolvido.

A eficácia para resultar depende de todos nós e não só do Governo Regional. Era bom que tivéssemos isso em atenção.

Sra. Deputada Graça, antes de mais dar-lhe as boas vindas de novo aqui a esta Casa, realmente com a sua presença a bancada do PP ficou mais elegante, digamos assim.

Penso que a senhora não deve estar por dentro mas o PP relativamente aos roedores já fez um requerimento em setembro passado e onde o Governo respondeu à questão dos roedores.

Também podia adiantar-lhe, porque tenho aqui e tive um bocadinho de trabalho a tirar todas essas legislações e para não estarmos aqui num debate roedor abaixo ou roedor acima, aconselhava que visse no DLR, o 31/2010/A, relativamente aos roedores, nos seus artigos, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é muita folha para ler, Sr. Deputado!

Deputado Francisco Coelho (PS): Ainda vai descobrir petróleo!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Se calhar!

O Orador: ... os principais e fundamentais que regulamentam toda esta problemática, no n.º 2, no n.º 4, no n.º 5, e n.º 6 e se lermos com atenção vamos perceber que essa questão não é uma questão que diz só respeito ao Governo como já disse anteriormente, diz respeito a todos nós, incluindo as pessoas. Falou-se nos ratos, nos quintais das pessoas. Os ratos, nos quintais das pessoas

são da responsabilidade das pessoas. Isso foi falado aqui e devemos ter isso em atenção.

Legislação, planos, se não houver um empenho de todos, da parte do responsável do Governo, das autarquias, das associações, juntas de freguesias, outras entidades e o público em geral certamente não conseguimos combater esta praga.

Devo dizer, eu recebi, penso que a senhora recebeu, todos os municípios do concelho de Angra, receberam do trabalho que está a ser feito pela Câmara Municipal a avisar as pessoas do que é que está a ser feito e a pedir que as pessoas colaborem no sentido, de não basta os serviços fazerem o seu trabalho e nós nas nossas casas não protegermos os lixos, por forma a que os roedores se mantenham.

Também dizer que os Serviços de Desenvolvimento Agrário (o Sr. Deputado Cláudio Lopes há bocadinho dizia que não tinha esse conhecimento, eu tive esse cuidado de ir saber) da ilha Terceira fazem as suas campanhas, é publicado em jornal, distribui o raticida, têm os panfletos que são entregues às pessoas, nesse caso aos agricultores que vão fazer os levantamentos, é indicado um local, fazem ações de sensibilização e são diversas que são feitas.

Eu tenho isso aqui relativamente ao ano passado e espero que aconteça no decorrer também deste ano que ainda está dentro dos prazos.

Portanto para dizer que há trabalho feito. Pode não ser o melhor, pode não ser todo, compreendo mas eu repito: se não formos todos o Governo sozinho certamente não fará nada sobre esta matéria.

Relativamente aos coelhos há bocadinho dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sei se por bem se por mal, que o coelho era uma praga. O coelho não é uma praga, é uma espécie cinegética e está, penso que é do seu conhecimento, está no DLR 15/2012/A, de 2 de abril e tem a ver com a Diretiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de maio. Portanto não podemos dizer que o coelho é uma praga,

para se dizer que é uma praga, certamente não estava aqui classificado nessa legislação.

Agora, também referi na minha intervenção o que é que está a ser feito pelos Serviços Florestais nessa matéria, acho que não me vou repetir ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, veja no dicionário o que é uma praga!

O Orador: ... e uma das soluções que eu considero que é importante e também referi isso na minha intervenção (e vou voltar a repetir) uma das soluções para a redução da abundância de algumas espécies passa pelo compromisso que sirva simultaneamente os agricultores e os caçadores, ao nível da utilização dos instrumentos para o efeito.

Gostava também de referir aqui que nós na Região temos muito perto dos 4 000 caçadores. Portanto por alguma razão essa espécie tem vindo a crescer e tem vindo a desenvolver-se.

Dizer também que os Serviços Florestais têm algum controlo sobre esta matéria, tem o conhecimento, conhecem a evolução do coelho, conhecem o esforço que está a ser feito na caça e nas alturas próprias concedem licenças por mais tempo por forma a que se possa reduzir a sua densidade.

Dizer também que, os pedidos que foram feitos na espécie do coelho, para a sua redução o ano passado, foram 282. Vão dizer-me que se calhar não foi o suficiente, é preciso mais. Foram efetuados os pedidos agora depende daquilo a que foi correspondido a esses pedidos para que tenha reduzido mais ou menos, de acordo com aquilo que as pessoas ou os agricultores precisassem que acontecesse.

Para terminar, responder ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

O senhor referiu que eu falei como se tudo estivesse bem. Não foi isso que eu disse, isso não é verdade. O que eu disse na minha intervenção foi referir o que estava a ser feito.

Penso que da minha parte, e bem, foi aquilo que eu quis constatar.

Relativamente à proposta e à alteração da proposta eu registo sinceramente o bom senso para o entendimento e fazer o melhor para a Região e nisso acho que estamos de acordo.

Relativamente aos pareceres eu também li os pareceres e se quisermos ser honestos os pareceres são favoráveis a que se mude e que se faça alguma coisa, é certo, mas eu penso quando as pessoas dão aquele parecer, não devem (e não querendo desfazer aqui em ninguém) ter todo o conhecimento.

Se repararmos bem o que está lá bem referenciado, realmente, são os roedores. Causa número um, e aqui estamos todos de acordo.

Depois vem o coelho bravo, os pombos comuns e o pombo torcaz.

Portanto, e mais não se fala. Fala-se nesses três. Um ou outro, grosso modo, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fala, fala! O senhor tem que ler os outros pareceres!

O Orador: Os pareceres que o senhor tem, são os mesmos que eu tenho, não vale a pena andarmos aqui às voltas.

Também dizer o que disse o Sr. Presidente da Federação Agrícola enquanto responsável número um da agricultura dos Açores. Eu tenho o relatório na minha frente. Referi que a aplicação de mais legislação sobre essa questão não era relevante. Por alguma razão eu disse isso.

Também referi que o problema número um era (até vou ler o que está aqui transcrito), que achava que o combate ao rato tinha que ser célere e melhor articulado.

Portanto, não impede tudo isso que nós não estejamos de acordo com a iniciativa, louvar a iniciativa, mas temos que ter em mente que mais plano, mais legislação, não significa eficácia. Eficácia vai depender de todos nós (Governo, autarquias, juntas de freguesia, associações, entidades, empresas, todos nós enquanto cidadãos).

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional e Srs. Deputados do PS:

É já habitual, acho que já todos nos habituámos a isso: quando as coisas correm bem na Região é porque o Governo esteve bem; quando não correm bem na Região, ou é por culpa de toda a gente, ou é por culpa do Governo da República, ou é por culpa das circunstâncias ou se calhar é por culpa das próprias pragas, neste caso.

Este Governo, de facto, tem uma grande dificuldade e o PS, idem aspas, de lidar com as coisas que não correm bem.

De facto, nós ouvimos quer por parte do Governo, quer por parte da bancada do PS, um elencar e um descrever aprofundadamente todas as medidas e todas as ferramentas que existem, repetidamente. Mas, e os resultados? E a avaliação crítica dos resultados?

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta proposta é boa e é pertinente porque estão a faltar os resultados e é por isso que surgiram os pareceres com o conteúdo que tinham. Faltam os resultados no combate às pragas.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, se não faltassem os resultados esta medida não era positiva e não teria merecido a aprovação do próprio PS.

Portanto, é resultados que se exige e é de resultados que os açorianos precisam. Sr. Secretário Regional, quanto à promessa que o senhor fez de forma bastante leviana de erradicar a praga das térmitas de madeira seca em dez anos. Eu acho que o Sr. Secretário devia falar com o Prof. Paulo Borges, ex-Deputado do PS para ter a noção do ridículo desse compromisso que o senhor assumiu perante os açorianos.

As térmitas não são erradicáveis em dez anos.

O último estudo da Universidade dos Açores indicava que seriam precisos cerca de 175 milhões de euros para conseguir erradicar as térmitas na Região e que isso levaria décadas.

Portanto, fica muito bem fazer um anúncio desses para a comunicação social que daqui a dez anos até poderá a população nem se lembrar quem foi o Secretário Regional que fez esse anúncio, mas o que é facto é que isso é irrealista e não é para ser levado a sério. O que nós temos que fazer é uma abordagem mais séria aos assuntos e a questão das térmitas é sem dúvida um dos maiores problemas de pragas que aqui temos na região, Muito obrigado.

Deputados António Marinho e António Ventura (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, em primeiro lugar eu queria dizer-lhe que o Governo não encara nenhuma dessas matérias com o mínimo de leviandade, conforme o senhor acabou de referir.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: O Governo encara com seriedade, encara com base em decisões que toma, devidamente fundamentadas, toda a estratégia que está definida, que está documentada, que está em prática relativamente a toda a problemática que estamos a discutir neste debate, seja ao nível do controlo da densidade de espécies protegidas, seja ao nível de combate às pragas, seja ao nível do controlo dos roedores, enfim, todas as áreas que tivemos oportunidade de detalhadamente referir nas diferentes intervenções, são projetos que o Governo encara com toda a responsabilidade, com toda a seriedade e procura desenvolver as suas estratégias com bases científicas, relativamente às várias instituições envolvidas.

Aquilo que se passa é pois, o pôr em prática um conjunto de intervenções nesses pressupostos em todas as áreas de intervenção.

Naturalmente eu tive também oportunidade de referir que não está tudo feito, nem poderia estar, estamos a falar de ideologia, estamos a falar de equilíbrios entre espécies (flora, espécies da fauna, ave e fauna, enfim um conjunto de diferentes espécies, conforme sabe tão bem como eu) que não é possível erradicar, não é desejável que se erradique, é desejável sim que se encontrem equilíbrios e a proposta que o PSD traz a esta Casa vem de facto nesse sentido. Devemos também reconhecer esse mérito.

Não significa isto que tudo o que se fez, conforme o senhor nalgumas das suas intervenções pôs muita ênfase, não surtiu qualquer resultado. Permita-me discordar em absoluto dessa sua visão. Produziu resultados ao longo dos anos, há anos que até pelas próprias condições climatéricas algumas pragas desenvolvem-se mais do que outras, ainda o ano passado (falando um pouquinho novamente nos coelhos) foi um excelente ano agrícola, portanto houve muito mais alimentação para os coelhos. Por via disto, provavelmente também foi um fator que contribuiu para o crescimento das suas densidades e

portanto é com estas regras, é com estas circunstâncias, é com estas limitações que nós definimos as nossas estratégias, naturalmente sempre sujeitos a que alguns fatores que não controlamos possam intervir de uma forma muito decisiva.

Relativamente àquilo que eu referi das térmitas, é o objetivo que temos, é o objetivo que está negociado, ou que faz parte do projeto que se pretende desenvolver e implementar, havemos de fazer a sua avaliação no final do período a que eu me referi.

Uma nota muito rápida também para aquilo que referiu a Sra. Deputada Graça Silveira, relativamente à causa que provocou o aparecimento do surto dos coelhos, há várias formas, conforme naturalmente também sabe. Pode ter a ver com contaminação transmitida por vários veículos (pelo próprio homem, por outros animais, pela água, enfim, conforme sabe) portanto há também e tem sido discutido na comunicação social a possibilidade de ter sido uma ação criminosa, mas isso tem os seus trâmites normais, que neste momento seguem nas devidas instâncias e deverão apurar-se as responsabilidades, se for esse o caso. Portanto o Governo está tranquilo e naturalmente aguarda estes desfechos. Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Cláudio Lopes, eu agradeço são circunstâncias que de facto ocorreram, é sempre possível melhorar e, naturalmente, avaliaremos com detalhe estas propostas e tomaremos as medidas que forem necessárias e recomendadas em cada momento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, isto é um conceito lateral, eu aliás fiz uma referência aos coelhos fora daquele que era o objeto do diploma, mas defini os coelhos como praga e utilizei ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sabe o que são pragas?

O Orador: ... também não sou só eu que os defino como praga, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura também o faz, aliás está aqui o conceito. O conceito é: “qualquer espécie, raça ou biótipo de vegetais, animais ou agentes patológicos nocivos aos vegetais ou produtos vegetais”.

Portanto, é evidente que este é um conceito universal e não seria uma matéria de debate se não viesse um Deputado tentar corrigir o outro em relação ao conceito de praga.

Portanto o conceito de praga é esse, foi bem utilizado e é a própria Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura que deve ter um conjunto de técnicos especializados e que deve ter normalizado este conceito que assim o define.

Portanto, quanto ao resto é uma anedota sem qualquer tipo de significado.

Portanto o conceito está bem utilizado, o coelho é em determinadas condições uma praga.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 97/X – “Recomenda ao Governo Regional que reforce o apoio e a cooperação com as freguesias dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para apresentar este Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Juntas de Freguesia cumprem um papel insubstituível, desempenhando funções essenciais, quando não mesmo vitais, para as nossas comunidades.

A sua proximidade, o seu conhecimento profundo e direto dos problemas, fazem com que tentem dar resposta a todo o tipo de necessidades das populações: desde o pequeno apoio social; ao acompanhamento e ajuda aos idosos; à animação desportiva e cultural; ao apoio à saúde, seja pela cedência de instalações, seja pelo transporte de utentes; ao transporte escolar; ao apoio aos clubes e coletividades; à limpeza; ambiente; pequenas reparações em habitações; turismo e sinalização dos pontos de interesse; clubes de informática; ateliers de tempos livres, manutenção de espaços infraestruturas públicas.

São uma parte essencial do nosso sistema democrático: são os mais próximos representantes dos cidadãos, reivindicando junto dos Municípios e do poder regional os investimentos de que as suas localidades precisam; organizam laboriosamente os processos eleitorais, combatem o abstencionismo e anima a Democracia.

E, ainda, desempenham um papel vital em termos de segurança das populações, seja pelas ações de prevenção, deteção de situações de risco e intervenção precoce, seja por estarem sempre na primeira linha de intervenção em casos de sinistros e catástrofes.

As Juntas de Freguesia desempenham uma miríade incomparável de funções, sendo mais dinâmico e multifacetado organismo do Estado. No entanto, são sempre o parente pobre em termos dos recursos que lhes são atribuídos. Paradoxalmente, são os organismos que mais fazem com menos meios.

Esta capacidade realizadora surge, diretamente, do empenhamento cívico, do esforço, determinação e sacrifício pessoal dos seus autarcas que, sem qualquer compensação apreciável enfrentam enormes dificuldades para dar respostas às populações que os elegeram.

Nas visitas estatutárias que anualmente realizo a todas as ilhas dos Açores, faço sempre questão de reunir com autarcas de Freguesia, independentemente da sua cor partidária, por que sei que do outro lado vou ter alguém que conhece profundamente a comunidade e os seus problemas e que está, como eu, empenhado em melhorar a vida das populações.

Quero saudar desta tribuna todos os autarcas das Juntas e Assembleias de Freguesia dos Açores, no momento em que discutimos uma proposta do PCP que tem como objetivo procurar minorar-lhes as dificuldades e sobretudo dar-lhes maior capacidade para intervirem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar desta capacidade realizadora, as Freguesias continuam a não ter o reconhecimento que merecem. Por via legislativa e orçamental, o Governo da República vai cerceando as suas possibilidades, despeja-lhes em cima competências e responsabilidades sem lhes dar os correspondentes meios financeiros e humanos para as concretizar, tratando-as como o parente pobre do Estado.

Pelo contrário apesar das belas palavras que sempre são proferidas nas ocasiões solenes e nas campanhas eleitorais, a verdade é que as nossas Freguesias têm

visto os seus meios financeiros cada vez mais reduzidos, o seu papel e dignidade institucional cada vez menos respeitada.

Se esta atitude é clara no Governo da República, infelizmente também o é para o Governo Regional! Paradigmático da atitude do Governo Regional é o hábito reiterado de não escutar nem envolver as Freguesias nas obras que desenvolve nos seus territórios.

É verdade que existe colaboração com as Juntas de Freguesia, por exemplo na limpeza de ribeiras, no programa Ecofreguesias ou noutras ações pontuais e que o volume financeiro dessa colaboração não é despiciente. Essa cooperação é positiva e útil. É uma experiência que pode e deve ser ampliada.

Mas basta ouvir os autarcas de Freguesia para conhecer as queixas e falhas destes acordos, as verbas insuficientes, os atrasos nos pagamentos, os múltiplos obstáculos burocráticos, para percebermos que há muito que pode ser melhorado nessa colaboração.

A proposta do PCP não pretende alterar o quadro legal que existe, nem esvaziar o processo de conversações entre o Governo Regional e a ANAFRE que está supostamente a decorrer. Por isso optámos pela forma de projeto de Resolução, dando latitude ao Governo, porque cremos que é possível fazer mais e melhor trabalho em conjunto com as Freguesias, se para tanto houver vontade política.

Mas o problema parece ser mesmo esse... A falta de vontade política!

O Vice-Presidente do Governo Regional vai ao II Encontro Regional de Freguesias dos Açores propor um novo quadro de colaboração entre as Freguesias e o Governo Regional.

Mas, mais tarde, numa Comissão desta Assembleia, brincando com as palavras para arranjar um subterfúgio para não aprovar a proposta do PCP, já diz que não existe quadro legal para uma “colaboração”, mas apenas para “cooperação”. Acho que é bastante esclarecedor. Até porque demonstra bem que, para além da falta de vontade política, o PS não tem sequer um vestígio de um argumento

para reprovar a nossa proposta. Será mero sectarismo por esta ser uma proposta do PCP ou vontade de poupar dinheiro na colaboração com as Freguesias, até porque este não é ano eleitoral autárquico?

Para elogiar os autarcas e o seu trabalho, o Governo Regional não poupa nas palavras. Mas agora, aqui, onde conta, já não está disponível para apoiar as Freguesias com medidas concretas e sobretudo ampliando a experiência de colaboração ou cooperação que tem vindo a manter com elas!

Uma atitude lamentável e que demonstra bem a duplicidade, a vontade de agradar a gregos e a troianos mas sem nunca se comprometer, e a falta de seriedade política nos discursos de circunstância.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Reconhecemos o papel essencial das Freguesias, o esforço e o mérito dos seus autarcas, para lá do mero calculismo político-partidário. Temos plena e inteira noção que para melhorar a vida dos açorianos e para dar nova vida às nossas comunidades é essencial dar mais meios e capacidades às Juntas de Freguesia.

Esta proposta é justa e necessária e dela não abdicaremos. Pelo contrário, continuaremos a lutar para dar ao Poder Local Democrático a valorização que ele merece. Por isso podem ficar cientes que caso venha a ser reprovada esta iniciativa, ela voltará a este Parlamento e de novo discutiremos o assunto e havemos de reiteradamente vir aqui defender aqueles que são os interesses das nossas comunidades e que também as juntas de freguesia defendem.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem duas inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esperar que o Sr. Deputado Aníbal Pires chegue ao seu local.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires:

A abordagem a este diploma foi feita com toda a seriedade, com toda a objetividade na Comissão de Política Geral.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu, e como todos os que estiveram na Comissão, as ilegalidades que este diploma tem e inclusivamente foi, pela Sra. Deputada Zuraida Soares, sugerido que corrigisse essas mesmas desconformidades legais que o diploma tem para o mesmo poder ser viabilizado.

A questão essencial nesta matéria, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado não pode recomendar ao Governo que o Governo viole a legislação aprovada por esta Assembleia.

Se existe um instrumento legislativo, o Decreto Legislativo Regional 32/2002/A, que define com clareza e objetividade quais são os mecanismos de cooperação entre a Administração Regional e a Administração Local, não pode o senhor por uma Resolução recomendar ao Governo que viole a legislação que esta mesma Assembleia aprovou.

É uma questão base de princípio, é uma questão de respeito por esta Assembleia. Evidentemente que dá mais trabalho alterar o Decreto Legislativo Regional, mas é o único instrumento que é possível ser usado para não entrarmos aqui numa desconformidade legal.

Não está em causa o apoio às freguesias. Não está em causa a forma como o mesmo deve ser reforçado. Não está em causa o enquadramento da cooperação e da colaboração com as juntas de freguesias.

O que está aqui em causa é o respeito pelas competências legislativas desta Assembleia e não podemos permitir ninguém, ninguém no seu bom senso, que se aprove uma resolução que diga exatamente o contrário da legislação que foi aprovada nesta Assembleia. Isto é o cerne da questão.

Tudo o resto, Sr. Deputado, e Sra. Deputada Zuraída Soares e eu digo isso com toda a independência, obviamente, disse-lhe claramente, Sr. Deputado, na Comissão o que é que o senhor devia fazer para que esta proposta fosse corrigida.

O Sr. Deputado insistiu num erro, insistiu em trazer aqui uma questão que fica bonita em termos de tribuna ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá vamos!

O Orador: ... mas que o Sr. Deputado sabe, tão bem quanto eu (sabe-o, tenho a certeza) que não se trata de uma matéria de conteúdo, de bondade ou de prioridades da proposta. Trata-se de uma matéria clara de respeito pela legalidade e de respeito pelas competências e pelo ordenamento jurídico que é definido nesta mesma Assembleia.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Falar de algo mais do que isto é violar um princípio básico pelo qual deve funcionar esta mesma Assembleia e respeitar as suas competências em termos legislativos.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD pretende declarar no início desta intervenção o seu apoio à iniciativa do PCP; tal como aliás já o tínhamos feito aquando da aprovação da urgência desta iniciativa em outubro do ano passado.

Aproveita também o momento para, mais uma vez, manifestar o seu profundo apreço, pelo trabalho desempenhado por todos os autarcas desta Região, nestas quatro décadas de história ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é nada disso que está em causa!

O Orador: Diga Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): Isso fica-lhe bem para campanha eleitoral!

O Orador: Não estou a perceber o que é que o incomoda, mas pronto.

Pensava que estava a dizer uma coisa que é consensual, mas pelos vistos criei alguma confusão na cabeça de alguém.

Portanto, o PSD reitera aqui o seu apreço profundo pelo trabalho desempenhado pelos autarcas nesta Região, desde os autarcas dos órgãos municipais, aos órgãos de freguesia e o quanto fizeram para bem desta Região dar um salto qualitativo de progresso e desenvolvimento ao longo destas últimas quatro décadas e na consolidação da nossa autonomia, fazendo aquilo que muitas vezes os poderes maiores, negligenciam um pouco, que é numa Região arquipelágica como a nossa com territórios tão desiguais e com densidades populacionais tão diferentes, há sempre um processo de desenvolvimento que é assimétrico e portanto o poder local é importantíssimo na correção dessas assimetrias e na coesão territorial da nossa Região. Foi, é e há de continuar a ser, assim lhes confirmam os meios necessários para darem a resposta necessária também que lhes é colocada diariamente como desafio.

Aqui, no âmbito do poder local, uma palavra muito especial para o papel desenvolvido efetivamente pelas freguesias, que é aquele poder, digamos, mais frágil mas o mais exposto à população, aos cidadãos e ao qual diariamente bate à porta o cidadão a pedir tudo o que acha que tem que receber do poder, seja ele regional, seja da República, mas é à porta das juntas de freguesia que as solicitações são feitas e o autarca da freguesia tem que ser realmente esse grande embaixador dos anseios e das preocupações dos cidadãos junto dos outros poderes porque não tem efetivamente meios disponíveis para dar resposta a todos os problemas a que são sujeitos.

Reportando-me agora, objetivamente, à iniciativa do PCP, acho que esta iniciativa é muito oportuna e é importante ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a ler!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento está incomodado com quê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está nervoso!

O Orador: Está nervoso, pronto.

Deputado António Marinho (PSD): Aquilo não é defeito, é feito!

O Orador: É feito. É feito. Então desculpemos isso.

Esta iniciativa relembra a necessidade de uma reforma de poder local bem mais profunda. Uma reforma que passe por uma maior descentralização das competências, acompanhadas com os meios financeiros mas também técnicos, porque muitas vezes só se fala do acompanhamento de meios financeiros, mas o dinheiro não resolve tudo, é preciso muitas vezes que também haja o cuidado da transferência dos meios técnicos para os problemas poderem ser resolvidos, serem resolvidos com celeridade e qualidade dando respostas eficazes e mais céleres às populações e aos cidadãos, porque nos tempos que correm, efetivamente é preciso rever todo o quadro de competências que estão cometidas às autarquias em concreto, porque estamos perante novos desafios e para novos desafios é preciso encontrar novas respostas. Hoje, se calhar, uma junta de freguesias estará mais preocupada com questões de ordem social do que propriamente com questões materiais.

Basta andarmos aí por essa Região, contatar com os autarcas de freguesia e ouvir realmente quais são as preocupações deles e quando eles dão criativos em tomar iniciativas e fazer ações, para bem de acudir às respostas sociais que lhes são diariamente colocadas. Eles inventam mesmo, são, digamos, verdadeiros criativos na procura dessas respostas e há exemplos muito interessantes nesta Região.

Esta iniciativa acolhe, como disse o Deputado Aníbal Pires as preocupações manifestadas pelos autarcas de freguesias no II Encontro da ANAFRE, realizado aqui no Faial o ano passado.

De resto, o Sr. Vice-Presidente foi ouvido em Comissão de Política Geral e relativamente à sua audição, pois na verdade se nós atentarmos à parte resolutiva da iniciativa do PCP, só se prende ao pormenor da cooperação e da colaboração para não aprovar ou para não concordar com esta proposta, quem na verdade não tem vontade política de acolher esta proposta.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Se houvesse vontade política não só o PS e também o Sr. Vice-Presidente, teria visto com bons olhos esta proposta porque ela é importante, ela é pertinente e tudo aquilo que aqui está exposto à exceção dessa palavra de colaboração ou cooperação, podia-se ter resolvido a bem e podíamos estar hoje aqui a aprovar uma iniciativa legislativa importante para o poder local, nomeadamente para as freguesias.

Pelos vistos, infelizmente, não vamos ter essa aprovação o que lamento.

O que aqui é dito nestes artigos da parte resolutiva, o primeiro ponto não deixa qualquer dúvida, trata-se de, digamos, alguma forma, aconselhar o Governo a que quando proceda a alguma intervenção de obra pública numa determinada freguesia, haja o cuidado de envolver ou pelo menos anunciar, ou de dialogar com a junta de freguesia de que tal vai acontecer.

É uma questão também de ética na política e muitas vezes sabemos que isso não é feito.

Deputado José Contente (PS): O problema é ao contrário!

O Orador: No ponto 2 “para que amplie os meios financeiros destinados à cooperação com as freguesias”, pois aqui a parte da cooperação choca com o diploma que atualmente dá suporte à cooperação técnico-financeira entre o poder regional e local.

Deputado André Bradford (PS): A gente já leu!

O Orador: É uma questão de adaptar o texto porque efetivamente não é preciso inventar legislação, há um diploma que serve muito bem a cooperação e a

colaboração financeira entre o poder local e as autarquias que é o Decreto Legislativo Regional já aqui referido pelo Sr. Vice-Presidente, o n.º 32/2002/A e portanto era só ampliar o objeto deste diploma.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto a um pormenor também que o Sr. Vice-Presidente se agarrou na audição de que esta proposta que vem no n.º 3 da parte resolutiva, que é uma questão muito reclamada pelos autarcas de freguesia, que é a possibilidade de terem jovens também à disposição das freguesias a realizar o estagia

L

e

T.

Diz o Sr. Vice-Presidente que isso é impossível e que é também um impedimento legal porque as juntas de freguesia não têm quadro de pessoal.

Ora, eu tenho conhecimento de juntas de freguesia nesta Região que têm quadro de pessoal, e não são só duas nem três, são várias que eu conheço também o universo das freguesias e para essas não se cria essa oportunidade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ora aí está!

O Orador: Portanto, não é um impedimento legal também este terceiro ponto sob o ponto de vista do PSD.

Relativamente à cooperação para o melhoramento de sedes de juntas de freguesia e de modernização administrativa.

Aqui também o que havia a dizer, Sr. Deputado Aníbal Pires, se calhar era chamar a atenção para a necessidade que o Governo tem de atualizar as suas relações de colaboração com as juntas de freguesia porque já há mais de dois anos não lhes aprova qualquer protocolo nem lhes transfere dinheiro para estes fins, que é uma reclamação geral de todas as freguesias desta Região.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois em relação ao Ecofreguesias realmente este Ecofreguesias é um programa interessante na sua génese, mas na sua prática é um programa que está muito mal suportado financeiramente e portanto quer aqui no programa

Ecofreguesias, quer na parte dos protocolos para a limpeza de ribeiras, isto é, digamos, um ato de ilusionismo porque se pede às juntas para fazerem aquilo que não lhes são dadas os meios.

Portanto, há aqui também uma questão que tem que ser revista para bem de todos porque a limpeza de ribeiras é uma necessidade muito importante numa Região como a nossa com quedas pluviométricas muito difíceis de controlar, por vezes, e que têm causado prejuízos graves em determinadas zonas urbanas como aconteceu na Terceira, não há muito tempo e também na ilha Terceira tivemos conhecimento de que há no caso da Junta de Freguesia de S. Bento uma intervenção muito importante a fazer numa ribeira que se não houver essa intervenção pode haver uma desgraça ali, qualquer dia, naquela zona da cidade de Angra do Heroísmo.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, o que se trata no fundo é de vontade política em estabelecer esta relação cooperativa com o poder local, nomeadamente com as freguesias. Essa vontade política resulta daquilo que resulta da experiência feita ao longo destes anos, nomeadamente entre este Governo Regional e os governos regionais socialistas que antecederam este, é uma experiência que se pauta bastante por alguma discricionariedade nessas relações relacionadas por vezes com simpatias políticas o que não deveria acontecer.

Essa relação deveria ser pautada num quadro de relações de equidade e de justiça, de clareza e de transparência, respeitando a autonomia de cada um dos poderes.

Em tempos de dificuldades e de carência de meios para resolver os imensos desafios que temos pela frente, a cooperação e a parceria entre os diversos níveis de poder e destes com as formas organizadas da sociedade são as estratégias mais eficazes e eficientes.

O poder próximo é sempre o mais célere e o mais eficaz.

Este Governo Socialista à semelhança dos governos anteriores, sempre teve uma relação difícil em termos de solidariedade, de subsidiariedade com os órgãos de poder local regional.

É certo que algumas autarquias, ou melhor, os seus respetivos representantes também por vezes não criam condições favoráveis a essa sã convivência democrática, mas competirá sempre ao Governo Regional, com poder mais forte, influenciar no bom sentido essa cooperação e pareceria, são desejáveis.

Este Projeto de Resolução da autoria do PCP é quanto a nós uma boa intenção e é pertinente, corresponde aliás, à vontade dos representantes das freguesias dos Açores.

A sua concretização só depende, como disse e repito, da vontade política do PS e do Governo Regional.

Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na apreciação que foi feita na Comissão de Política Geral, houve duas grandes questões que serviram de base ao PS, por via da participação do Sr. Vice-Presidente e da audição do Sr. Vice-Presidente e da participação dos Deputados do PS na Comissão, que justificariam, de algum modo, a não aceitação desta iniciativa do PCP.

Uma delas tinha a ver com conceitos: o conceito de cooperação e de colaboração.

Na parte resolutiva desta iniciativa do PCP, como já leram, está referido várias vezes cooperação.

De facto, eu demonstrei nos trabalhos da Comissão disponibilidade, se fosse esse o problema para substituir a palavra, mas também como se percebe não foi

esse o único argumento, havia um outro argumento e o argumento era que o PCP estava a propor uma coisa que devia fazer, isto é, devia alterar a lei e não propor ao Governo que o fizesse.

A pergunta é: quantas vezes (quantas e quantas vezes) os Projetos de Resolução aqui aprovados dão origem a alterações legislativas, aliás, grande parte dos Projetos de Resolução que são feitos e aprovados aqui na Assembleia, acabam por dar origem a alterações legislativas.

Quando nós encaminhámos esta questão para o Governo Regional (e a recomendação era dirigida ao Governo Regional) foi naturalmente para dar amplitude ao Governo Regional e às freguesias para construírem um quadro em que alargassem a colaboração. É colaboração ou cooperação, Sr. Vice-Presidente?

Depois vai ter de explicar-me porque o senhor na Comissão disse o seguinte a determinada altura. Dizia V. Exa. a uma questão que a Deputada Zuraída Soares colocou e que V. Exa. já aí referiu, o Sr. Vice-Presidente disse assim: “O Sr. Vice-Presidente respondeu (diz assim no Relatório), referindo que entre o Governo e as autarquias a cooperação é possível dentro do seu quadro legal, mas a colaboração não é”. É o que está escrito aqui no relatório. Só cooperação. Mas afinal o que está no Projeto de Resolução é cooperação, não é colaboração. Mas entretanto V. Exa. no II Encontro de Freguesias e segundo o GaCS foi dizendo várias coisas (saudando, aliás eu estive lá, tive oportunidade e gostei muito da sua intervenção, aliás depois de ouvir a sua intervenção pensei cá para comigo que afinal de contas esta iniciativa do PCP, que já tinha sido entregue, embora não divulgada, ia ter acolhimento e que ia ao encontro de uma preocupação que não era só do PCP, mas que afinal era de muitos ou de todos nós, designadamente dos partidos que estiveram naquele segundo encontro regional de freguesias) e dizia V. Exa.: “até ao final do primeiro trimestre do próximo ano um protocolo de colaboração que visa criar condições

operacionais em cada freguesia para desenvolver a valorização dos recursos endógenos”;

Mais à frente, dizia: “Um novo quadro de colaboração entre as juntas de freguesia dos Açores e o Governo Regional”;

Um bocadinho mais à frente, diria ainda: “O intuito é o de orientar essa colaboração”.

Há, portanto aqui alguma confusão de conceitos, admito que da minha parte, mas eventualmente também da parte de V. Exa..

Portanto, a questão é a seguinte: esta iniciativa do PCP resulta, como foi dito, do contato que temos estabelecido com os autarcas de freguesia nesta Região.

Resulta disso e resulta também do reconhecimento de que o Governo Regional, penso que está escrito nos considerandos, tem desenvolvido um trabalho que reconhecemos, está reconhecido nos considerandos e que na nossa opinião é necessário alargar. É isto.

Também se pode depreender da audição que foi feita a V. Exa., Sr. Vice-Presidente, que também é essa a vontade do Governo, de que seja ampliado esse quadro de colaboração ou cooperação, como V. Exa. muito bem entender.

Portanto, já o disse na minha intervenção inicial, o Deputado do PSD, Cláudio Lopes, acabou também de referi-lo, não há aqui nenhum argumento válido, nem política nem juridicamente que justifique esta posição de não aceitação desta iniciativa do PCP, a não ser a falta de vontade política para fazê-lo, porque essa necessidade, a necessidade de ampliar a cooperação ou a colaboração com as freguesias é reconhecida por todos, designadamente pelo PS.

Mas então, qual é o problema? É por que a iniciativa é do PCP? É por que não ficou claro e quem leu o Relatório da Comissão de Política Geral percebe perfeitamente que não ficou claro.

Apenas aqui uma justificação relativamente a um aparte que aqui foi feito: o PCP não substituiu o termo cooperação por colaboração, porque ficou muito

claro na Comissão que mesmo que isso viesse a acontecer o PS não aprovava este Projeto de Resolução. Então se não aprovava não valia a pena estar a fazer o esforço. Não valia a pena estar a fazer o esforço!

Portanto, para que fique claro não há nenhum argumento nem político, nem jurídico que possa justificar uma posição de rejeição desta iniciativa da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Voltarei mais tarde.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, este debate tem que ser dirigido com o máximo de seriedade intelectual.

Sr. Deputado, isto não é uma questão de conceitos, é uma questão de competência desta Assembleia e de respeito pela competência que esta Assembleia determinou do que eram as áreas de cooperação entre o Governo Regional e as juntas de freguesia.

O que está aqui em causa é que o senhor está a propor com uma resolução, a recomendar ao Governo, que vá para além das áreas de cooperação com as juntas de freguesia que esta própria Assembleia definiu através do Decreto Legislativo Regional. É isto que está em questão! Não é mais nada!

Deputado Miguel Costa (*PS*): Muito bem!

O Orador: É saber concretamente porque se se abrir este precedente, abre-se um precedente gravíssimo. O que os senhores estão aqui a dizer é que a legislação que esta Casa produz não tem qualquer efeito porque estão a aprovar uma recomendação para que o Governo faça o contrário do que esta Assembleia definiu que o Governo pode fazer.

Lamento, profundamente, como partido com a história autonómica do PSD e que pelo respeito pelas competências autonómicas que o próprio PSD tem, apoie uma proposta destas ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que viola os maiores princípios básicos onde fundamentou o desenvolvimento da nossa autonomia.

Isto é que é lamentável. Não é a questão da bondade da proposta é a forma como é feito e é o respeito pelo próprio processo legislativo e pela competência desta Assembleia, não é uma questão de conceito. O que o Sr. Deputado está a propor é recomendar ao Governo que o Governo viole a lei e que sinceramente, Sr. Deputado, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O respeito são requerimentos há dois anos por responder! É uma vergonha!

O Orador: ... é um ato que pode ser atribuído da forma como entender, mas não peça a este Governo que apoie uma proposta em que se recomenda que o Governo faça o contrário do que esta própria Assembleia propôs por Decreto Legislativo Regional. É isto que está em questão. Não é os apoios às juntas de freguesia, não é a valorização das juntas de freguesia, não é nada disto. É uma questão de respeito pelas competências desta Assembleia, pelo ordenamento jurídico desta Região e por não aceitar este Governo que lhe recomendem que viole a legislação que foi aprovada nesta Assembleia. O resto é retórico!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado podia ter resolvido esse problema de forma tão fácil, mas lamentavelmente não o quis. Bastaria em vez de apresentar uma Proposta de Resolução, tivesse apresentado uma proposta de alteração ao

Decreto Legislativo Regional e onde diz que recomenda ao Governo que faça aquilo que a lei não permite, alterava a lei para o Governo poder fazer aquilo que o senhor propõe.

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Era tão simples, tão fácil, nós estaríamos aqui.

Mas o que o Sr. Deputado não quer, não é a questão das competências, os apoios às autarquias, o que o Sr. Deputado quer é ir lá para fora dizer: “veem, o Governo dos Açores não quer apoiar mais as juntas de freguesia!”.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, lamento, Sr. Deputado, sinceramente com todo o respeito e consideração que tenho por si que tenha entrado nesta atitude que é um pouco demagógica e que não resolve o problema que efetivamente estamos aqui a tratar e que não é solução para o mesmo.

Deputado Berto Messias (PS): Não faz sentido nenhum!

O Orador: Lamentavelmente, Sr. Deputado, nós, nós e vários partidos, demonstrámos na Comissão abertura para apoiar esta proposta se alterasse, não era os conceitos, se criasse uma proposta que legalmente pudesse ser aceite e quando se define que os enquadramentos jurídicos e as competências de cada ordem e o respeito pela legislação desta Assembleia era uma mera questão de palavras e de conceitos, estamos muito mal em termos de respeito por esta Assembleia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): O PCP não respeita este Parlamento!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é consensual que o poder local, designadamente as nossas juntas de freguesia, os eleitos locais das freguesias, são o poder pela proximidade que têm, um dos pilares fundamentais, como aqui já foi dito pelo Deputado Cláudio Lopes, da nossa autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa parte passe à frente!

O Orador: Calma Sr. Deputado, eu já lá vou!

Portanto, isso é consensual e gostava também aqui de saudar todos os autarcas, designadamente os presidentes de junta de freguesia que são aqueles que têm a tarefa mais difícil que diariamente, como aqui também já foi dito, são confrontados com todas as questões sociais e as pessoas pedem-lhes, exigem-lhe tudo e eles, sinceramente não têm nem competências, nem forma de os resolver a não ser encaminhá-los para quem de direito.

Portanto, é um trabalho árduo, é um trabalho que exige muito sacrifício e que nós todos devemos respeitar.

Permita-me, Sr. Deputado Aníbal Pires, que lhe diga que a resposta que agora teve da parte do Sr. Vice-Presidente era aquela que eu lhe iria dar, que era em vez de manter este Projeto de Resolução, apresentar uma proposta de alteração ao DLR 32/2002.

Mas esta recomendação e esta dedução também se pode fazer relativamente ao PSD e por que é que não a fazem? Porque sabem que foi dito também na Comissão que a ANAFRE, até ao primeiro trimestre deste ano, vai apresentar uma proposta de revisão dessa mesma legislação.

Portanto, isso está acordado, quiseram manter, o Sr. Deputado quer manter este projeto, sabendo que de facto vai haver uma alteração da lei, sabendo que as recomendações que faz não têm enquadramento, já lhe foi explicado, não vou repetir, portanto mantém isto para de facto manter alguma demagogia que sinceramente não lhe fica bem.

Portanto, ao contrário do que o Deputado Cláudio Lopes diz que isso é tudo fácil e tudo isso é enquadrável e que o que não existe é vontade política, o senhor sabe, até como antigo autarca (fomos, tivemos oportunidade de trabalhar juntos noutras instâncias) que isto não é propriamente assim e não se trata de vontade política ou não vontade política.

Portanto, o que existe ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concretize, Sr. Deputado!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o Sr. Deputado está nervoso?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Estou a fazer um aparte!

O senhor faz os apartes que quer e os outros não podem fazer?

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

O Orador: Se está nervoso tome um calmante!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou à espera que o senhor diga alguma coisa!

Deputado Francisco César (PS): E se ele não quiser dizer nada, não diz!

O Orador: Tome um calmante!

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira por favor não entre em diálogo.

O Orador: Tome um calmante que isso passa-lhe!

Se eu fosse dizer aquilo que eu acho sobre o que muitas vezes o senhor aqui diz, enfim ...

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Manuel Pereira faça o favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente, peço desculpa.

Portanto, relativamente aos diversos pontos elencados aqui na proposta, de facto não estão previstos na legislação e uma das questões que referiu para resumir, a questão do Estagiário L e do Estagiário T que não são enquadráveis, e não são enquadráveis desde logo por uma simples razão e penso que todos sabem isto: os estagiários têm que ter acompanhamento doutros técnicos, se as

juntas de freguesias não têm técnicos nos seus quadros, como é que vão ser acompanhados os estágios desses estagiários?

Depois, em princípio também serão absorvidos nos quadros, poucas juntas de freguesia têm quadros e as que têm estão praticamente esgotados, portanto isto é anda-se de volta e não se sai de lado nenhum. De facto já se sabia que a solução era esta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já percebemos!

O Orador: Desde já posso dizer, aliás está anunciado no relatório, consta do Relatório da Comissão de Política Geral, porque não tem enquadramento legal, o Grupo Parlamentar do PS vota contra esta proposta. É por isso.

Mas importará de facto salientar que as acusações que foram feitas ao Governo Regional, sobre discriminação, sobre tudo isso, pode ser vertido em propostas de alteração do Decreto Legislativo Regional, onde de facto se limita ao máximo essas possibilidades de discriminação.

Penso que é um desafio que fica, que será interessante, que concretizem isso em propostas de alteração.

Sobre as acusações feitas ao Governo Regional (não é entrarmos aqui ...) sinceramente não era para referir sequer esta matéria, mas o Sr. Deputado Cláudio Lopes esqueceu que muitas das questões que hoje as populações, designadamente aspetos sociais, são confrontadas, são resultado das políticas de austeridade que a todos afetam em especial os mais desfavorecidos.

Portanto, isso aumenta a pressão sobre os nossos presidentes de junta, sobre as nossas juntas de freguesia.

Depois, também, os cortes consecutivos das transferências do Orçamento Geral do Estado para as autarquias.

Só a título de exemplo, no final do ano passado o Sr. Presidente da AMRAA referiu que por fruto da obrigação dos municípios dos Açores terem de

comparticipar no fundo de apoio municipal, que foi criado, os Açores terão nos próximos sete anos, cerca de dez milhões de euros a menos na sua economia.

Portanto, acho que é de justiça, seria justo referir todos estes constrangimentos, todas as alterações que estão a ser constantemente introduzidas na lei, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... esquecendo as dificuldades quer de recursos humanos, quer de recursos financeiros que as nossas autarquias têm e isso sim é que é grave. Agrava, e depois na ânsia de muitas vezes resolver-lhes os problemas, são cometidas irregularidades que depois com penalizações até pessoais dos autarcas, o Deputado Cláudio Lopes sabe bem, isso é constante e portanto além de toda aquela política e aquela mancha de má fama, de maus gestores, tudo o que é do piorio que paira sobre a classe política e sobre os autarcas em especial. Isto é de facto mau. É mentira e a prova de que é mentira é que nas freguesias, nas eleições autárquicas, há uma maior afluência de eleitorado, as taxas de abstenção são baixíssimas.

Portanto isso é o maior voto de confiança que o povo pode dar a esta gente que se dispõe a sacrificar a sua vida particular, em prol da comunidade. Esse é o maior voto de confiança que lhe pode ser dado. Isso nós temos todos que respeitar.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, a argumentação que utilizou acusando a Representação Parlamentar de que aquilo que queria era que o PS chumbasse esta iniciativa para poder depois fazer uso ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não têm conteúdo, essas críticas!

O Orador: ... dessa posição do PS para a propagandear, desculpe que lhe diga, Sr. Vice-Presidente, mas acho que o PCP não tem esse hábito, mas não é só isso. Mais importante do que isso é que quando V. Exa. tem de utilizar esse argumento, o argumento que utilizou para justificar a não aceitação desta iniciativa do PCP, é porque lhe faltam argumentos políticos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem visto!

O Orador: ... porque se não V. Exa. com todo o valor que lhe reconheço (e V. Exa. sabe que lhe reconheço esse valor) utilizaria outro tipo de argumentação. Portanto, Sr. Vice-Presidente, só essa argumentação que utilizou, só isso é suficiente para comprovar que de facto não há motivo nenhum, não há motivo nenhum político e jurídico ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Legal!

O Orador: ... legal, principalmente esse, para que esta iniciativa fosse votada. Eu volto a colocar a seguinte questão, aliás, tive oportunidade de a colocar ao Presidente da Comissão de Política Geral e está plasmado no Relatório da Comissão: quantas vezes é que os projetos de resolução que são aprovados dão origem, ou forçam, alterações legislativas?

Imensas vezes! Um inúmero! Inúmeras vezes!

Portanto, também essa argumentação é falaciosa, Sr. Deputado Manuel Pereira. O Sr. Deputado Manuel Pereira foi atrás da argumentação do Sr. Vice-Presidente. Eu pensei que até tendo sido autarca, enfim, pudesse vir com outra argumentação para além daquela que o Sr. Vice-Presidente aqui utilizou e como se está a comprovar é de uma fragilidade imensa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: V. Exa. acabou por ir atrás da argumentação do Sr. Vice-Presidente e não acrescentou, permita-lhe que lhe diga, nada de novo, a esta questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aí é que está!

O Orador: Há uma coisa que parece que estamos todos de acordo, aliás o Sr. Vice-Presidente, na intervenção que fez no II Encontro Regional de Freguesias, mostrou toda a disponibilidade para ampliar a cooperação com as freguesias. Eu não sabia o que o Sr. Vice-Presidente ia dizer, mas esta iniciativa entrou dois dias antes nos serviços da Assembleia.

Eu não conhecia as conclusões do II Encontro de Freguesias dos Açores, mas a verdade é que estas preocupações e as preocupações que aqui estão e as recomendações que aqui estão, fazem parte no essencial também ou melhor, o II Encontro Regional de Freguesias dos Açores acabou por absorvê-las, isto quer dizer que esta iniciativa não foi por obra e graça do Divino Espírito Santo mas que resulta efetivamente de um conhecimento e da importância que têm as nossas freguesias e de se ampliar uma cooperação que já é relevante do Governo Regional com as freguesias. É tão somente isto.

Sr. Vice-Presidente, essa argumentação, V. Exa., certamente poderá ter e tem com certeza melhor argumentação do que vir acusar o PCP de estar a utilizar isto como uma manobra de propaganda política porque sabe perfeitamente que isso não acontece com o PCP, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desmonte isso!

O Orador: Não acontece! Pura e simplesmente não acontece!

Aliás, veja V. Exa. a forma como eu tenho estado a abordar esta questão. Veja como eu estou a abordar esta questão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe o tempo!

O Orador: Não estou a utilizá-la como nenhuma arma de arremesso político nem para retirar nenhum tipo de dividendo eleitoral, até porque estamos muito distantes de eleições.

Portanto, Sr. Vice-Presidente vai ter de arranjar outra argumentação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... até porque lhe reconheço toda a capacidade para fazê-lo, mas essa não, Sr. Vice-Presidente, além de que me considerei insultado com essa argumentação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Atingimos o nosso horário regimental.

Queria apenas informar a câmara de que por ter uma reunião sexta-feira, de manhã, da CALRE em Bruxelas, terei que me ausentar da ilha amanhã, portanto não irei presidir aos trabalhos, sendo substituída pelo Sr. Vice-Presidente, Ricardo Cabral.

Uma boa noite a todos e um bom trabalho para todos, também.

Eram 20 horas e 02 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

(*) Texto não revisto pelo orador.

P'la redatora: Noélia Escobar